

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO – GIT

Gylliany Ribeiro da Silva

O SERTÃO DE RIOBALDO: um mar de territórios

Governador Valadares

2014

GYLLIANY RIBEIRO DA SILVA

O SERTÃO DE RIOBALDO: um mar de territórios

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia FalcoGenovez

Co-orientadora: Profa. Dra. Nádia Dolores Fernandes Biavati

Governador Valadares

2014

G997

Silva, Gylliany Ribeiro da

O sertão de Riobaldo: um mar de territórios/ Gylliany Ribeiro da Silva.

UNIVALE: Mestrado em gestão integrada do território – GIT, 2014.

115 f.: il: color: 30 cm.

Dissertação (Mestrado em gestão integrada do território). UNIVALE –
Universidade do Vale do Rio Doce, 2014

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Falco Genovez

Co-orientador: Profa. Dra. Nádia Dolores Fernandes Biavati

1. Território - História. 2. Literatura - Linguística. 3. Sertão – Minas Gerais.

I. Título. II. Prof.^a Dra. Patrícia Falco Genovez.

CDD 307.76

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
 GYLLIANY RIBEIRO DA SILVA**

Matrícula Nº 02706

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2014 (dois mil e quatorze), às 19h00 (dezenove horas), na sala 08 do Bloco PVA no *Campus* Antônio Rodrigues Coelho da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação da Mestranda intitulada "O SERTÃO DE RIOBALDO: UM MAR DE TERRITÓRIO. Linha de Pesquisa: Território, Migração e Cultura, elaborada pela aluna **Gylliany Ribeiro da Silva**. A comissão julgadora foi composta pelos professores Doutores Patrícia Falco Genovez (orientadora) – GIT/UNIVALE, Rosângelo Rodrigues de Miranda – UNIVALE, Raquel Solange Pinto – PITÁGORAS/GV. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.^a Dr.^a Patrícia Falco Genovez, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestranda **Gylliany Ribeiro da Silva** para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação

aprovada fazendo as seguintes observações:
atender às observações da banca.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora. Governador Valadares, 21 de agosto de 2014.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Falco Genovez

Prof. Dr. Rosângelo R. Miranda

Prof.^a Dr.^a Raquel Solange Pinto

Campus I - Armando Vieira

Rua Juiz de Paz José de Lemos, 279 - Bairro Vila Bretas - CEP: 35030-260
 Caixa Postal 295 - www.univale.br
 Governador Valadares, Minas Gerais - Brasil
 Telefone: 55+ (33) 3279-5200

Campus II - Antônio Rodrigues Coelho

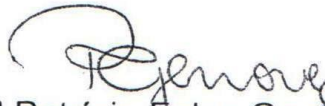
Rua Israel Pinheiro, 2000 - Bairro Universitário - CEP: 35020-220
 Caixa Postal 295 - www.univale.br
 Governador Valadares, Minas Gerais - Brasil
 Telefone: 55+ (33) 3279-5500

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

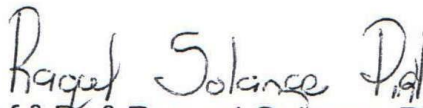
GYLLIANY RIBEIRO DA SILVA

“O SERTÃO DE RIOBALDO: UM MAR DE TERRITÓRIOS”

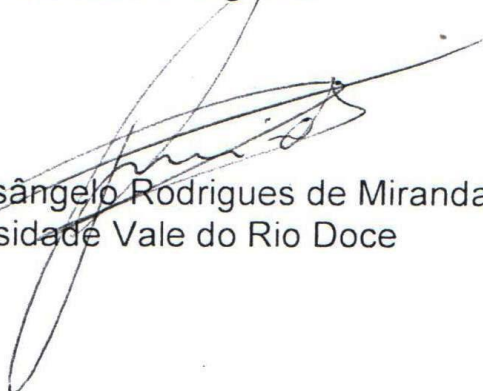
Dissertação aprovada em 21 de agosto
de 2014, pela banca examinadora com
a seguinte composição:



Prof.^a Dr.^a Patrícia Balco Genovez - Orientadora
Universidade Vale do Rio Doce



Prof.^a Dr.^a Raquel Solange Pinto
Faculdade Pitágoras



Prof. Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda
Universidade Vale do Rio Doce

Dedico este trabalho a Deus. A Ele, toda honra e mérito alcançados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, Deus, pela força e pela persistência para a conclusão de mais uma etapa em minha vida.

Minha querida mãezinha, que nunca poupou esforços para me ajudar em meu percurso acadêmico. E também meu pai, sempre me incentivando a prosseguir.

Meu esposo Edson, que me apoiou em minhas decisões e conquistas. Aos meus amados filhos, Samara e Gabriel, pela compreensão de minhas ausências. Eu amo os três!

A minha irmã, Kátia, que, até pouco tempo, considerava-se incapaz de ajudar alguém e, no entanto, ajudou-me demais. Ela sabe mais do que pensa e pode mais do que faz.

Muito obrigada: Rayssa, Hianny, Sara, Joseph, Israel, Abraão, Kátia, dona Adelina, Orminda e Deíde, pelas constantes intercessões a meu favor.

Não poderia deixar de agradecer à Aline pela revisão feita com tanta presteza e dedicação. Um forte abraço.

Sou grata também à professora Nádia Biavati, responsável por minhas produções e por minha escrita inicial. Ela me ensinou que há um tempo para tudo e limites aos quais devemos renunciar para o bem de nossos semelhantes. Tenho orgulho de tê-la conhecido.

Por fim, um agradecimento especial a minha orientadora, Patrícia Genovez, que me impulsionou a persistir, mesmo quando desistir me parecia mais fácil. Professora, com você, aprendi qual a tarefa de um orientador. Obrigada pela confiança e por todo incentivo. Que Deus a abençoe neste trabalho árduo que é ser orientadora. Forte abraço e imenso agradecimento por tudo.

*“Não tenho novos caminhos para mostrar;
Mas sim, formas diferentes de caminhar”.*

Tiago de Melo – Poeta brasileiro

RESUMO

Esta dissertação propõe uma aproximação entre a Literatura, a Linguística e os Estudos Territoriais e Históricos a fim de vislumbrar, a partir do romance “Grande sertão: veredas”, de Guimarães Rosa, os múltiplos territórios do sertão de Minas Gerais. Parte-se do pressuposto de que o relato do narrador-protagonista, Riobaldo, permite recolher informações a respeito do território de Minas Gerais do fim do século XIX e do início do século XX – um espaço que, dependendo da intenção narrativa, apresenta-se não só geográfica, mas, sobretudo, simbolicamente. Além disso, entremeados com os dizeres do personagem, surge o sertanejo, típico morador do sertão, com sua fala, cultura, hábitos e costumes peculiares. Em meio à sua narrativa, as territorialidades sociossimbólicas, o território e a sociedade sertaneja tomam forma e materializam-se, representando um sertão definido em fluxo, onde espaços são partidos em lugares e onde se considera a polifonia, em uma perspectiva bakhtiniana. As várias vozes emprestam sentido e caracterizam os lugares em territórios, permeados não só pela concretude física da paisagem que descrevem, mas, acima de tudo, pelos simbolismos, que compõem cronotopias específicas aos sertanejos. Daí a proposta de diálogo entre Bakhtin e Haesbaert, revisitando o mundo relatado por Riobaldo a partir da visão interdisciplinar. Esse empreendimento desperta especial atenção às marcas, implícitas ou não, sobre a sociedade histórica e cultural do território sertanejo.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. “Grande sertão: veredas”.

ABSTRACT

This study proposes an approach among Literature, Linguistics and the Regional Historic Studies which aims to show, from the novel “Great Wild lands: Pathways”, by Guimarães Rosa, the multiple territories of this far wild land in Minas Gerais State. The study starts at the supposed report from the main character and narrator Riobaldo. It is allegedly permitted to collect data about Minas Gerais territory dated late XIX century to early XX – a timeline that, depending on the intention of the narrative, shows itself not only geographically but also, symbolically. Besides, among Riobaldo storylines the backcountry man appears, the typical inhabitant, with his own language, habits and culture. This way, in the narrative, the land story, the social symbols, the territory, and the wild land society take form and life, in a representative way within the story proposed by Guimarães Rosa. Taking Guimarães Rosa’s perspective, one can stand out a definite wild land flow, where spaces are broken into spots and where polyphony may be considered to exist, in Bakhtin’s perspective concerning Riobaldo. By this main character lots of voices are heard and territories are built from places, marked not only by the physical concrete landscape that is shown, but above all, by the symbols which make the specific timeline of the wild land men. Thus, the dialog proposal between Bakhtin and Haesbaert, visiting again Riobaldo’s reported world from a cross curriculum point of view. This study highlights special attention to marks, implicit or not, about the historical and cultural society of Brazilian wild land in Minas Gerais State.

Keywords: Territory. Territoriality. “Grande sertão: veredas”.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 GUIMARÃES ROSA, RIOBALDO E O SERTÃO EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....	13
2.1 GUIMARÃES ROSA E RIOBALDO NA TRAMA DOS SERTÕES	13
2.2 A TRAMA DE “GRANDE SERTÃO: VEREDAS”	21
2.3 O SERTÃO: DIFERENTES CONCEITOS E PERCEPÇÕES	24
2.4 INTERDISCIPLINARIDADE: TERRITÓRIO, CULTURA E ANÁLISE DIALÓGICA	29
3 LITERATURA E TERRITÓRIO: UM DIÁLOGO ENTRE GUIMARÃES ROSA, BAKHTIN E HAESBAERT	36
3.1 A PERSPECTIVA DIALÓGICA BAKHTINIANA.....	37
3.1.1 Bakhtin: um filósofo da linguagem	40
3.1.2 A dialogia no processo analítico bakhtiniano	42
3.2 POLIFONIA, DIALOGIA E LITERATURA FOLCLÓRICA: A TRADIÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE, COMPARTILHADA POR RIOBALDO	46
3.3 CRONOTOPIA, POLIFONIA, MÚLTIPLO TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE.....	58
3.3.1 Os sertões no discurso de Riobaldo: o território narrado	60
3.3.2 Um mar de territórios: os múltiplos territórios e a multiterritorialidade de Haesbaert.....	62
3.3.3 As vozes de Riobaldo e os sertões sem fim: polifonia e cronotopia em Bakhtin	64
4 O SERTÃO DE MINAS GERAIS: LEITURA FUNCIONAL/SIMBÓLICA DOS ESTUDOS TERRITORIAIS.....	67
4.1 O SERTÃO DE MINAS GERAIS E SUA REPRESENTAÇÃO FICCIONAL	75
4.2 PERCORRENDO O TERRITÓRIO GEOGRÁFICO: O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO SERTÃO E DO SERTANEJO.....	78
4.3O TERRITÓRIO SIMBÓLICO E AS TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADE SERTANEJA.....	83
4.3.1 Os jagunços em “Grande sertão: veredas”	85
4.3.2 Múltiplas temporalidades e múltiplos territórios do sertão	85

4.4 O TERRITÓRIO SERTANEJO E AS IDENTIDADES DISCURSIVAS DE RIOBALDO	90
4.4.1 Fases identitárias do protagonista, que ilustram os moradores do sertão de Minas Gerais	92
4.4.2 O território sertanejo e as identidades discursivas de Riobaldo	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

A obra literária é um trabalho apaixonante, que enfeitiça, enreda, cativa e convida o leitor a revisitá-la, buscando algo além do lido e do escrito. Funciona, pois, como um encontro consigo mesmo; e um encontro do fantástico com o real, ao mesmo tempo, do eu, de Guimarães Rosa e do seu Riobaldo, em “Grande sertão: veredas”.

Riobaldo, enquanto protagonista da referida obra, não é soberbo nem arrogante. Ele abre o mundo do sertão e convida o leitor, por vezes, tímido, a adentrá-lo, através de suas histórias. Mas, quando menos se espera, lá está ele: cercado por caminhos, vivências, culturas e espaços jamais esperados. Sair desse mundo instituído por Guimarães Rosa, cuidadosamente tecido e projetado a partir de seu protagonista, é colocar amarras na imaginação, e abrir mão de uma experiência poética com o espaço.

Em “Grande sertão: veredas”, o leitor se aventura pelo simples prazer de conhecer cada chão e lar apresentados. Ele se sente impulsionado a perseguir o novo e o extraordinário. O ainda não dito/escrito fica para depois, a fim de que, quando as páginas da obra forem fechadas e quando se puser de pé ao chão, poder acordar, espreguiçar-se, vestir-se. Logo, a leitura é o que realmente importa. E está posto o desafio: fazer dos vários percursos, histórias e caminhos de Riobaldo uma interpretação acadêmica.

“Grande sertão: veredas” já foi lido, comentado e analisado por inúmeros estudiosos da Literatura. Como, então, desvelar outras facetas desse romance? Qual leitura propor para contribuir com a Literatura e com a Linguística? Esses foram questionamentos durante a elaboração deste trabalho. A motivação encontrada aqui foi a de vasculhar os vários territórios criados por Guimarães Rosa, tão bem descritos por seu protagonista.

Nesse contexto, esta dissertação pretende um diálogo com Riobaldo e com o sertão – este último, esquadrinhado em múltiplos territórios sob o olhar do narrador. Do ponto de vista acadêmico, a direção a ser tomada remete a territórios fluídos, móveis e que podem e devem ser avistados para além das fronteiras disciplinares. Parte-se do pressuposto de que o relato permite recolher informações a respeito do território de Minas Gerais do fim do século XIX e do início do século XX – um espaço que, dependendo da intenção narrativa, apresenta-se não só geográfica, mas, sobretudo, simbolicamente. Além disso, entremeados com os dizeres de Riobaldo, surge o sertanejo, típico morador do sertão, com sua fala, cultura, hábitos e costumes peculiares.

Tal percurso exige uma aproximação entre Literatura, Linguística e Estudos Territoriais e Históricos a fim de vislumbrar a perspectiva dialógica do sertão de Minas Gerais, expressa por Riobaldo (GRAUMANN, 1990, p. 105-126). Assim, no relato do narrador-protagonista, as territorialidades sociossimbólicas, o território e a sociedade sertaneja tomam forma e materializam-se, de maneira representacional. (LAPLANTINE, 1999, p. 80)

A partir da perspectiva de Guimarães Rosa (2001), evidencia-se um sertão definido em fluxo, onde espaços são partidos em lugares e onde se considera a polifonia (BAKHTIN, 1997), contida em Riobaldo. Por meio do protagonista, várias vozes emprestam sentido e caracterizam os lugares em territórios, permeados não só pela concretude física da paisagem que descrevem, mas, acima de tudo, pelos simbolismos, que compõem cronotopias específicas aos sertanejos. Daí a proposta de diálogo entre Bakhtin (1997, 2002) e Haesbaert (2001, 2004, 2007, 2008, 2009, 2011).

A intenção desta pesquisa é revisitar o mundo relatado por Riobaldo, a partir de uma visão interdisciplinar. Esse empreendimento desperta especial atenção às marcas, implícitas ou não, sobre a sociedade histórica e cultural do território sertanejo. Em outras palavras, o problema de pesquisa se concentra em responder: Quais representações territoriais sertanejas e quais territorialidades podem ser entrevistas no discurso narrativo do protagonista em “Grande sertão: veredas”?

O trabalho compreende, dessa maneira, o território relatado pelo protagonista e o modo como se delineiam as territorialidades no espaço representado. Tal processo oportuniza a percepção das várias identidades assumidas pelo narrador no enredo, o que também permite vislumbrar os diferentes papéis exercidos pelo sertanejo em seu *habitat* (também considerado como um território local).

Considera-se que a narrativa de Riobaldo possibilita analisar a forma como se constituem as representações territoriais (tanto físicas quanto simbólicas), trazendo efeitos de sentido e promovendo a discussão acerca de aspectos sociossimbólicos dos múltiplos territórios descritos em “Grande sertão: veredas”.

A metodologia aqui utilizada é a pesquisa bibliográfica, a partir de uma leitura exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa do material teórico e crítico utilizado. Através dessa abordagem, traça-se uma suposta relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito; uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto; e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Isto é, aquilo que Riobaldo traz em seu relato, que permite perceber a realidade de determinada época.

A estrutura desta dissertação segue este roteiro: no primeiro capítulo, são apresentados Guimarães Rosa, Riobaldo e a obra em foco, todos a partir de uma discussão interdisciplinar. Já no segundo capítulo, elencam-se definições para a palavra “sertão” e colocam-se contribuições da Linguística e dos Estudos Territoriais, respectivamente de Bakhtin e de Haesbaert, sobre os termos “cronotopia”, “território” e “territorialidade”. No terceiro capítulo, por sua vez, ocorre a representação do “sertão”, figurado pelos sertanejos e pelas várias identidades de Riobaldo. Nele, destaca-se o território funcional, o território simbólico e as territorialidades como elementos coresponsáveis pela formação identitária coletiva e pela representação social do grupo e do espaço sertanejo. Vale lembrar que, em todo este trabalho, o território é analisado a partir de um *continuum* entre os aspectos materiais e os aspectos simbólicos, entre temporalidades e espacialidades, em uma perspectiva integradora dos Estudos Territoriais. Por fim, evidenciam-se as conclusões, as quais, de uma forma geral, mostram que a análise interdisciplinar é pertinente em uma análise literária, da mesma forma que uma análise literária não pode ser desprendida de uma análise social.

2 GUIMARÃES ROSA, RIOBALDO E O SERTÃO EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Este capítulo aborda o fazer artístico do escritor Guimarães Rosa, seu estilo literário e sua trajetória profissional, como uma forma de situar o leitor no contexto histórico e na trama de “Grande sertão: veredas”. Além disso, caracteriza o protagonista Riobaldo, enquanto um personagem fictício e enquanto um ator territorial – este último, analisado a partir da perspectiva dos estudos territoriais de Haesbaert e da abordagem dialógica e polifônica de Bakhtin.

Neste capítulo, ocorre também uma referência ao termo “interdisciplinaridade”, na tentativa de defender a proposta integradora de análises acadêmicas, o que, no caso deste trabalho, tem a ver com um ponto de entrecruzamento entre as teorias literárias, territoriais, linguísticas e históricas.

2.1 GUIMARÃES ROSA E RIOBALDO NA TRAMA DOS SERTÕES

Guimarães Rosa, mineiro da cidade de Cordisburgo, formou-se em Medicina e exerceu a carreira diplomática como cônsul adjunto do Brasil em Hamburgo, na Alemanha, entre 1938 e 1942. Foi eleito para a Academia de Letras em 1963, mas só assumiu a cadeira em 1967, pouco antes de falecer. Entre suas obras, podem-se citar: “Magma” (1936), “Sagarana” (1946), “Com o Vaqueiro Mariano” (1947), “Corpo de Baile” (1956), “Grande sertão: veredas” (1956), “Primeiras Estórias” (1962), “Campo Geral” (1964), “Noites do sertão” (1965), “Tutaméia – Terceiras Estórias” (1967), “Estas Estórias” (1969 – póstuma), “Ave, palavra” (1970 – póstuma) e “Antes das Primeiras Estórias” (2011 – póstuma).

Obra de maior destaque de Guimarães Rosa, publicada em 1956, “Grande sertão: veredas” já foi traduzida para muitas línguas e costumava ser tratada pelo próprio autor como uma “autobiografia irracional”, conforme declarou em entrevista a Günter Lorenz (OLYMPIO, 1968). A obra é ambientada no sertão de Minas Gerais em um período de transição temporal (século XIX para o século XX). Nele, o vaqueiro Riobaldo narra sua vida de ex-jagunço: são histórias de disputas e de vinganças; longas viagens; amores; e mortes –

vistas e vividas pelo narrador nos vários anos em que andou por Minas Gerais, Goiás e sul da Bahia.

Antes se tecerem comentários mais profundos sobre essa obra, atenta-se para o título do romance, especialmente para os sentidos das palavras “sertão” e “veredas”, em que ambos se contrapõem. Os termos “sertão” e “veredas” possuem tanto uma denotação quanto uma conotação. No primeiro caso, “veredas” assume a condição de local fértil, com vegetação e abundância de água. É um local aprazível e de refúgio, em meio às provações opressoras do sertão – que passa a ser tomado como local de clima causticante e incômodo. Quanto ao sentido conotativo, “veredas” representa um caminho; um direcionamento que alguém escolhe e segue para se chegar a um determinado local. Tais caminhos alternativos, simbolicamente, ressaltam fases da vida de um indivíduo, nas quais as circunstâncias e as oportunidades são ditadas pela emoção de cada descoberta e pela experiência pessoal – o que, por sua vez, se afasta do sentido de “sertão”, sob a forma de espaço em que o ser humano se encontra em estado de solidão, de reflexão, de depressão psicológica. Logo, “Grande sertão: veredas” sugere uma trama conflitante entre o físico e o simbólico; entre a realidade social e a realidade de sujeito, demonstrando a dicotomia entre ambos os termos.

No que diz respeito diretamente à intrínseca relação entre Guimarães Rosa e Riobaldo, traçam-se algumas ponderações. O autor e o narrador são duas figuras ímpares na estruturação da obra literária. Embora o papel do escritor termine quando a escrita já esteja pronta, em seu trabalho, ficam marcadas as impressões e as escolhas de representação do mundo que pretendeu revelar – o que ocorre, muitas vezes, implicitamente, no caso das obras bem elaboradas do ponto de vista estético. Usa-se a expressão “bem elaboradas”, porque a habilidade do autor é que propicia a abertura de múltiplas interpretações, além de não se fechar em representações de problemas e de situações particulares. Caso o trabalho incida neste último caso, ele se constituirá como um instrumento de panfletagem (ou manifestos, em muitos casos). A obra, esteticamente bem elaborada, coloca-se ao confronto para que o homem reflita sobre os vícios, a moral, as incertezas e os questionamentos universais. Portanto, é a intenção do escritor ao tratar e ao estruturar a matéria escolhida, que provoca ou não sentimentos de aceitação ou de refutação em seu leitor, cabendo ao texto a tarefa ou não de revelá-los. Logo, “romance é a arte das personalidades, mais do que narração de feitos e fatos, servindo estes para revelar aqueles” (CORÇÃO, 1958, p.18).

No que diz respeito à intenção do autor, polêmicas se apresentam entre historicistas, os quais procuram considerar um estudo, que remeta ao contexto original da obra; e formalistas, os quais buscam trabalhar a obra em seus aspectos internos. Entretanto,

ambospropõemsubmeter a obra a um trabalho minucioso, no qual o pesquisador, durante seu trabalho de análise, deve retirar apenas o valor estético, que a singularize, sem considerar os fatores externos,os quais a influenciaram.

Historicistas e formalistas também advogam a favor de uma análise na qual a obra explique por si própria. Nesse caso, eles desconsideram a recepção do trabalho, que dependerá de como o texto atingirá o seu público. As duas correntes, “concordaram durante muito tempo em banir o leitor. Eles definiam a obra como uma unidade orgânica autossuficiente, da qual convinha praticar uma leitura fechada (*close reading*), (...) [para] retirar as virtualidades de sentido” (COMPAGNON, 2001, p. 140-141).

Diferentemente das posições historicistas e formalistas, Cândido (2000) defende uma articulação de análise literária, considerando a posição do escritor e a formação do público. Para o autor, essa postura permite que se ressalte o papel do autor como parte do coletivo, cujas atitudes refletem sua posição social dentro da obra, conseguindo assim, na maior parte das vezes, corresponder às expectativas de seus leitores. O autor, nessa perspectiva, teria, por assim dizer, um papel social, “ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público” (CÂNDIDO 1985, p. 75).

Segundo Goldman (1979, p. 74), existem várias maneiras de o autor ser influenciado pelo ambiente, com o qual possui contato próximo. Tais influências podem se constituir tanto em aceitação quanto em recusa e em revolta do que lhe está sendo apresentado. Nesses casos, a influência recebida do meio é ficcional; e, quando se dá a arquitetura da obra, a inspiração é transportada por meio da ação narrativa e dos seres criados: narrador e suas personagens.

Bezerra (1997), em prefácio a “Problemas da poética de *Dostoiévski*”, de Mikhail Bakhtin, fala sobre o autor-criador e o autor-homem. Para o teórico, existe uma relação entre a criação e o ser humano, que se completa mutuamente, como uma espécie de relação dialógica entre a criação e a consciência do autor. Trata-se de um exercício contínuo, no qual um, interpenetrando o outro, apresenta-se, ao mesmo tempo, como fonte de sentido artístico e de valor estético. “Logo, criação artística e criação do homem se assemelham, o fenômeno homem se apresenta como fonte do sentido artístico ou estético, a unidade entre ser-estético e ‘ser-físico’ constitui a própria unidade semântica e humanística da arte” (BAKHTIN, 1997, p.XI). Dito de outra forma, “o artista produz uma consciência nova, uma consciência outra, [que] penetra nessa consciência, mas nela não se dissolve” (BAKHTIN, 1997, p.XI). É por essa perspectiva que se conduz a análise nesta dissertação, mostrando como as experiências

de mundo do sujeito Guimarães Rosa influenciaram suas obras, e mais especificamente, “Grande sertão: veredas”.

Para a divulgação de suas ideias, quando da construção literária, o escritor cria um ser ficcional, a quem delega a tarefa de divulgar, implicitamente, o recorte material desejado. Para isso, lança mão do narrador¹, que expõe uma maneira de encarar a vida, um estilo literário e um modo de internalizar a realidade. Intrínsecos a esses planos, vislumbram-se o momento histórico e os aspectos socioeconômicos, políticos, religiosos e culturais.

Em conformidade com Eco (1994), o narrador é uma voz, que se manifesta sob a forma de estratégia narrativa. Essa, por sua vez, se apresenta como um conjunto de instruções dadas, passo a passo, instruindo o leitor-modelo a agir, decidir e seguir.

O narrador, em seu trabalho de indicar a direção mais propícia de como se deve ler, conscientemente, a obra por ele representada, mostra-se uma figura ambígua, capaz de contemplar tanto o protagonista quanto a personagem, que fala em primeira pessoa (ECO, 1994). Nesse exercício, convida seus leitores a ler entrelinhas, recolhendo inferências significativas, que ajudem a descortinar elementos implícitos e relevantes do contexto narrativo. Algumas alusões, despercebidas por muitos leitores, podem ser chaves para análises ou interpretações muito sugestivas. Trata-se de peças que alavancam e suscitam lembranças, recordações de infâncias, *flashback* e *flashforwards*. (ECO, p.1994, p.38)

Em “Grande sertão: veredas”, o narrador, Riobaldo, caracteriza-se como um ser íntegro, reflexivo e conselheiro, como ele mesmo declara: “Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar o justo” (ROSA, 2001, p. 31). Além disso, ele se considera astuto: “o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém!” (ROSA, 2001, p. 31). E diferente de todos: “Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo” (ROSA, 2001, p. 31). Riobaldo também se apresenta como aquele que viveu o narrado, ao lado de seus companheiros, e que incorporou a vida rústica sertaneja. O conhecimento dessa circunstância permite ao leitor dar conta das nítidas oscilações, ocorridas ao longo da narrativa: entre o homem rústico, que ilustra o sertanejo ex-jagunço, e o moderno, que tem a capacidade de transpor, discursivamente, suas memórias em linguagem narrativa. Isso se comprova no relato do protagonista:

¹ Salienta-se que muitas personagens expressam cargas simbólicas e representativas das ideias e dos artifícios, que o autor quer apresentar, maiores ou tão importantes quanto às do narrador – como é o caso das personagens elaboradas por Machado de Assis.

Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Currálinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. (ROSA, 2001, p. 30)

Na passagem acima, percebe-se que o discurso de Riobaldo o revela como um homem racional, que viveu e comportou-se no sertão, enquanto sertanejo, incorporando também, ao lado de suas experiências, a vida rústica do espaço.

Para esse narrador, ser jagunço, no bando de cangaceiros, significa uma oscilação entre duas posições: a de jagunço semiletrado, portador de uma herança cultural popular, que passa a vida lutando e convivendo com sertanejos em condições semelhantes à sua; e a de narrador culto, vivido, de cultura elevada, que teve um pouco mais de letramento que seus companheiros do cangaço. Essa dupla perspectiva demonstra o elo de comunicação entre o sertão e o mundo ou entre o regionalismo e o universal. E nele, “é natural [...] que haja, por um lado, relação estrutural entre a intriga, os personagens e o meio, e, por outro lado, entre essa arquitetura e a sua natureza de criação puramente estética” (DANIEL, 1968, p. 15).

A proposta estrutural, em “Grande sertão: veredas”, é inovar a estrutura narrativa, já que o romance é construído sem divisão em capítulos. O trabalho é um monólogo ininterrupto, em forma de diálogo pelas metades: já que a fala do personagem principal incorpora a resposta do destinatário: “Sentimos a presença constante do destinatário pela inserção, no discurso de Riobaldo, de frases mais características da forma oral, que têm o objetivo de saber se a mensagem está sendo entendida” (NASCIMENTO; COVIZZI, 1988, p. 49). Isso ocorre, porque o relato obedece à memória de Riobaldo (RICOEUR, 2007). As lembranças são embaralhadas e fluem mais naturalmente soltas: sem ordenação cronológica, conforme se prova na fala a seguir: “com que entendimento eu entendia, com que olhos era que eu olhava? Eu conto. O senhor vá ouvindo. Outras artes vieram depois” (ROSA, 2001, p. 163).

A construção de um interlocutor, que ora inquiri, ora responde, ora alterna entre as duas posições, encaixa-se no papel do autor-modelo, referido por Eco (1994). Para o teórico, o autor-modelo é uma voz discursiva, que permanece invisível, traçando, passo a passo, instruções a serem seguidas pelo leitor-modelo. Riobaldo, ao se reportar a seu interlocutor, de maneira interrogativa, utiliza dessa estratégia da qual Eco (1994) fala.

O autor-modelo também se revela na forma como organiza a história: não através de um enredo, mas, de um discurso narrativo. Sobre isso, Eco (1994) pontua:

O autor não passa de uma estratégia textual que é capaz de estabelecer correlações semânticas e que pede para ser imitada: quando diz “estou falando”, essa voz nos convida a chegar a um consenso para que a palavra “jogo” seja aceita para designar jogos de tabuleiro, jogos de cartas, e assim por diante. Entretanto, essa voz não define a palavra “jogo”: ao contrário, pede que nós a definamos ou reconhecamos que só é possível defini-la satisfatoriamente em termos de semelhanças de “família”. (ECO, 1994, p. 30-31)

Portanto, o autor-modelo, o narrador e o leitor aparecem juntos. E precisam dessa condição, porque o autor- modelo e o leitor-modelo são entidades, que se tornam claras, uma para outra, somente no processo da leitura, de modo que uma cria a outra. Esse fato pode ser visto na obra “Grande sertão: veredas”.

Riobaldo tenta emendar suas lembranças ao relato, situando, o mais confortável possível, o seu leitor na narrativa. Guimarães Rosa bem sabia que seus conhecimentos, adquiridos ao longo da sua carreira literária, eram chave importantíssima de embasamento de seu pensar. Da mesma forma, ressaltam-se as inovações linguísticas: traços singulares de suas obras.

O autor pode ser considerado revolucionário, em termos de criação lexical, porque, em suas obras, percebe-se um trabalho de manipulação das palavras, que recebem novo brilho e nova significação; sem falar dos regionalismos – o que transforma a língua local em territorialidades fluidas e genuínas. (OLIVEIRA, 1998)

De acordo com Vejmelka (2009, p. 126), “a chamada língua de Guimarães Rosa é resultado de um trabalho criativo intenso com a língua nos mais variados registros e normas – o culto, o coloquial, o regional e o oral”, tudo isso aliado ao “contato e intercâmbio com as línguas indígenas e africanas que participaram da formação do Brasil” (VEJMELKA, 2009, p. 126).

Uma nota interessante de Vejmelka(2009) é a de como a revitalização linguística das obras de Guimarães Rosa notabilizou e deu abertura para que os elementos, tanto linguísticos quanto temáticos e narrativos, fossem combinados em confronto “crítico com a história e o presente do Brasil, enquanto nação em vias de modernização acelerada em meados do século XX, numa reflexão profunda sobre as possibilidades e as condições da construção de uma identidade nacional brasileira” (VEJMELKA, 2009, p.127).

Além dos aspectos linguísticos, é possível perceber rastros de saberes científicos, provindos das pesquisas teóricas de Guimarães Rosa. Por exemplo, em um inventário dos principais títulos encontrados em sua biblioteca, foram encontradas obras, que versavam sobre assuntos variados, dos quais se destacam: os etnográficos, os geográficos, os

folclóricos; de conceito e de crítica de Literatura e Linguagem; e de referências, como o “Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais” (FAGUNDES, 2010). A seguir, faz-se breve abordagem dos principais temas selecionados e enfatizados nesta dissertação.

Inicialmente, abordam-se as obras de etnografia, que mostram um painel “sobre as viagens de Rosa pelas regiões do Brasil e fornecem uma chave interpretativa de sua própria atividade artística, tomada como a de alguém que viaja e escreve sua literatura enquanto faz um inventário das tradições do homem sertanejo” (FAGUNDES, 2010, p. 46). Riobaldo deixa traços desse recurso quando relata que, após se passarem muitos meses, sem que houvesse combate contra o bando do Hermógenes, os jagunços, no caminho de Goiás e, fugindo das tropas do governo, encontraram a população de um arraial, marchando como se estivesse em uma procissão. Nesse relato, nota-se a representação das tradições religiosas do sertanejo daquele chão, ilustrada nos espaços transpostos por Riobaldo e pelo bando de jagunços:

É preciso saber os trechos de se descer para Goiás: em debruçar para Goiás, o chapadão por lá vai terminando, despenha. Tem quebra-cangalhas e ladeiras terríveis vermelhas. Olhe: muito em além, vi lugares de terra queimada e chão que dá som – um estranho. Mundo esquisito! Brejo do Jatobazinho: de medo de nós, um homem se enforcou. Por aí, extremando, se chegava até no Jalapão – quem conhece aquilo? – tabuleiro chapadoso, proporema. Pois lá um geralista me pediu para ser padrinho de filho. O menino recebeu nome de Diadorim, também. Ah, quem oficiou foi o padre dos baianos, saiba o senhor: população de um arraial baiano, inteira, que marchava de mudada-homens, mulheres, as crias, os velhos, o padre com seus petrechos e cruz e a imagem da igreja – tendo até bandinha-de-música, como vieram com todos, parecendo nação de maracatu! Iam para os diamantes, tão longe, eles mesmos dizendo: “[...] nos rios [...]” [...] o padre, com chapéu-de-couro prà-trasado. Só era uma procissão sensata enchendo estrada, às poeiras, com o plequeio das alpercatas, as velhas tiravam ladainha, gente cantável. Rezavam, indo da miséria para a riqueza. E, pelo prazer de tomar parte no conforto de religião, acompanhamos esses até à Vila da Pedra-de-Amolar. [...] O cortejo dos baianos dava aparência com uma festa. No sertão, até enterro simples é festa. (ROSA, 2001, p. 73-74)

Nesse trecho, o narrador retrata os caminhos e os trajetos empreendidos ao longo de suas andanças. Nele, percebem-se indicações e referências às cidades, às vilas e aos acidentes geográficos (rios, montanhas, vales) com os nomes que, bem provavelmente, foram embasados na realidade, recolhidos por Guimarães Rosa em suas pesquisas. Assim, os espaços são percebidos não só em seus aspectos físicos, mas também em seus aspectos simbólicos, apresentando os costumes (como, por exemplo, o de o padrinho dar o nome ao afilhado) e as crenças locais (como as rezas e os passatempos das comunidades).

Aliás, nesse episódio, Riobaldo, ao descrever os caminhos percorridos e as comunidades encontradas durante o trajeto, ilustra as territorialidades do povo sertanejo, que vivia afastado dos centros urbanos.

Outra temática encontrada na biblioteca de Rosa é a Geografia: recursos híbridos e naturais; a flora e a fauna típicas de territórios. Todos, características ecológicas, como a presença de bichos e de plantas, de grutas e de montanhas – aspectos da base física de cada particularidade geográfica. Inclui-se, nesse recorte, o “Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais”, que contém 178 mapas coloridos e ilustrados. (FAGUNDES, 2010, p. 49, 56)

Em “Grande sertão: veredas”, percebe-se o critério geográfico quando Riobaldo persuade seu interlocutor a desistir de viajar pelo sertão. Esse acontecimento traz à sua memória lembranças do território sertanejo em que viveu. Comprova-se:

Não fosse meu despoder, por azias e reumatismo, aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo. Lhe mostrar os altos claros das Almas: rio despenha de lá, num afã, espuma próspero, gruge; cada cachoeira, só tombos. O cio da tigre preta na Serra do Tatú – já ouviu o senhor gargaragem de onça? A garoa rebrilhante da dos-Confin, madrugada quando o céu embranquece – neblim, que chama de xererém. Quem me ensinou a apreciar essas belezas sem dono foi Diadorim [...] A da-Raizama, onde os pássaros calculam o giro da lua – se diz – e cangussú mostra pisa em volta. Lua de com ela se cunha dinheiro. Quando o senhor sonhar, sonhe com aquilo. Cheiro de campos com flores, forte, em abril: a cigantina roxa, e a nheica e a escova, amarelinhas... Isto – no Saririnhém. Cigarras dão bando. Debaixo de um tamarindo sombroso... Eh, frio! Lá geia até em costas de boi, até nos telhados das casas. Ou no Meão-meão – depois dali tem uma terra quase azul. Que não que o céu: esse é céu-azul vivo, igual um ovo de macuco [...] vento de não deixar se formar orvalho [...] um punhado quente de vento, passante entre duas palmas de palmeira [...]. Lembro, deslembro. (ROSA, 2001, p. 42)

Na abordagem, Riobaldo justifica a impossibilidade de não poder empreender uma viagem ao sertão com seu visitante e, ao mesmo tempo, aguça-lhe a curiosidade em experienciá-la, ao enumerar saudosamente os lugares por onde passou e os sentimentos nutridos ao revivê-los. Quando menciona os locais, parece enxergá-los, nitidamente, diante de si. É como se o tempo não houvesse passado... Essa representação, trazida por Guimarães Rosa, como já dito anteriormente, é uma estratégia de breve inventário do espaço sertanejo: clima, animais, plantas, hábitos e crenças dessa sociedade. O romance se mostra farto dessas enumerações.

Os trabalhos de cunho folclórico também ilustram o interesse sobre os hábitos e os costumes da população brasileira. Eles disponibilizaram, para Guimarães Rosa, um material criativo sobre lendas, mitos e superstições da sociedade da época. Há diversos elementos marcantes das credences locais registrados ao longo do relato do protagonista, conforme se vê abaixo:

E o que era, que estava assombrando o animal, era uma folha seca esvoaçada, que sobre se viu quase nos olhos e nas orelhas dele. Do vento. Do vento que vinha, rodopiando. Redemoinho: o senhor sabe – a briga dos ventos. O quando um esbarra com outro, e se enrolam, o dôido espetáculo. A poeira subia, a dar que dava escuro, no alto o ponto às voltas, folharada, e ramarêdo quebrado, no estalar de pios assovios, se torcendo turvo, esgarabulhando. Senti meu cavalo como meu corpo. Aquilo passou, embora, o ró-ro. A gente dava graças a Deus. Mas Diadorim e o Caçanje se estavam lá adiante, por me esperar chegar. – “Redemunho!” – o Caçanje falou, esconjurando – “vento que enviesa, que vinga da banda do mar [...]” – Diadorim disse. Mas o Caçanje não entendia que fosse: redemunho era dEle – do diabo. O demônio se vertia ali, dentro viajava. [...] O demo! Digo ao senhor [...] o que pensei: o diabo, na rua, no meio do redemunho [...] Acho o mais terrível da minha vida, ditado nessas palavras, que o senhor nunca deve de renovar. (ROSA, 2001, p. 261-262)

No trecho, Riobaldo se coloca como uma pessoa que viveu praticamente toda a vida no sertão, em meio à natureza e livre de leis convencionais. Assim, apreendeu a acreditar na herança cultural e religiosa do meio, confrontando, muitas vezes, seu posicionamento racional e simbólico. É o que se percebe sobre a explicação para o redemoinho. A fim de explicar o fato, apresentam-se três maneiras diferentes de encarar o “redemunho”. Na visão de Riobaldo, a credence era um dito popular. Já na perspectiva de Diadorim, tratava-se de um vento trazido pela corrente marítima. Mas, segundo Cacánje, seriam artes do diabo, pois esse sujeito viajava e vivia dentro de redemoinhos.

Além do material de cultura popular, presente na biblioteca de Guimarães Rosa, havia os livros de Conceito e de Crítica de Literatura e de Linguagem. Essa parte do acervo mostra como o autor se posicionava ante a análise e as interpretações literárias, identificando e esclarecendo sobre pontos literários ou sobre as “[...] mediações entre literatura e a construção imaginada de uma obra brasileira” (FAGUNDES, 2010, p. 56), tomadas como relevantes pela crítica literária. Em “Grande sertão: veredas”, o narrador faz referência a essa categoria, demonstrando, por exemplo, distinção entre uma pessoa culta e outra não.

Se vê que o senhor sabe muito, em ideia firme, além de ter carta de doutor. Lhe agradeço, por tanto. Sua companhia me dá altos prazeres. Em termos, gostava que morasse aqui, ou perto, era uma ajuda. Aqui não se tem convívio que instruir. Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. (ROSA, 2001, p.41)

Ao trazer à tona sua perspectiva a respeito do sertão, Guimarães Rosa deixa entrever que a escolha do material narrativo ganhou forma e vida em seu trabalho literário. Nele, Riobaldo, ao abordar os territórios e as territorialidades, permite ao seu leitor apreender alguns traços de representação social, geográfica, cultural, política e econômica do sertão de Minas Gerais, apoiados em uma experiência de vida ficcional.

Por diversas vezes, tende-se a considerar a obra literária como algo incondicionado, que existe em si e por si, agindo sobre todos, graças a uma força própria, que dispensa explicações. Essa ideia repousa na hipótese de uma virtude criadora do escritor, misteriosamente pessoal (CÂNDIDO, 1985, p. 73). Entretanto, Cândido (1985) ressalta que, no que tange o valor artístico de um trabalho, um modo eficaz de elucidá-lo é considerar seu conteúdo e a relação entre grupos criadores e grupos receptores de vários tipos. Sobre isso, afirma-se:

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores. [...] A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (CÂNDIDO, 1985, p. 74)

Se a obra é mediadora entre autor e público, o último também o é entre autor e obra, à medida que o autor só adquire consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros (CÂNDIDO, 1985, p. 76). Por isso, “escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos” (CÂNDIDO, 1985, p. 76). Além do mais, “as ideias filosóficas, literárias ou políticas do escritor é a maneira pela qual ele vê e sente o universo que cria” (GOLDMAN, 1979, p. 75-76). Concomitantemente, o valor estético de seu trabalho se fará à medida que ele expressar essa perspectiva, através de suas personagens, de seu narrador e da ação narrativa.

Considerando as intenções do pensamento consciente do escritor, o historiador deve levá-las em conta, buscando subsídios de compreensão da obra – sem alimentar o preconceito de que possuem um instrumento “privilegiado” universalmente válido (GOLDMAN, 1979, p. 76). Mantido esse critério, os caminhos discursivos devem prosseguir.

Adiante, percorrem-se as propostas de Guimarães Rosa em “Grande sertão: veredas”.

2.2 A TRAMA DE “GRANDE SERTÃO: VEREDAS”: A FICÇÃO COMO SUBVERSÃO DA REALIDADE

“Grande sertão: veredas” é considerada uma das mais significativas obras da Literatura Brasileira. Publicada em 1956, inicialmente, chama atenção por sua dimensão (mais de 600 páginas) e pela ausência de capítulos. O foco narrativo está em primeira pessoa. Riobaldo, na condição de rico fazendeiro, revive suas pelepas, seus medos, seus amores e suas dúvidas. A narrativa, longa e labiríntica, por causa das digressões do narrador, alterna, assim, o tempo do enredo, simulando o próprio sertão físico – espaço onde se desenrola toda a história. E apesar de ser um trabalho ficcional, a obra ilustra, com excelência, a sociedade sertaneja da época.

Como todo trabalho literário, a Literatura é um vínculo de ligação entre o real e o imaginário. Esse elo pressupõe que o autor, para criar a obra literária, consiga articular a ficcionalização, baseando-a em suas impressões a respeito da realidade, utilizando, para isso, uma manipulação estética. Sobre a ficção, Rosenfeld (1970) pontua:

A ficção é um lugar [...] privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variados, a plenitude da sua condição e em que se torna transparente a si mesmo; lugar em que, transformando – se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando – se de si mesmo, verifica, realiza e vive a sua condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz de desdobrar – se, distanciar – se de si mesmo e de objetivar a sua própria situação. (ROSENFELD, 1970, p. 48)

Se assim for o trabalho ficcional, não deve constar apenas de mera imitação do real. O autor consciente precisa combinar elementos da realidade natural a uma hábil estilização formal. Como afirma Cândido (1985), a seguir:

A arte, e, portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam uns elementos de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração. (CÂNDIDO, 1985, p. 53)

A Literatura, como pronuncia Cândido (1985), é uma transposição do real para o ilusório por meio de estilização formal. Guimarães Rosa executa, com primor, esse exercício em “Grande sertão: veredas”, favorecendo uma imersão profunda nas Minas Gerais do início do século XX. A esse respeito, Santos (2008) afirma que o espaço constitui um produto social em permanente processo de transformação, impondo “sua própria realidade; por isso, a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade” (SANTOS, 2008, p. 67).

E multiplicidade territorial é o que há, em abundância, em “Grande sertão: veredas”, apresentada habilmente no discurso do narrador a seu suposto interlocutor. O ouvinte, que sai de seu destino para conhecer o sertão mineiro – mas, antes, é persuadido a conhecê-lo pelo relato de Riobaldo –, encontra uma nova forma de seguir viagem por meio da narrativa. Por meio desse transcurso, revelam-se saberes relativos ao ambiente, demonstrando que o lugar atua para construir o conhecimento, de acordo com as necessidades comunitárias. Seguindo esse raciocínio, Claval (2001) diz que:

Os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam [...] o entendimento de lugar vai muito além da simples visão de localização e de individualidade do espaço. São acrescentadas a percepção, os significados, as características e as heranças culturais dos indivíduos. (CLAVAL, 2001, p. 55)

Por esse prisma, ao apresentar o sertão, o narrador, em vez de desvendá-lo em seus aspectos exteriores, revela-o através da experiência pessoal de cada personagem da obra. Dessa forma, a visão que se passa a ter é a de uma região humana, que se revela nas identidades discursivas de Riobaldo, o que é fato muito mais interessante.

Na trama de “Grande sertão: veredas”, as tropas federais, representadas por Zé Bebelo, estão em conflito com as forças provinciais, apoiadas por exércitos de jagunços. Riobaldo era um dos que percorriam o sertão, abrindo caminho à bala. Entre seus companheiros, havia um, que muito lhe agradava: Reinaldo – ou também conhecido por “Diadorim”. Riobaldo o

conheceu ainda quando menino, mantendo uma relação que, muitas vezes, sugeria ir além de uma simples amizade. O próprio narrador se perturbava com aquela relação, mas, alimentava-a, de maneira pura, indo contra toda a rudeza do sertão, e beirando, inclusive, entre o amor e o ciúme. O protagonista revela:

Pois minha vida em amizade com Diadorim correu por muito tempo desse jeito. Foi melhorando, foi. Ele gostava, destinado, de mim, e eu – como é que posso explicar ao senhor o poder de amor que eu criei? Minha vida o diga. Se amor? Era aquele latifúndio. Eu ia com ele até o Jordão... Diadorim tomou conta de mim. (ROSA, 2001, p. 209)

O suposto amor representava algo impossível na vida de Riobaldo, já que jagunço era considerado como “cabra macho”, sendo esse sentimento a causa de grande conflito no protagonista e objeto, simultaneamente, de desejo e de repulsa (devido à pseudo-identidade do amigo).

Há também o amor por Nhorinhá, uma prostituta, a qual representa o amor físico, sensual e carnal, capaz de atrair Riobaldo.

Diferentemente desses dois amores já citados, encontra-se aquele nutrido por Otacília: um amor verdadeiro. Otacília é, pois, evocada pelo narrador, quando ele se encontrava desolado e saudoso durante sua vida de jagunço e quando recebeu a pedra de topázio de “seôHabão”, fato que simboliza noivado.

Nas longas aventuras dos jagunços, Riobaldo conheceu um dos seus heróis: o chefe Joca Ramiro, verdadeiro mito. Logo, Joca Ramiro começou a mostrar certa confiança por Riobaldo e o apelidou de “Tatarana”. Isso durou pouco tempo, já que o líder acabou sendo traído e assassinado por Hermógenes, um dos seus companheiros. O protagonista jurou vingança e perseguiu Hermógenes e seus homens por toda a árida região. Com medo da morte e com uma curiosidade sobre a existência ou não do diabo que tomava, cada vez mais, conta de sua alma, evidenciou-se um pacto entre Riobaldo e o príncipe das trevas, apesar de não explícito na obra.

O fato é que Riobaldo começou a mudar à medida que o combate final contra Hermógenes se aproximava. A crescente raiva do jagunço só foi contida por uma relação mais estreita com Diadorim, que já mostrava marcas de amor completo. Seguiu-se, então, o encontro com o rival e com seus homens; e a vingança foi, enfim, saboreada por Riobaldo.

Vingança, aliás, que se tornou amarga: Hermógenes matou, durante o combate, o grande amigo Diadorim.

Ao final da narrativa, aconteceu uma surpreendente revelação: na hora de lavar o corpo de Diadorim, Riobaldo percebeu que o velho amigo de aventuras, que sempre lhe cativou de uma forma especial, foi, na verdade, uma mulher: Deodorina, filha de Joca Ramiro, disfarçada como homem.

Mediante essa trama, questiona-se: de qual sertão Riobaldo fala: físico ou simbólico? E, como o protagonista e narrador constrói esse território?

2.3 O SERTÃO: DIFERENTES CONCEITOS E PERCEPÇÕES

O termo “sertão” é de origem portuguesa² e foi retratado pela primeira vez na Carta de Pero Vaz de Caminha (CORTESÃO, 1963, p. 239-240). Além de caracterizar a colonização portuguesa no Brasil, indicava a priorização da ocupação da costa litorânea.

Viana (1982) aborda o estudo da vida e dos costumes da aristocracia rural do sul e do norte brasileiros no início de suas colonizações, principiando com a análise dos centros populacionais mais significativos, Pernambuco e São Paulo. Segundo o autor, parte da corte europeia foi “transplantada para o meio da selvageria americana” (VIANA, 1982, p. 52-53) e ela veio paramentada de todo tipo de luxo. Os plebeus, extasiados e atraídos pelo conforto oferecido pelos centros da nova terra, impulsionaram um tipo alternativo de vida, em que prevaleceu a “tendência europeia de concentração urbana”. Assim, gradativamente, recolhiam-se a obscuridade e o silêncio da vida rural: “Fato que impele a aristocracia colonial para o isolamento dos engenhos, para a vida rústica e tranquila das fazendas e dos campos de criação, primeiramente, nos grandes domínios cafeeiros de São Paulo e às grandes fazendas cerealíferas de Minas Gerais” (VIANA, 1982, p. 56).

Esse é um dos motivos da dispersão da nobreza colonial pelo interior do território. Um adicional se deu pela busca dos índios, acompanhada pela expansão pastoril nos planaltos. E, por fim, pela conquista das minas. Tudo concorreu para deslocar e dispersar a população para

²De acordo com Amado (1982, p. 147), talvez, desde o século XII, os portugueses empregaram a palavra “sertão” para se referir a áreas situadas dentro de Portugal, porém, distantes de Lisboa (CORTESÃO, 1958, p. 28). A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas.

fora da periferia das cidades e das circunvizinhanças dos centros urbanos. A ocupação do sertão, mediante o quadro social da época, foi a última alternativa de escolha para os plebeus.

Dessa forma, os espaços nacionais, conhecidos por “sertões”, permaneceram desconhecidos e inexplorados até a primeira metade do século XIX. Essa situação mudou quando o governo propôs levar o progresso para o interior do país. Como afirma Ribeiro (2000) abaixo:

[...] se propõe a levar o progresso, a implementar uma “marcha para o oeste”, buscando integrar a nação num projeto único de desenvolvimento. O Brasil do litoral, sempre voltado para o mundo civilizado além do mar, torna suas vistas para o seu próprio interior. No processo de “interiorização do progresso”, a própria capital do país se transfere para o Planalto Central e o sertão se transforma em “celeiro agrícola” até se industrializar. (RIBEIRO, 2000, p. 57-58)

Com o propósito de propagar o progresso e o desenvolvimento brasileiro, instaurou-se um projeto governamental de interiorização, que buscou ocupar e modernizar as terras distantes do litoral, conhecidas como “sertões”. No século XIX, o sertão brasileiro era concebido como tudo aquilo que se opunha ao litoral. Ele sinalizava o interior do país, ausente de povoamento, e que, apesar de se distinguir em grandes áreas pela presença de vegetação exuberante de mata atlântica, era visto como um local atrasado, econômica, tecnológica e culturalmente – de acordo com o ponto de vista do europeu.

A partir do processo de interiorização, também surgiram comunidades típicas, as quais sobreviveram do que o meio territorializado lhes proporcionava. O norte de Minas Gerais, por exemplo, teve como povoamento inicial a presença de “nações indígenas Tapuias e Caiapós [...] que, com sua cultura específica, viviam da caça, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais” (COSTA, 1997, p. 78).

A ocupação posterior à indígena, já no século XVIII, deu-se com a chegada de bandeirantes paulistas e baianos em busca de pedras preciosas e a partir da formação de propriedades rurais e de fazendas dedicadas à criação de gado. “Instaladas ao longo de rios caudalosos e nas terras mais férteis da região, as grandes fazendas, desde o início da ocupação regional, se organizaram para a criação de gado bovino” (COSTA, 1997, p. 78). Nesse processo, “os animais eram deixados nas chapadas, povoadas de imensa variedade de leguminosas, que propiciava a alimentação do gado e, ainda, de uma gama imensa de frutos

que foram utilizados na alimentação humana, junta com espécimes da fauna” (COSTA, 1997, p. 84-85).

Concomitante à pecuária, praticava-se a agricultura de auto abastecimento, destinada, sobretudo, aos camponeses. Essa atividade se desenvolveu por meio do cultivo de: feijão, arroz, cana-de-açúcar, mamona, mandioca, melancia, abóbora e quiabo. Sobre esse aspecto, Guimarães Rosa reconheceu que os trabalhos de Saint-Hilaire (1975), durante as suas expedições em Minas Gerais, versavam sobre a riqueza de ervas e de plantas medicinais, encontradas no norte de Minas, e sobre sua utilização pelo homem sertanejo.

Nota interessante é a que faz Ribeiro (1997) a respeito das florestas tropicais e dos cerrados. De acordo com o teórico, os espaços, não identificados como florestas tropicais, a exemplo dos cerrados, receberam denominações de “sertões” e de “vazios humanos e econômicos”. “Cerrados” e “sertões” compartilham, assim, representações e interações, retomando a ideia que a eles se vincula: a consideração de “bioma feio” (RIBEIRO, 1997, p. 10).

Ribeiro (2000) também coloca que, nesse momento de expansão do colonialismo europeu, todos os espaços que, geograficamente, não foram identificados como “costa litorânea brasileira”, foram concebidos como “sertões”. Desse modo, “o sertão passa ser identificado com as regiões, onde os bandeirantes iam prear índios ou buscar minerais preciosos. Igualmente, no início da descoberta do ouro, as Minas Gerais foram conhecidas como “Sertão dos Cataguases” (RIBEIRO, 2000, p. 58).

Finalmente, chega-se ao território da Capitania de Minas Gerais, espaço narrativo de “Grande sertão: veredas”. Em conformidade com Couto (1904, p. 111), “chamam-se sertões as terras que ficam pelo seu interior, desviadas das povoações de Minas, e onde não existe mineração”. No caso do sertão mineiro, especificamente, no norte de Minas Gerais, o sentido de “sertão”, enquanto delimitação geográfica, e “ser do sertão” ou “ser sertanejo”, resgatam o projeto de dominação. Ou seja, o sertão norte-mineiro, sua geografia e sua sociedade fazem frente às suas peculiaridades.

O sertão norte-mineiro é também um espaço estigmatizado pelo seu atraso econômico, arcaísmo social e político. E, nesse processo de colonização, todo o estado de Minas Gerais foi conhecido como “sertão dos Cataguases”. Posteriormente, com a descoberta do ouro, essa região se urbanizou e perdeu a nomenclatura genuína.

Portanto, o sertão, enquanto objeto, pode ser compreendido a partir de uma percepção geográfica, que distinguia as regiões mais distantes e ermas do centro da província de Minas nos séculos XVIII e XIX. Já enquanto categoria, ele se relaciona a uma visão de natureza

diversa e apartada do conhecido (GENOVEZ; VILARINO, 2011). Por fim, em uma perspectiva histórica, passa a designar a grande área ao norte do território mineiro e as áreas com a presença de gentio, como, por exemplo, dos bravios botocudos, na altura do Rio Doce. (CUNHA, 2002)

Além de condição espacial, o sertão também pode ser visto enquanto categoria do pensamento social brasileiro e enquanto categoria cultural: “São regiões em processo de conquista e de integração à nação, onde foi comum duas ou mais culturas se encontrarem ou se enfrentarem” (AMADO, 1995, p. 51).

Logo, o conceito de “sertão” possui várias significações no que concerne à história de ocupação territorial brasileira. Desde seu nascimento, carrega, em si, acepções cujos enfoques político-econômicos e temporais se complementam, inserindo-se no contexto de extensão de desenvolvimento para além do litoral. Esse sentido reflete o processo de como o território foi ocupado e pensado a partir do olhar do colonizador europeu. De acordo com Amado (1995):

“Sertão” é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por Frei Vicente do Salvador (1975). No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas, que tinham como tema básico a nação brasileira. (AMADO, 1995, p. 145-146)

Além dessas acepções, apresentam-se, a seguir, outras definições para o termo “sertão”:

a) *desertao*, ou seja, sinônimo de deserto no sentido de ausência de civilização europeia, já que, esses espaços não eram um vazio populacional. O sentido de sertão enquanto deserto é identificado por Saint-Hilaire (1975) ao fazer referência às terras despovoadas do interior do Brasil: “[...] Quando digo despovoada, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada ate em excesso” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 375).

b) *serere*, *sertanum* de origem do latim clássico, que quer dizer o mesmo que, trancado, entrelaçado e embrulhado. Pode-se associar esse significado a presença dos cerrados no sertão em contraste com as florestas tropicais. Os cerrados, ao contrário dessas florestas eram vegetações fechadas de difícil penetração no seu interior. (AMADO, 1995, p. 57)

c) *Desertum* ou desertor, termos que remetem a ideia de desordem e de corrupção onde o sertão abrigaria pessoas desonestas e sem índole como: “[...] fugitivos da justiça, devedores da Coroa, aventureiros e contrabandistas, quilombolas e “índios bravios”, onde predominava uma população formada em grande parte por mestiços e negros livres” (AMADO, 1995, p. 57).

d) *Desertanum* significando um espaço desconhecido, a ser conquistado e para onde se direciona o desertor, o colonizador. (AMADO, 1995, p. 57)

Se vislumbrado a partir do pensamento social brasileiro da Primeira República, portanto, o sertão se apresenta, por um lado, como a imagem de um “território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização [...] o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo” (LIMA, 1999, p. 57); por outro, uma vez que se torna conhecido, passa a ser ordenado a partir de um processo de ocupação e de colonização, uma região colonial, sinônimo de fronteira. (GENOVEZ; VILARINO, 2011, p. 150)

Sertão, além de vazio humano e econômico, também já foi tratado como espaço a ser civilizado e moldado aos padrões europeus, conforme ocorreu na primeira metade do século XIX, quando a costa litorânea brasileira havia sido ocupada. Além disso, pôde ser evidenciado enquanto “outro mar ignoto, que somente poderia ser devassado pela audácia de novos conquistadores”, conforme ratifica Espíndola (2006, p. 08-09) em:

Essa categoria, que pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, designa o semiárido Nordeste, está fortemente presente no pensamento social e na literatura brasileira. No Brasil, a categoria sertão, em síntese, foi utilizada, até o início do século XX, para indicar terras desconhecidas [...]. A ideia de sertão aparece como um outro mar ignoto, que somente poderia ser devassado pela audácia de novos conquistadores. Assim [...] sertão ignoto, que nos mapas é assinalado apenas com uma “franja de serra” ou um “trecho de rio”, que nada dizem. A ideia de que seria um vazio, um não-lugar longínquo aparece na fala de um dos personagens de Guimarães Rosa: Remei vida solta. Sertão: estes seus vazios. No romance Grande Sertão Veredas o sertão é do tamanho do mundo; é onde manda quem é forte, quem tem astúcias; é o sozinho; é um sem lugar, território. (ESPÍNDOLA, 2006, p. 9)

Essas diversas representações para o termo “sertão” se tornam “[...] paradigmáticas para se pensar a natureza das sociedades e o tema da identidade nacional” (LIMA, 1999, p. 44).

A temática do sertão se insere também na Literatura Regional, assim como em outras manifestações culturais, em uma corrente específica: Literatura Sertaneja ou Sertanista. Nesse

tipo de Literatura, autores como Guimarães Rosa, Bernardo Guimarães, Hugo de Carvalho Ramos e Graciliano Ramos buscavam uma aproximação da realidade com sua concretude histórica (VICENTINI, 1989, p. 42).

Mais especificamente, em Guimarães Rosa, o sertão é, antes de um ambiente definido e localizado geograficamente, uma imagem ampla, complexa e criada pelo homem. Sendo assim, o esforço desse autor em figurar uma imagem está no fato de ele não negar sua dimensão concreta, e de constituir, a partir de uma perspectiva polifônica, sua natureza metafísica e filosófica. (BARBOSA, 2010)

Guimarães Rosa não pretende expor a duplicidade de culturas, de tempos e de espaços, mas, busca compreender o que a História e a Geografia têm a contribuir para um sertão marginalizado, onde atraso/progresso, passado/futuro, interior/cidade, aridez/veredas coexistem um dentro do outro e um através do outro. Nesse sentido, tudo o que aparece em contraponto e em conflito deve ser pensado em conjunto.

Pode-se dizer que a obra de Guimarães Rosa se lança em uma espécie de aporia espacial e histórica, em uma falta, que “chega a intuir o caráter disforme de qualquer lógica, a impossibilidade de qualquer limite, naufragando na ausência dos confins, na total impermanência, na fluidez de todas as fronteiras” (FINAZZI-AGRÒ, 2002, p. 124). O sertão não é algo fechado ou acabado. Ele existe a partir da peregrinação de Riobaldo, que, ao relatar o percurso, mostra a fronteira de um sertão-mar em “que desembocam todos os rios, todas as veredas que deveriam, em princípio, partir o espaço em lugares distintos, tornando-o ‘razoável’” (FINAZZI-AGRÒ, 2002, p. 125).

O sertão, categoria múltipla, vista por diferentes ângulos e permeada por inúmeros regionalismos, é, em si, complexo e múltiplo; cortado por territórios, culturas, mitos, crenças, tradições e práticas sociais e políticas. É também interdisciplinar, relacionando Literatura, História e Geografia a uma Linguística própria e com sentido antropológico específico. Fato que se comprova a seguir.

2.4 INTERDISCIPLINARIDADE: TERRITÓRIO, CULTURA E ANÁLISE DIALÓGICA

O projeto de interdisciplinaridade, nesta dissertação, busca um entrecruzamento de várias vozes para revelar saberes e crenças. Essa polifonia, em “Grande sertão: veredas”,

é resgatada a partir dos personagens, citados pelo protagonista, ao longo de sua narrativa, cada qual com sua identidade e com seu jeito próprio de encarar a si mesmo e o mundo a sua volta.

No contexto de interação ficcional, indaga-se: como considerar a postura de Riobaldo mediante as diversas situações e ideologias? Como dialogar com o seu conhecimento, extraindo dele territórios simbólicos e traçados a partir da Literatura? Seria possível esse percurso a partir de um conceito positivista de Ciência?

Houve um tempo em que o aprendizado conseguia abranger grande área do conhecimento. Não havia os “especialistas” de hoje, mas, os “portadores do saber”, que compreendiam, de uma forma ou de outra, um pouco de todos os assuntos que os rodeavam. Com essa bagagem científica, era possível tecer elos ou agregá-la a outras informações. Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar Riobaldo um “portador de conhecimentos”? Ou, trata-se apenas de um detentor de saberes e de crenças?

Ao tentar resgatar como ocorreu o processo evolutivo do conhecimento científico, percebe-se distinção de três grandes períodos, em meio às diferentes etapas históricas, apresentadas por Bachelard (1996): a) *estado pré-científico*, da Antiguidade Clássica ao Renascimento, até XVIII; b) *estado científico*, em preparação no fim do século XIX e início do século XX; c) 1905, como o início da era do *novo espírito científico*, momento em que a Relatividade de Einstein deformou conceitos primordiais, tidos como fixados para sempre. (BACHELARD, 1996, p. 9, grifos nossos)

As épocas servem apenas como marco do processamento do saber ao longo do tempo. É a partir delas, que cada estudioso analisa/cria sua obra, obedecendo ao pensamento histórico e social vigente. Guimarães Rosa é um autor que se encaixa no último período descrito por Bachelard (1996).

Devido ao avanço tecnológico, a partir de 1905, o modo de aprendizado se desmembrou, fazendo surgir os especialistas *latosensue stricto sensu*. Segundo Pombo (2006, p. 210), “o crescimento do conhecimento científico resulta de um processo de reordenamento interno das comunidades, levado por um reordenamento das disciplinas”. Nesse contexto, convém falar de conhecimento relacionado à vida social do homem.

Foi a partir do ponto de vista comtiano que a humanidade percebeu certa evolução em direção ao aprimoramento das abordagens disciplinares. O Positivismo se tornou hegemônico como paradigma do saber, e as disciplinas passaram a se afirmar no isolamento de suas questões e de suas próprias metodologias, fazendo das ciências o único acesso possível a verdades absolutas.

Na pós-modernidade atual, vivencia-se um momento marcado pela dúvida e pela incerteza. Apesar de se conviver com a tecnologia de ponta, o homem, a cada novo posicionamento, vê-se mais só e incapaz de obter plena satisfação naquilo que faz. Ele se sente inseguro, profissionalmente, e insatisfeito com sua condição econômica, política, social e cultural.

O indivíduo busca, então, armar-se de todos os lados e, com todos os artifícios possíveis, para, se não vencer, pelo menos, poder resistir às possíveis demandas que tem de enfrentar. É uma busca tão frenética pelo conhecimento que, às vezes, devido à necessidade de rapidez e de agilidade para sua realização, acaba não ocorrendo de forma plena. “Esse esforço é sempre acumulativo e social. Já por esse ângulo, percebemos que o conhecimento humano sempre está relativo, parcial, incompleto” (JANTSCH; BIANCHETTI, 1995, p. 32).

De acordo com Japiassu (1976, p. 14), “a ciência é a consciência do mundo. A doença do mundo moderno corresponde a um fracasso, a uma demissão do saber. Quanto mais se desenvolve, mais elas perdem o contato com a realidade humana”. Para o autor, o esfacelamento das disciplinas é explicado, em boa parte, pelos preconceitos da mentalidade positivista: em uma perspectiva intelectual, em que as disciplinas se apresentam separadas por fronteiras, mais ou menos fixas, dependentes da diversidade das categorias de “observáveis”, não explicadas, mas, apenas, “descritas” (JAPIASSU, 1976, p. 34). Nesse sentido, estariam os saberes de Riobaldo “demitidos” pela ciência produtora de conhecimentos absolutos, porém, compartimentados?

O que hoje tem um valor individual pode ter também um caráter provisório. Isso porque falta substância, ou seja, não há conhecimento aplicável às reais e mais profundas necessidades humanas. Nota-se, por vezes, um saber supérfluo; em busca de outro que satisfaça, por completo, as lacunas deixadas pela disciplinaridade. Logo, a interdisciplinaridade se justifica pela procura de um conhecimento mais completo e satisfatório do que o proposto nas abordagens disciplinares, tentando suprir a insuficiência de respostas. Ela busca um conhecimento extracurricular que, ao mesmo tempo, domine e exceda aquele já trabalhado. Algo que acompanhe a evolução contínua da humanidade.

A experiência dos estudos interdisciplinares enseja um replanejamento disciplinar, que abarca e amplia o conhecimento tradicional, excedendo e superando as aplicações dispensadas às pesquisas. Sobre isso, “numa primeira aproximação, a interdisciplinaridade se define e se elabora por uma crítica de fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e mudança no domínio da metodologia das ciências humanas” (JAPIASSU, 1976, p. 54).

A proposta interdisciplinar coloca os estudiosos em contato com diversos teóricos e teorias, processando o conhecimento sob vários ângulos e aspectos. Num breve levantamento de alguns teóricos, que abordam a interdisciplinaridade, cada qual com uma ótica diferenciada, destacam-se: Gusdorf, Carneiro Leão, Sinaceur e Harbemas. (MINAYO, 1994)

Gusdorf percebe a interdisciplinaridade como busca de totalidade de conhecimento. Ele tem como discípulos Japiassu e Castoriadis. Ambos fazem críticas à fragmentação disciplinar. (MINAYO, 1994)

Já Carneiro Leão coloca a discussão sobre a interdisciplinaridade no âmbito da funcionalidade. Assim, ela “[...] nada tem a ver com o mundo da vida e com o real concreto. Pelo contrário, está imbuída de modelos teóricos e processamentos ligados a práticas operatórias” (MINAYO, 1994, p. 50, 52).

Sinaceur, por sua vez, articula a prática interdisciplinar à funcionalidade do poder e à pesquisa operacional, apresentando dois termos de natureza lógica e diferentes, ou seja, conhecimentos especializados e poder decisório. Nesse sentido, existe uma exterioridade da decisão, que prenuncia dados e elementos de informação de forma aleatória: articulam-se dois termos de natureza e de lógica diferentes, ou seja, conhecimentos especializados e poder decisório. (MINAYO, 1994)

Por fim, Harbemas se pauta na teoria da interdisciplinaridade como razão comunicativa. Esse conceito é sinônimo do agir comunicativo, ou seja, tradução de uma postura ativa de inter-relação e diálogo interdisciplinar. Desse modo, “a comunicação tem que ser construída sobre as bases de uma coerência de linguagem entre as teorias distintas que possam ser tratadas como fragmentos teóricos de uma abordagem mais ampla” (MINAYO, 1994, p. 59-60).

Conforme Bachelard (1996, p. 21), “o homem, movido pelo espírito científico, deseja saber mais para, imediatamente, melhor questionar”. Entretanto, um questionamento, baseado no conhecimento disciplinar (isolado), está fadado a encontrar respostas inconclusas ou inadequadas, ao contrário do que aconteceria se fosse inquirido a partir de perspectivas variadas.

Nesse sentido, a proposta desta dissertação é buscar uma abordagem para além da que tem sido enfatizado pelos estudiosos da obra “Grande sertão: veredas”. Acredita-se que a proposta da interdisciplinaridade gera um olhar novo e, ao mesmo tempo, múltiplo do objeto de estudo, entrelaçando os Estudos Culturais, os Estudos Territoriais e a Análise de Discurso Dialógica.

O rompimento com uma proposta positivista é, portanto, duplo: primeiro, por se considerar os saberes de Riobaldo expressos no romance de Guimarães Rosa; segundo, por articular diferentes áreas de conhecimento. O próprio discurso do protagonista, ao se desmembrar em vários, mostra essa característica de articulação de conhecimento cultural, o que leva a refletir sobre a “[...] unidade na diversidade além dos termos biológicos” (CUCHE, 2002, p. 9). Unidade – porque, a partir de sua história de vida, Riobaldo também reencarna o morador do sertão; suas preocupações, seus valores, suas afeições e seus sentimentos nutridos pelo território; fazendo surgir vários figurantes, materializados pelo ponto de vista do narrador.

Riobaldo narra sua história e considera-se presente na própria configuração do personagem, dividindo-se entre dois mundos aparentemente ambíguos: um de caráter lógico-racional, mais acordado como cidadão urbano com educação escolar; outro de caráter imaginário-religioso, próprio do sertanejo iletrado. Era assim: ora jagunço, típico filho do sertão; ora culto professor.

Nessa perspectiva, indaga-se: como encontrar um viés que interligue os povos de acordo com suas particularidades individuais e coletivas, de maneira que elas, ao mesmo tempo, consubstanciem os hábitos e os costumes de um todo?

A resposta reside na Etnologia, disciplina cujos fundadores partilham do postulado da unidade do homem, baseada em um argumento biológico (explicação da existência de raças, segundo um esquema evolucionista). Mas, a Etnologia ultrapassa o conceito de “esquema evolucionista”, resgatando o conceito de “cultura”, que abrange tanto os hábitos e os costumes, quanto o tipo de relação que o indivíduo mantém com o meio em que vive. (CUCHE, 2002, p. 33)

O significado de “cultura” é alvo de controvérsias entre seus idealizadores e admite variadas interpretações, pelas diferentes escolas, em “uma acepção universalista ou particularista”³. A primeira definição etnológica da concepção universalista da cultura é do antropólogo Edward Burnett Taylor, que rompe com as definições restritivas e individualistas, inserindo-a em um conjunto complexo de conhecimentos, de hábitos e de capacidades comunitárias, civilizatórias. Cultura e civilização são, dessa forma, “tomadas em seu sentido etnológico mais vasto; são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a

³Contrapondo a concepção universalista de cultura, existe a perspectiva particularista da cultura, na qual Franz Boas se representa na condição de inventor. Para este trabalho, entretanto, a concepção universalista melhor comporá e satisfará a proposta analítica.

arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TAYLOR, 1876, p. 1).

Visto por esse ângulo, o homem é essencialmente um ser de cultura. A cultura lhe permite adaptar ao meio, às suas necessidades e aos seus projetos, inventando soluções originais aos problemas impostos. Logo, ela remete aos modos de vida e de pensamento, o que se trata de uma utilização simbólica e de um encontro cultural – ocorrido entre grupos sociais pertencentes a uma mesma sociedade, que, por sua vez, possui hierarquias culturais. A defesa comum da autonomia cultural está estreitamente ligada à preservação da identidade coletiva de um dado grupo, que não pode se compreender a não ser pelos estudos das suas relações com os grupos vizinhos. (CUCHE, 2002)

A análise cultural se relaciona ao território e às territorialidades, porque é a partir da demarcação territorial, seja ela física ou simbólica, que o povo vive suas territorialidades, representações de suas atividades culturais. Guimarães Rosa começa o processo de representação da realidade por uma região concreta. Ele a transforma aos poucos, recriando-a para formar o universo de seu romance – e nunca perdendo o foco ao “desrealizar” sua obra. Desse modo, apesar de o território ser retratado, de maneira generalizada, em suas dimensões políticas ou a partir de relações de poder, prescinde a existência das práticas sociais de uma sociedade.

O território, então, é considerado um fator responsável pela construção das identidades. Haesbaert(2011)fala da existência de identidades espaciais, o que tem a ver com as territorialidades vividas sobre o e com o espaço territorial, o que também não deixa de ser influenciado por outros elementos como a língua e as relações de poder. Pode-se considerar que a apropriação espacial é dada pelo ressoar de uma voz, que encarna consigo valores, sentimentos e empatias sociais. Esse ecoar se mostra tanto como dialógico, porque é o que o outro revela de si; quanto polifônico, pois é a soma dos conhecimentos e dos saberes apreendidos na coletividade. (BAKHTIN, 1997)

Em “Grande sertão: veredas”, verificam-se traços culturais díspares, quando Riobaldo retrata comunidades de diferentes territórios. Em alguns momentos, o território se apresenta como pano de fundo para uma sociedade letrada, detentora de poder econômico. Em outros, é revelado que, embora faltando recursos materiais, a comunidade possui capital cultural, complexo e diversificado. Nesse processo, percebe-se um entrecruzamento de saberes, rememorado por experiências próprias do narrador, o que acaba por evocar a função dialógica da linguagem.

Nesta dissertação, considera-se que a função dialógica ocorre no embate discursivo entre interlocutores, que possuem pontos de vistas ou opiniões, nos quais há certa analogia de ideias. Essa proposta é importante, porque inexiste uma satisfatória compreensão da articulação de pensamentos se os interlocutores não possuem um sistema de comunicação, que os permita dialogar e compreenderem-se mutuamente. No caso de “Grande sertão: veredas”, o dialogismo se mostra uma categoria, que permite a materialização do território e, por consequência, das territorialidades – a última perpassada por questões culturais. Por isso, é interessante, neste momento, pontuar sobre o entrelaçamento entre Literatura e Território, para posteriormente, refletir sobre os pontos de aproximação entre a Análise Dialógica, de Bakhtin (1997, 2002, 2003, 2010), e a proposta multiterritorial de Haesbaert (2001, 2004, 2007, 2008, 2009, 2011).

3 LITERATURA E TERRITÓRIO: UM DIÁLOGO ENTRE GUIMARÃES ROSA, BAKHTIN E HAESBAERT

Este capítulo trabalha a relação interdisciplinar entre Literatura, Linguística, Estudos Territoriais e História, na análise da obra de Guimarães Rosa: “Grande sertão: veredas”. Trata-se de uma tentativa inovadora de mostrar que até mesmo uma construção ficcional pode se aproximar do mundo real, sendo uma representação de determinado recorte social/histórico/espacial. Logo, os personagens, em sua verossimilhança, permitem a ilustração de um perfil coletivo, o que se dá através daquilo que falam de si e do ambiente a sua volta. Esses dizeres, ou discursos, aqui, têm a ver com a proposta de “polifonia”, de Bakhtin, e também de “dialogia”, do mesmo autor, mostrando a língua enquanto um sistema aberto, relacional, ideacional e revelador de identidades.

Considera-se que a proposta interdisciplinar, nesta dissertação, é a de considerar o romance “Grande sertão: veredas” à luz dos estudos literários e da abordagem territorial integradora de Haesbaert (2004), vislumbrando, nos aspectos funcionais e simbólicos do território, os laços culturais e afetivos de Riobaldo e dos sertanejos com o espaço, como algo que enlaça as superstições e a religião. A narrativa, que expressa tais laços, desvelam vozes, as quais se deixam ressoar intrínsecas ao relato do protagonista.

Para cumprir esse intento, admite-se a Literatura enquanto painel da evolução sociocultural, política, econômica e religiosa das sociedades. Através dela, pode-se descortinar o panorama social, articulado pelo escritor – embora, muitas vezes, ao se dirigir ao leitor/ouvinte, a obra literária se destoe dos propósitos iniciais de quem a criou. “Os fatos que lhe deram, às vezes, origem, perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, graças à imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social” (COUTINHO, 1950, p. 62).

Se os lugares são referências espaciais, em que a representação social de uma obra se ancora, a representação de uma porção ou o recorte territorial torna verossímeis as perspectivas históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais do momento em que se dá o recorte literário⁴. E o território, por sua vez, pode ressaltar o contexto físico e/ou simbólico,

⁴ Embora esse enfoque se estenda aos trabalhos artísticos em geral, pretende-se utilizá-lo aqui em sua conotação romanesca, de acordo com o recorte proposto. Segundo Brandão (2005, p. 332-339), a questão da definição do que é narrativa deve levar em conta um gênero de discurso, pressupondo, assim, um narrador, uma narração e um destinatário. A romanesca tem como dado principal o ser em prosa (e não em verso). Deve ter certa extensão mínima, cuja mensuração pode variar de época para época ou de lugar para lugar, permitindo a distinção entre

conforme a abordagem escolhida: materialista ou subjetivista. Dessa forma, tanto as referências espaciais quanto o recorte literário (que as expressam) serão apreendidos, nesta dissertação, a partir da perspectiva dialógica e polifônica bakhtiniana.

3.1 A PERSPECTIVA DIALÓGICA BAKHTINIANA

A representação estética da Literatura confronta dois planos na imaginação de quem lê. Um, baseado no conhecimento de mundo; e outro, em que se ancora o conhecimento para reler o texto apresentado. Isso demonstra a importância da representação do real em um trabalho literário, pois é a partir dela que o leitor fará as inferências pessoais para compreender a obra. Visto dessa forma, o texto literário não é a sociedade em si e não se presta a fixá-la.

O leitor busca na realidade a sua volta os elementos necessários para entender o contexto social da obra. Tal fato implica a valorização da qualidade estética e o rastreamento de indícios da sociedade, filtrados pelo narrador. “Daí, talvez, não se pode falar, a rigor, de influências literárias propriamente ditas, mas da influência dos mesmos fatores sociológicos, das mesmas “provocações” ecológicas, sobre os escritores, de imaginação ou de ideias [...]” (COUTINHO, 1986, p. 234).

A sociedade adquire relevância quando se torna parte integrante da própria narrativa, sendo possível revistar as forças sociais colocadas em evidência no viés narrativo. A ficção é, pois, o palco que permite traçar as inferências, até mesmo, nas incertezas de como esse real se efetua, conforme afirma Riobaldo em: “Digo: o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para gente é no meio da travessia” (ROSA, 2001, p. 80).

O espaço narrativo de uma obra literária é toda organização textual, que compõe a estrutura narrativa do desenvolvimento do enredo. Através dele, o leitor pode se entrever nas representações verossímeis⁵ da realidade. “É importante assinalar que a literatura de ideias ou puramente descritiva forneceu aos poetas e ficcionistas dados mais ou menos objetivos de que

romance e outros gêneros narrativos breves, como o conto. É um texto escrito, o que significa que, do ponto de vista da recepção, destina-se à leitura (e não à audição). Finalmente, trata-se de ficção, o que pode estar explicitado ou não no discurso do próprio narrador, mas estará sempre presente no pacto de leitura que se propõe ao leitor.

⁵Verossimilhança é a qualidade que faz a arte parecer verdadeira, apesar de todas as coisas impossíveis que ela possa dizer.

necessitam para a criação de suas obras – que refletem o mesmo esforço de fidelidade ao real” (COUTINHO, 1986, p. 234).

As relações e as inter-relações sociais surgem à medida que se adentra no espaço literário. É a destreza do autor, ao criar sua obra, que permite ou não o leitor se identificar com o trabalho, encontrando, nele, traços de verossimilhança com o representado. Riobaldo reafirma essa posição quando ressalta:

Sei que estou contando errado, pelos altos. Desemendo. Mas não é por disfarçar, não pense. De grave, na lei do comum, disse ao senhor quase tudo. Não crio receio. O senhor é homem de pensar o dos outros como sendo o seu, não é criatura de pô denúncia. E meus feitos já revogaram, prescrição dita. Tenho meu respeito firmado. Agora, sou anta empoçada, ninguém me caça. Da vida pouco me resta – só o *deo-gratias*; e o troco. Bobéia. (ROSA, 2001, p. 114)

Em outra perspectiva, passando à crítica literária, Cândido (1985) percebe que a questão cultural se expressa também na forma estética, e que esse espelhamento é, na verdade, imprescindível. Assim, além de ser relevante à obra o retrato de seu tempo e sua superação, é necessário que ela o faça de uma forma esteticamente válida. Em outras palavras, a Literatura, em seu aspecto constitucional e, ao representar, de maneira ficcional, a sociedade, representa também o mundo e o recorte histórico, que o autor deseja ressaltar em seu trabalho. Apesar de não ser a realidade empírica, sua funcionalização mantém elos bem realistas com o mundo representado na obra.

[...] é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam uns elementos de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração [...]. (CÂNDIDO, 1975, p. 53)

A Literatura é encarada como espelho de uma sociedade e representação do momento histórico, que, por sua vez, é substância de uma cultura em constante processo de transformação. Ao mesmo tempo, mostra-se imagem e reflexo das mudanças humanas. E, por representar as contínuas evoluções, pode ser definida com uma conotação infinita, porque a sensibilidade de entendimento dessas duas esferas (a sociedade e o homem) são infinitas.

No romance de Guimarães Rosa (2001), pode-se observar a concretização de um dado momento histórico, expresso no projeto do modernismo brasileiro, a partir: a) de um nacionalismo imposto não de fora para dentro, e sim, construído de dentro para fora; e, b) da presença dessa dialética modernista de modo consistente. (BOLLE, 2004)

Por meio da construção discursiva de Riobaldo, Guimarães Rosa criou um tempo-espço brasileiro, síntese das influências múltiplas externas e internas, formalizadas em uma criptografia da história do Brasil (BOLLE, 2004). Ademais, não procurou uma imitação caricatural do nativo, mas descortinou os impasses existentes na cultura multifacetada, sem tampar as fissuras fragmentadas e as múltiplas influências culturais, assumindo-as como cultura nacional.

No sertão retratado por Rosa (2001), não se registravam a impessoalidade da vida nem a perda do mistério das coisas. Para o habitante local, o mundo era visto como aquele espaço em que nascera, vivera e iria morrer, em sua maioria, sem ter conhecido outro espaço (COUTINHO, 1986, p. 517). O próprio Riobaldo relata esse fato, afirmando ter vivido nesse cenário a vida toda; ausentando-se dele somente duas vezes: uma por motivo de enfermidade (ROSA, 2001, p. 33), na qual vai para a cidade de Sete Lagoas, e outra quando vai ao porto do de-Janeiro (ROSA, 2001, p. 118). Logo, o território, para essa comunidade rural, é motivo de existência humana e de satisfação de necessidades.

Em um trabalho literário, notam-se, no enredo, entrelaçados ao tempo-espço, as formas de pensar e os valores de seus criadores. Em “Grande sertão: veredas” não é diferente. Através do relato de Riobaldo, constrói-se uma sociedade rural díspar, que revela suas territorialidades em função do espaço territorializado (HAESBAERT, 2004). Esse, por sua vez, entreabre, aos olhos do leitor, o tipo econômico, a organização política, as crenças, os hábitos e os costumes culturais, nutridos pelos moradores locais.

Para acessar o entrelaçamento espaço-temporal, é preciso alcançar a proposta discursiva da linguagem. Por isso, escolheu-se, aqui, Bakhtin, o qual fornece suporte linguístico necessário a esse intento.

3.1.1 Bakhtin: um filósofo da linguagem

As pesquisas de Bakhtin são influentes para a Teoria Literária, a Crítica Literária, a Sociolinguística, a Análise do Discurso e a Semiótica. Bakhtin é, na verdade, um filósofo da

linguagem, e sua linguística é considerada uma “translinguística”, porque ultrapassa a visão de língua como sistema. Para o autor, não se pode entender a língua isoladamente, isto é, qualquer análise linguística deve incluir fatores extralinguísticos, como: contexto de fala, relação falante e ouvinte, momento histórico, etc. (FIORIN, 2008)

Enquanto pesquisador da linguagem humana, Bakhtin embasou trabalhos de diferentes tradições teóricas (Marxismo, Semiótica, Estruturalismo e Crítica Religiosa). Embora fosse ativo nos debates sobre Estética e Literatura, que tiveram lugar na União Soviética, na década de 1920, sua posição de destaque não se tornou bem conhecida, até que ele foi redescoberto por estudiosos russos na década de 1960. (GRILLO, 2008)

Bakhtin é o criador da nova teoria sobre o romance europeu, incluindo o conceito de “polifonia” em uma obra literária. A ele também pertencem os termos e as expressões literárias: “cultura cômica”, “cronotopo”, “carnavalização” e “menipeia”. Para esta dissertação, interessam suas abordagens sobre “polifonia”, “dialogia” e “cronotopo”, que serão aprofundadas nos itens seguintes.

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin (2010) explora o objetivismo abstrato ou positivista e o subjetivismo idealista. Segundo o autor, o objetivismo abstrato afirma que a realidade existe independentemente da consciência; e que o ser humano tem contato direto com esse campo através dos sentidos – o qual pode ter conhecimento objetivo pelo processo de formação de conceitos. Tal preceito impõe que os sentidos (ou signos) não são criados pelos pensamentos que alguém tem, mas, são determinados para a natureza da realidade. Ao contrário do objetivismo abstrato, o subjetivismo idealista, de acordo com a visão bakhtiniana, situa a ideologia na consciência, sendo assim, representativa – já que cada elemento de consciência representa alguma coisa. O pensamento é, portanto, o suporte de uma função simbólica: “A ideologia é um fato de consciência e o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão” (BAKHTIN, 2010, p. 33).

O objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista de Bakhtin descobrem, no signo linguístico, um signo social e ideológico, capaz de integrar a consciência individual e a social. A inovação dessa perspectiva consiste em reformular, de forma coerente, a relação entre Ideologia e Psicologia, defendida em muitos trabalhos teóricos sobre Linguagem e Literatura. Visto dessa forma, “a palavra é o signo ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2010, p. 91-92) e também “[...] uma ponte entre mim e o outro” (BAKHTIN, 2010, p. 91-92). Nesse caso, as abordagens externas ou internas da linguagem consistem em aproximar o signo apreendido

de outros signos já conhecidos, ou seja, da compreensão do objeto comunicativo – que está interligado ao contexto sócio-histórico e cultural retratado.

Além disso, conciliam-se, na concepção textual de Bakhtin, abordagens externas e internas da linguagem: “O texto é considerado, hoje, tanto como objeto de significação, ou seja, como um “tecido” organizado e estruturado, quanto como objeto de comunicação, ou melhor, objeto de uma cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto sócio-histórico” (BARROS, 2003, p. 1).

Apesar de a obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” ter sido escrita no fim da década de 1920, ela mantém uma atualidade espantosa e faz parte dos fundamentos da Teoria Textual e Semiótica. De caráter interdisciplinar, abre portas para uma nova interpretação do signo, da linguagem, da comunicação e da ideologia, de bases social e material, mas sem uma postura mecânica, tampouco positivista. Ademais, aplica o materialismo dialético ao campo da Linguística, de maneira fértil e original.

No mundo das relações humanas, o homem fala, interroga sobre si, sobre seu entorno; e, ao fazê-lo, articula relações interativas, capazes de enunciar respostas a partir das quais constrói conhecimentos. O próprio narrador da obra “Grande sertão: veredas”, por exemplo, é responsável pela divulgação do movimento do cangaço e das características de seus participantes – os cangaceiros – conforme bem se vê abaixo na citação:

Olhe: jagunço se rege por um modo encoberto, muito custoso de eu poder explicar ao senhor. Assim- sendo uma sabedoria sutil, mas mesmo sem juízo nenhum falável; o quando no meio deles se trança um ajuste calado e certo, com semelho, mal comparando, com o governo de bando de bichos – caítitu, boi, boiada, exemplo. E, de coisas, faziam todo segredo. (ROSA, 2001, p. 183-184)

Esse é o mundo dos eventos, dos atos éticos e da atividade estética de que se ocupou Bakhtin em seus estudos. O dialogismo é, portanto, a espinha dorsal da obra desse autor, propondo-se a ver o homem sempre em sua relação com o outro. Por isso, o ser nunca é completo, fechado, uma vez que sua existência depende da sua interação com a alteridade – o que, por consequência, é estabelecido, dialogicamente. Nesse sentido, a dialogia é um diálogo inconcluso, inacabável, imortal e está sempre aberto ou entreaberto. (BAKHTIN, 1979)

Bakhtin (1979) também situa o diálogo em duas perspectivas de tempo: 1) a pequena temporalidade, na qual se encontra o diálogo no seu sentido estrito, aquele realizado em uma situação determinada; e 2) a grande temporalidade, na qual se encontra o grande diálogo.

Partindo desses preceitos, “não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado) [...]” (BAKHTIN, 1979, p. 413). Em meio ao diálogo, em seus variados pontos e contextos, “existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo)” (BAKHTIN, 1979, p. 414).

Dessa maneira, na teoria bakhtiniana, toda e qualquer palavra se dirige a alguém, e seu sentido só se completa à medida que a compreensão se faz, ativamente, em forma de réplica ao que foi dito. Essa atitude responsiva, em conformidade com Bakhtin/Volochinov⁶ (1929), é a possibilidade de se garantir a real compreensão de algo/alguma coisa. A noção de recepção/compreensão ativa ilustra o movimento dialógico da enunciação; um território comum do locutor e do interlocutor.

3.1.2 A dialogia no processo analítico bakhtiniano e a narrativa de Riobaldo

Em “Grande sertão: veredas”, Riobaldo apresenta sua narrativa de vida, na qual vários saberes provêm do que aprendeu e viveu nas comunidades retratadas. Esse aspecto narrativo faz parte de um projeto denominado por Bakhtin (2010) de “dialogicidade” e de “polifonia”.

Bakhtin (2010, 1997) apresenta a dialogicidade interna do discurso como um recurso manifesto em todas as esferas do dizer. Em conformidade com esse autor, ao se empregar um discurso, a linguagem, que é ativa, permite uma série de inter-relações complexas e enriquece-se de novos elementos. Essas, por sua vez, não se direcionam a um grupo restrito ou a um mundo particular do ouvinte. Seu papel é a introdução de elementos completamente novos, que concorrem para a interação dos diversos contextos, pontos de vista, sistemas de expressões; harmonizando-os com os diversos aspectos da consciência social, exposta através do discurso.

⁶ Valentin N. Volochínov foi um amigo e devotado admirador de Bakhtin. Em 1923, atacado de osteomielite, Bakhtin retornou a Petrogrado e, impossibilitado de trabalhar regulamente, passou por uma situação material difícil. Animado pelo desejo de ajudar financeiramente seu amigo e divulgar as ideias do mestre Bakhtin, Volochínov ofereceu seu nome, a fim de tornar possível a publicação das primeiras obras do autor. (BAKHTIN, 2010, p.11). De acordo com Brait (2008, p.21), isso explica por que versões de obras para o Ocidente trazem assinatura de Valentin Volochínov – M. Bakhtin (Volochínov), indicando uma duplicidade de autoria.

A linguagem dos interlocutores é um exercício em que um se coloca frente ao outro. O locutor, ao enunciar a existência (real ou virtual) de um interlocutor, requer, automaticamente, deste último, uma atitude responsiva, antevendo o que ele vai dizer, isto é, experimentando, posicionando-se no lugar de seu ouvinte. Dessa forma, a enunciação é colocada no movimento dialógico dos enunciados, em confronto tanto com dizeres de um locutor quanto com os dizeres alheios.

Os enunciados de outrem são compreendidos quando o interlocutor reage “[...] àquelas (palavras) que despertam [...] ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929, p. 95). Nessa *performance*, o importante é a interação dos significados das palavras e seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção e da interação locutor/receptor. (BARROS, 2003)

No dialogismo, é o gênero que se encarrega de explicitar a convergência do embate entre falantes, sendo também o dispositivo por meio do qual o sistema artístico mostra as culturas como um *continuum*. Dessa forma, considera-se que a narrativa se torna um campo fértil de investigação, porque nela se constituem os discursos sobre o mundo a partir das relações dialógicas.

O diálogo em Bakhtin (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929, p. 123) é uma das formas mais relevantes da interação verbal. Nele, pode-se compreender a palavra “diálogo” em um sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas como todo tipo de comunicação verbal. Já o livro é representado como o ato de fala impresso, que constitui, igualmente, um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussão ativo, sob a forma de diálogo, e é feito para ser apreendido de maneira analítica, comentado e criticado no quadro do discurso interior.

O ato de fala, sob a forma de livro, orienta-se em função das intervenções referenciais, daquilo que foi apreendido no convívio social, tanto do próprio autor quanto de outros autores. Assim, o discurso escrito é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa; refuta; confirma; antecipa as respostas e as objeções potenciais; e procura apoio, baseado naquilo em que o locutor viveu, ouviu e aprendeu em seu meio social. (BARROS, 2003, p. 2)

O diálogo – tanto exterior, na relação com o outro, quanto no interior da consciência, ou escrito –, realiza-se na linguagem e refere-se às relações dialógicas cotidianas, nos textos artísticos ou literários. É assim que Bakhtin considera o diálogo: como as relações que ocorrem entre interlocutores, em uma ação histórica, compartilhada socialmente; realizada em

um tempo e em local específicos; mas, sempre mutável, devido às variações do contexto. Portanto, o dialogismo é constitutivo da linguagem (BARROS, 2003); e “a essência dele reside precisamente nesta inconclusibilidade” (BARROS, 2003, p. 3).

Enquanto o dialogismo se refere às conversações, que estruturam dada linguagem, a polifonia tem, como principal propriedade, a diversidade de vozes controversas no interior de um texto. Esse conceito se caracteriza pela existência de outras obras na organização interna de um discurso, as quais lhe concederam antecipadamente boas doses de ascendência e ideias iluminadas (BAKHTIN, 2010). Por isso, a narrativa é polifônica. Ela apresenta muitos pontos de vista, muitas vozes; cada qual, recebendo do narrador, o que lhe é devido.

Mas, a linguagem não tem apenas a função de desvelar práticas sociais. Ela também é uma prática social historicamente situada, pois, ao mesmo tempo em que integra, constrói, mantém, transforma e explica a vida social por meio da manifestação linguística. São os usos que fundam a língua, e não o contrário. Desse modo, interessam os dizeres compartilhados e reconstituídos a partir das vivências do narrador Riobaldo, que projetam sentidos na obra, representando lugares, modos de vê-lo, relações com a vida e modo de ser e de viver do protagonista. (MARCUSCHI, 2001)

Os dizeres não devem ser apenas uma percepção estática da comunicação verbal, na qual o locutor se coloca como ativo e o ouvinte, passivo. Eles devem transpor essa esfera e mostrarem-se como uma forma de interação cujo sentido envolve uma visão dialógica e polifônica.

Assim, ao apresentar a dialogia e a polifonia no processo analítico, Bakhtin (2010) demonstra que ambos os termos retomam ou antecipam vozes discursivas, as quais encontram eco no discurso e no comportamento do interlocutor. Essa interação é considerada uma operação polifônica entre vozes anteriores e posteriores: “Cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte” (RAMALHO; REZENDE, 2009, p. 18).

A dialogicidade interna do discurso manifesta as esferas do dizer. Nessa perspectiva, considera-se que os discursos norteiam a linguagem rosiana, com os “falares” do plurilinguismo; entrecruzam-se, de maneira multiforme, formando novos “falares”, socialmente típicos, como relata Riobaldo na passagem seguinte: “Esses homens! Todos puxaram para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo” (ROSA, 2001, p. 32-33). Isso se deve à coexistência de contradições sócio-ideológicas entre os diversos grupos existentes. E, por isso, a própria língua literária, oral e escrita, é única, não só em relação aos seus índices gerais linguísticos, mas também às formas de

interpretação desses momentos abstratos, o que a mostra como sendo estratificada e plurilíngue no seu aspecto concreto, objetivamente, semântico e expressivo. (BAKHTIN, 2002)

Toda compreensão concreta é ativa, porque liga o que deve ser compreendido ao seu próprio círculo objetivo e tangível, determinando uma série de inter-relações complexas, de consonâncias e de multissonâncias com o compreendido, enriquecendo-as de novos elementos – cuja orientação não se direciona para um círculo particular ou um mundo particular do ouvinte, mas introduz elementos completamente novos, que concorrem para a interação de diversos contextos, de pontos de vista, de horizontes e de sistemas de expressões, harmonizando-os com os diversos aspectos da consciência social e verbal plurilíngue, que enreda o objeto. (BAKHTIN, 2002)

Nesse caso, a história de vida de Riobaldo está entremeada de ideologias, de inter-relações sociais e de reinterpretação pessoal do contexto sócio-histórico retratado. O relato é verossímil ao território vivido, mas a percepção individual do narrador, somada às relações vivenciadas, produz novos pontos de vista que, por sua vez, têm de se adequar à narrativa. Pois, de acordo com Riobaldo, “a lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada signo com seu sentimento, uns com os outros; acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância” (ROSA, 2001, p.114-115).

Na polifonia, o dialogismo se deixa ver ou entrever por meio de diversas vozes polêmicas, ou seja, em um embate discursivo, ou em um embate de vozes, sob a forma de um exercício de argumento *versus* contra-argumento. Já na monofonia, há apenas o dialogismo, constitutivo da linguagem, uma vez que o diálogo é mascarado e somente uma voz se faz ouvir (as demais são abafadas).

Nesse sentido, ocorre distinção entre polifonia (dialogismo polifônico) e dialogia (monofonia ou dialogismo monofônico). No que diz respeito ao discurso polifônico, ele é empregado para “[...] caracterizar certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem” (BARROS, 2003, p. 5). Logo, “há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas. No primeiro caso, o dos textos polifônicos, as vozes se mostram; no segundo, o dos monofônicos, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz” (BARROS, 2003, p. 6).

O recurso polifônico não tem o mesmo significado da heterogeneidade enunciativa, que alude ao potencial desenvolvimento das vozes, já presentes na obra. A polifonia se refere

a variadas falas, que intervêm no texto. De igual maneira, o termo “dialogismo” não deve ser confundido com o termo “polifonia”. O primeiro é o princípio dialógico, constitutivo da linguagem. O segundo se caracteriza por um entrecruzamento de vozes em um discurso, advindos de outras fontes acumuladas na trajetória de vida do sujeito que a representa. Há gêneros dialógicos monofônicos (uma voz que domina as outras vozes) e gêneros dialógicos polifônicos (nos quais há uma diversidade de vozes controversas no interior de um texto).

Conforme Barros (2003), o texto irônico é sempre polifônico, mas um artigo de opinião não o é, porque há uma voz dominante e não há polêmica. Outro exemplo é o gênero romance, que apresenta diferentes vozes sociais, as quais se defrontam, manifestando diferentes pontos de vista sociais sobre um dado objeto. Portanto, pode ser tomado como um gênero polifônico por natureza.

No caso da narrativa de Riobaldo, a polifonia e a dialogia expressam a tradição do sertão e os sentimentos do protagonista em sua relação com o ambiente.

3.2. POLIFONIA, DIALOGIA E LITERATURA FOLCLÓRICA: A TRADIÇÃO E A RELAÇÃO COM O AMBIENTE, COMPARTILHADA POR RIOBALDO

Em “Grande sertão: veredas”, percebe-se uma sociedade rústica, de maioria iletrada, que vive a trabalhar e a defender a comunidade. Alguns dos valores socioculturais, políticos e religiosos, característicos da coletividade, podem ser entrevistados no relato de Riobaldo ao apresentar as manifestações populares mantidas pela recreação popular (através de contos, fábulas, anedotas, causos, provérbios, lendas). Lembra-se, nesse ponto de discussão, que toda manifestação é um aparato, que pode ser entendido pela tradição oral, ao ser transmitido, passado adiante por meio de um processo ágrafo. Como se percebe pela afirmação de Almeida (1974, p.10): “Conhecimento nos vem de várias fontes dos contos, e dos mitos, das farsas e facécias, do folclore, isto é, do uso dos costumes, usos dos provérbios e cantos de diferentes países da linguagem poética e da linguagem comum”.

E não é somente a recreação popular o aspecto entrevistado. “Grande sertão: veredas” também permite que o interlocutor perceba concepções territoriais diversificadas do território apresentado, que algumas vezes, revelam-se como uma percepção física, descrita sempre de maneira simbólica (HAESBAERT, 2007). A possibilidade de ambas as leituras se deve às possíveis compreensões trazidas no discurso de Riobaldo. Exemplo disso é quando o narrador

se refere ao território sertanejo com uma denotação física, permeada por símbolos: “[...] O sertão é bom. Tudo [...] é perdido, tudo [...] é achado. [...] O sertão é confusão em grande demorado sossego [...]” (ROSA, 2001, p. 470).

Em “Grande sertão: veredas”, a construção discursiva de Riobaldo é que possibilita a representação do território e das territorialidades. De acordo com Haesbaert (2004, p. 9), “a propriedade da terra como fundamento do território é deslocada pela noção de soberania, que é a ação de domínio sobre o espaço de pertencimento real ou imaginado”. Na narrativa, encontra-se um verdadeiro inventário da geografia sertaneja: cidades, rios, relevo, fauna, flora, bem como dos costumes mantidos pelo povo local. Além disso, a sociedade é colocada como fluida e móvel: “[...] o sertão está movimentante todo-tempo – salvo que o senhor não vê” (ROSA, 2001, p. 533) e “Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é perdurado. Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem pássaros de rios e lagoas” (ROSA, 2001, p. 57-58).

Sobre a fluidez expressa na narrativa, considera-se que ela permite ilustrar a abordagem integradora do território, que não está preocupada apenas com o sentido literal do termo “sertão” (ou seja, sua definição física), mas com as relações entre ele e os elementos da vida social, intrínsecos ou implícitos nele (HAESBAERT, 2004). Portanto, “a posição da qual se narra e se constrói a representação ou se comunica algo deve ser orientada em termos novos, face a esse mundo novo, a esse mundo de sujeitos investidos de plenos direitos e não a um mundo de objetos” (BAKHTIN, 1997, p. 5). É válido lembrar que tal relação se mostra como parte irredutível da vida social que, por sua vez, está interconectada, dialeticamente, a outros elementos da vida social, como crenças, cultura e ideologias de determinados grupos sociais.

Não se deve desconsiderar, nesse aspecto, o conhecimento da sociedade, transmitido oralmente, através de histórias, contos, canções, provérbios etc. Esse exercício é intitulado “folclore”. Para Almeida (1974, p. 11), “na sua complexidade, o folclore escapa a qualquer exclusivismo. Perscruta a vida do povo em seus elementos imateriais e materiais, pois o lado espiritual da cultura se completa nos usos, costumes, práticas e técnicas”.

O folclore abarca a tradição popular e oral, representando o saber, a experiência e as práticas culturais, através de manifestações comportamentais e expressivas e de incorporações de sabedoria na memória coletiva. Tanto é que, “sendo ele uma expressão da experiência peculiar de vida da coletividade, é constantemente vivido e revivido pelos componentes desta, inspirando e orientando o seu comportamento” (ALMEIDA, 1974, p. 22).

William John Thoms lançou, em 22 de agosto de 1846, a palavra “folclore”. O primeiro objetivo desse novo estudo foi procurar conhecer as “‘antiguidades literárias’, entendidas como tais: os contos, lendas, mitos, provérbios, adágios, adivinhas, canções, em suma, a literatura dita oral” (ALMEIDA, 1974, p. 03). Isso requereu, posteriormente, o aprofundamento de novas pesquisas, pois, percebeu-se que o conhecimento tradicional do povo não se representava apenas na Literatura, mas, em inúmeras manifestações, cujo sentido não se alcançaria sem conhecer o comportamento do homem, dentro da comunidade em que vivia. Ao mostrar que o estudo não era possível fora dos métodos sociais, descobriram-se os elementos característicos do folclore: “a) Antiguidade; b) Persistência; c) Anonimato; d) Oralidade” (ALMEIDA, 1974, p. 222).

Consequentemente, a literatura folclórica é popular, mas, nem toda literatura popular é folclórica: “[...] para que seja folclórica é preciso certa indecisão cronológica, um espaço que dificulte a fixação no tempo. Torna-se folclórica quando [perdem] as tonalidades da época de sua criação” (CASCUDO, 1978, p. 23). Além disso: “Natural é que uma produção que se popularizou seja folclórica quando se torna anônima, antiga, resistindo ao esquecimento e sempre citada, num ou noutro meio denunciador da predileção ambiental” (CASCUDO, 1978, p. 23).

Já a literatura oral reúne todas as manifestações da recreação popular, mantidas pela tradição: mitos, contos (havendo muitas espécies: fábulas, estórias, prosopopeias, anedotas, casos e outras formas), provérbios, adivinhas, poesia popular (sobretudo, quadras), lendas e para-choques de caminhão. De acordo com Cascudo (1978, p. 27), “entende-se por tradição: entregar, transmitir, passar adiante o processo divulgativo do conhecimento popular ágrafo”.

A literatura oral, de invenção coletiva, pode ser adquirida pela proximidade com elementos humanos de outra civilização, com traficantes, fugitivos, viajantes ou culturas; mostrando-se um resultado de armazenamento das impressões obtidas de povos vizinhos ou contagiados pelo grau de processo diverso, da zona nacional. É como afirma Cascudo (1978, p. 29): “Só a visão de conjunto, marcando nas cartas a zona de influência, dará uma ideia da universalidade do tema e, ninguém dirá, com segurança, se esse país foi ‘atravessado’ ou dele partiu o motivo que se analisa”. A solução, nesse caso, é trabalhar com o depoimento pessoal.

Ressalta-se, neste momento de discussão, que os termos aqui escolhidos para trabalho – “folclore”, “tradição oral” e “tradição popular” – serão utilizados indistintamente, como forma de abordagem dos inúmeros elementos culturais, usados por uma sociedade, enquanto veículo de afirmação, de propagação e de herança cultural.

O narrador de “Grande sertão: veredas”, por exemplo, através de suas reminiscências, revela para seu leitor o rico equipamento cultural de seus companheiros de cangaço. Ele partilha o vasto conhecimento do povo sertanejo, do qual foi testemunha e responsável pela transmissão, garantindo sua continuidade sob a forma de literatura oral. Esta foi uma das contribuições de Guimarães Rosa: “registrar uma móvel e fluente cultura da oralidade, marcada por uma irreduzível coletividade, através da qual é lograda a afirmação de uma memória social que apenas não evanesce, porque é partilhada por grupos humanos conscientes de sua diferença” (CHIARETTO, 2000, p. 381).

E isso não é por acaso, como vários estudiosos atestam, que a oralidade é considerada um dos traços marcantes de Guimarães Rosa, o qual buscava argumentos inspirativos entre as pessoas simples do interior do sertão mineiro. Matéria do pensar e do sentir brasileiros, retratados com emoção. Um fato curioso, que ilustra essa característica do autor, foi o ocorrido em sua posse na Academia Brasileira de Letras. Em seu discurso, ele lembrou a leitura da obra “A alma do tempo”, de Afonso Arinos de Melo Franco, afirmando que ela enriquecera sua imaginação de menino com as notícias sobre vaqueiros, boiadeiros e tropeiros: “um dos livros maiores do pensar e sentir brasileiros; originário dessa Paracatu – grande e memoriosa entre os chapadões sertões –, [...] desde a meninice enriquecia-me a imaginação” (ROSA, 1983, p. 455).

“Grande sertão: veredas” é um universo povoado pelo forte contingente oral dos sertanejos, principalmente, do bando de cangaceiros. Retrata os traços oriundos da memória e do saber de um povo, além de mostrar os rastros da ciência popular, dando a impressão de que foram incorporados ao romance em sua íntegra. Por fim, desvenda um universo de pessoas que possuem uma maneira singular de falar, de representar e de interpretar a vida.

Nessa perspectiva, considera-se Riobaldo responsável pela conservação e pela afirmação da memória coletiva. Ele pode, até mesmo, ser uma figura ilustrativa dos contadores de histórias da Grécia Antiga, que exerciam a função de poetas, chamados “*aedos*” ou “*rapsodos*”. Esses artistas se encarregavam de divulgar a cultura, os costumes, as ideologias e as crenças da época, através de seus cantos, que narravam lutas, heróis, mitos e lendas. A história da cultura ocidental começa com eles. “Ou, noutros termos mais específicos, que todas as coisas, todos aprenderam nos poemas homéricos, nomeadamente na *Ilíada* e na *Odisséia*. [...] aprendemos um gênero de visão-do-mundo transmitido por eles e multiplicado em inúmeras obras posteriores” (BRANDÃO, 2004, p. 42-43, grifos do autor).

Riobaldo perfaz o típico artista, pois, relata histórias e elementos da cultura popular, entrelaçados e sucedidos sem interrupções e em desordem, como no fluxo da narrativa

cantada pelos *aedos*. Em outras palavras, todo o arsenal cultural, enredado a sua experiência de vida e aos fragmentos de suas recordações, indicam territorialidades coletivas, um modo local de ser e de representar o ambiente a sua volta. Na obra de Guimarães Rosa, a história individual (de Riobaldo) e a história coletiva aparecem tão intrinsecamente ligadas que, a narrativa de um demonstra não só a subjetividade, mas também a representação de um território geográfico e sociocultural. (HAESBAERT, 2004, 2007; DILTHEY, 1977; RICOEUR, 2007, 2010)

Arroyo (1984) estuda a transfiguração do “Grande sertão: veredas”, descrevendo os diversos valores, que o integram e definem-no enquanto herança cultural do povo sertanejo. Em seu trabalho, “A Cultura Popular em Grande Sertão: Veredas,” o autor faz uma abordagem de como a narrativa de Riobaldo, ou mais propriamente a fala do narrador, revela-se, de maneira muito natural, enquanto categoria de herança fixada. Em conformidade com Almeida (1974, p. 9), “o folclore revela a mentalidade coletiva seguindo princípios da Psicologia social, cujo objeto é o estudo de um fenômeno social visto em torno das interações entre a consciência dos indivíduos e a objetividade dos fatos.” Um equipamento entendido como resumo da experiência coletiva harmonizada com a realidade social. (DILTHEY, 1977)

Ilustram-se, a seguir, dois contos narrados por Riobaldo: o primeiro, o de Aleixo, trata de um indivíduo, que ama muito seus quatro filhos. No entanto, certo dia, só por graça, mata um velhinho e, então, sem quê nem porquê, seus filhos pegam sarampo e ficam, um a um, cegos. Aleixo se arrepende do assassinato, temendo ser castigado pelo o que aconteceu com os filhos, tornando-se um homem bom e caridoso.

O segundo conto retrata a história de Pedro Pindó e de sua esposa. Os dois personagens eram pessoas bondosas, no entanto, o filho deles era muito mau com todos os animais. Para tentar aplacar o instinto maligno do filho, o pai corrigia constantemente. Entretanto, após algumas surras, acabaram por sentir prazer em castigar a criança, tanto que ela se enfraqueceu, emagreceu e tossia o tempo todo, já estando, conforme relata Riobaldo, no fim da vida.

Ambos os contos possuem, em comum, uma narrativa pouco extensa, concisa, que contém unidade dramática, concentrando-se a ação num único ponto de interesse. No primeiro, o de Aleixo, detecta-se alguém ruim, cujo castigo atinge quem mais ele amava: os filhos. No segundo, o de Pedro Pindó, o foco reside na figura de um pai, indivíduo bom, que encontrou prazer em castigar o filho, mostrando-se verdadeiro carrasco. Percebe-se que a literatura oral se aclimata à inclusão de elementos locais no enredo, cujo interesse se expressa pela participação crítica e apreciação espontânea do leitor, na matéria moral, pela qual, logo

em seguida, é expedida uma sugestão para o castigo do vilão. Isso, na narrativa de Riobaldo, é exemplo do fluir da vida, em que nada fica parado ou detido, mas, continuamente, muda: “vivendo, se aprende; mas o que se aprende mais, é só a fazer outras maiores perguntas” (ROSA, 2001, p. 500). Retrata ainda o território circunscrito a casa e a família; a territorialidade paterna exercida e todo o juízo moral que a permeia (HAESBAERT, 2004, 2007), imprimindo a visão de mundo do sertanejo. (DILTNEY, 1977)

Outro elemento cultural do qual Guimarães Rosa lança mão em “Grande sertão: veredas” é a lenda, “uma narração escrita ou oral, de caráter maravilhoso, na qual os fatos históricos são deformados pela imaginação popular” (AURÉLIO, 1990, p. 1200). Conforme Cascudo (1978, p. 51), ela é um elemento de fixação, pois determina um valor local, que explica um hábito ou uma romaria religiosa. Na obra, a figura da Carranca, ou, da cara-de-pau, é um exemplo de lenda. Sobre isso, o relato informa que Riobaldo, juntamente com os cangaceiros, receberam a notícia da localização dos Hermógenes, e decidiram se dividir em grupos para despistar os soldados adversários, a fim de, posteriormente, pegar de surpresa os Hermógenes. Ao protagonista e a alguns amigos, ficou a missão de atravessar o Rio São Francisco para alcançar o outro lado de Minas Gerais. E é nesse ponto que se depararam com a carranca, assim narrada: “E, com os rifles escorados, acenamos para uma grande barca-aquela, a cara-de-pau, que tinha no bico da frente era uma cabeça de touro, boa sorte nos dava” (ROSA, 2001, p. 321-322).

Percebe-se, no esquadrinhamento do território sertanejo, o confronto das territorialidades, materializadas nos grupos de cangaceiros. Elas são fluidas, moldam-se no percurso e apropriam-se dos símbolos, mitos e lendas encontrados no caminho. Nesse sentido, a apropriação instaura cortes temporais, perfazendo eventos significativos ancorados num dado espaço-tempo. (HAESBAERT, 2004, 2007; BAKHTIN, 1997, 2002; CHARTIER, 1990)

As carrancas, embora adotem diversificadas nomeações, fazem parte das tradições populares dos que vivem e trabalham às margens dos rios. Seja para afastar os maus presságios, seja apenas para enfeitar as canoas e os barcos, elas são símbolos muito antigos, que aguçam a curiosidade dos estudiosos. (ARROYO, 1984, p. 135)

As carrancas também possuem função mágico-protetora, pois avisam “os remeiros”, por meio de três gemidos, que a barca vai afundar. Por isso, o simbolismo mágico deve prevalecer, embora seu significado ainda não seja bem esclarecido. Defende-se a tese de que o uso das carrancas nas barcas começou há poucos séculos: “[talvez] os donos de barca tenham

adotado o uso das figuras de proa, como meio de atrair a curiosidade da gente das fazendas sobre a embarcação, e assim aumentar a possibilidade de negócios” (ARROYO, 1984, p.136).

Abre-se parênteses aqui para um fato curioso: sem a garantia da veracidade do documento histórico, o povo ressuscita o passado, indicando passagens e mostrando o lugar onde o se sucedeu o ocorrido como referência indiscutível para a verificação racionalista. A lenda explica qualquer origem e forma local, indicando a razão de um hábito coletivo, as superstições e os costumes transfigurados em ato religioso pela interdependência divina. E o território sertanejo se revela palmilhado de múltiplos territórios simbólicos, que remetem a fatos e a lendas (HAESBAERT, 2004, 2007). Isso se comprova no relato narrativo de Riobaldo:

Eu dou proteção. Eu, isto é – Deus, por baixos permeios... Essa não faltou à minha mãe, quando eu era menino, no sertãozinho de minha terra – baixo da ponta da Serra das Maravilhas, no entre essa e a Serra dos Alegres, tapera dum sítio dito do Caramujo, atrás das fontes do Verde, o Verde que verte no Paracatú. Perto de lá tem Vila grande – que se chamou *Alegres* – o senhor vá ver. (ROSA, 2001, p.58)

O mito, por sua vez, é uma narrativa de significação simbólica, transmitida de geração em geração e considerada verdadeira ou autêntica dentro de um grupo. Ele tem, geralmente, a forma de um relato sobre a origem de determinado fenômeno, no qual aparecem seres e acontecimentos imaginários, os quais simbolizam forças da natureza e aspectos da vida humana, elaborados ou aceitos pelos grupos (AURÉLIO, 1990, p. 1347). Em “Grande sertão: veredas”, as figuras mitológicas apresentadas são as seguintes: Saci, Romãozinho e Caboclo d’água.

Na narrativa, Riobaldo fala de personagens fantásticos com grande conhecimento. Sobre o Caboclo d’água, ele diz: “Apertei os dedo no pau da canoa. Não me lembrei do caboclo-d’Água, não me lembre do perigo que é a “onça- d’água”, se diz – a ariranha – essas desmergulham, em bando, e bécam a gente: rodeando e então fazendo a canoa virar, de estudo” (ROSA, 2001, p. 121). O Caboclo d’água é habitante dos rios, muitas vezes, confundido com o Saci em regiões do Norte de Minas Gerais, leste e nordeste de Goiás, sul do Maranhão e Bahia, recebendo tal nome, particularmente, nas ribeiras do Rio São Francisco (ARROYO, 1984). Dessa forma, considera-se o território simbólico impregnado por inúmeras fantasmagorias, que emprestam vida, movimento e, acima de tudo, sentido ao território físico, explicando fatos reais.

Com o Saci, Riobaldo demonstra uma relação mais próxima, chegando a conversar com ele:

Tu está vendo o tamanho do mundo, Guirigó? Que é que tu acha de maior boniteza? Assim eu perguntei, àquele sacizinho de duas pernas, que preto reluzente afora os graúdos olhos brancos, me remedindo, da banda de minha mão canhota sempre viesse, encarapitado sobre seu alto cavalo. (ROSA, 2001, p. 464)

O Saci é uma entidade fantástica. Negrinho, pequeno, de uma perna só, sempre com um gorro vermelho na cabeça (como símbolo de força e, caso seja retirado, de fraqueza, pois ele perde seus poderes mágicos, dando tudo para restituí-los). Traz um cachimbo na boca, e viaja nos redemoinhos, onde pode ser caçado com uma peneira. Arroyo (1984) faz a genealogia do Saci, mostrando sua origem na Mitologia e que, com o tempo e com as contribuições africana e europeia, foi alterada:

Há parentes do Saci em Portugal e, mesmo no Brasil, conta com vários nomes, sendo de notar sua existência também em muitos países da América do Sul. Há também, no Brasil, várias espécies de aves com o nome do Saci, e Riobaldo se refere a uma delas quando ouviu o “fife de um pássaro: Sabiá ou Saci”. [...] o Saci parece ter nascido no século XIX ou finas antecedente, pois nenhum cronista do Brasil colonial faz dele qualquer alusão. (ARROYO, 1984, p. 194)

Nesse, como nos demais mitos, percebe-se que o comportamento do ser mitológico é marcado pelo movimento e pelo testemunho humano. Ele possui costumes, que vão mudando e adaptando às condições do ambiente em que age. De acordo com Cascudo (1978, p. 105), o “mito age e vive, milenar e atual, disfarçado noutros mitos, envolto em credices, escondido em medos, pavores cujas raízes vêm de longe, através do passado escuro e terrível”.

Outro elemento presente em “Grande sertão: veredas” é a balada, tipo de poema narrativo de assunto lendário ou fantástico e de caráter simples e melancólico; um canto épico menos sujeito às regras tradicionais e menos adstrito a uma poética determinada; de um conteúdo mais preciso e mais próximo da realidade. No Brasil, não apenas se divulgou, como se desenvolveu e ainda perdura, sendo criados, seguindo o modelo português, dois ciclos: o dos cangaceiros e o dos animais, nos quais o primeiro aparece exaltado pela valentia, e o último, pelas medidas descomunais.

Usada como sinônimo de romance, baseada em quadras e em moda de viola, a balada tem, como área de prestígio, a zona caipira, que abrange o Rio de Janeiro e o Brasil central: “Os assuntos são usuais, mas na moda se faz o relato dos acontecimentos da vida política, de crimes, de fatos importantes gerais ou locais” (ALMEIDA, 1974, p. 101).

No espaço social dos cangaceiros, o entretenimento era jogar, contar casos e cantar. Na obra de Guimarães Rosa, há duas canções prestigiadas pelo narrador, que o fazem lembrar de sentimentos e de fantasias passadas. Uma delas é a de “Siruiz”, e a outra, uma canção-motivo, adotada pelo bando de jagunços quando iam para a guerra. Segue-se, abaixo, a letra da primeira canção, a qual, de acordo com Riobaldo, transparece alegria na voz de alguém, que questiona alto para Siruiz – “Siruiz, cadê a moça virgem?”. Em resposta, Siruiz canta:

Urubú é vila alta,
mais idosa do sertão:
padroera, minha vida –
vim de lá, volto mais não...
Vim de lá, volto mais não?...

Corro os dias nesses verdes,
meu boi mocho baetão:
burití – água azulada,
carnaúba – sal do chão...

Remanso de rio largo,
viola da solidão:
quando vou p’ra dar batalha,
convido meu coração... (ROSA, 2001, p. 135)

Essa canção Riobaldo ouviu há tempo, quando ainda morava na fazenda de seu padrinho Selorico. Foi também a primeira vez que teve um curto contato com um bando de cangaceiros, o de Joca Ramiro. Para Riobaldo, a canção de Siruiz é mais que um pé-de-versos: ela tem uma conotação mais abrangente, interiorizada, pois, com ela, sonha-se e relembra-se de sentimentos e de fantasias. No dizer do protagonista: “[Siruiz] cantava cousas que a sombra delas em meu coração decerto já estava”(ROSA, 2001, p. 192).

O verdadeiro interesse na canção de Siruiz só foi demonstrado no momento em que Riobaldo, já no cangaço, resolveu inquirir alguém sobre o paradeiro da personagem que a cantara, Siruiz:

O que eu queria saber não era próprio do Siruiz, mas da moça virgem, moça branca, perguntada, e dos pés-de-verso como eu nunca tive poder de formar um igual. Mas o Garanço já tinha respondido: - “Eh, eh, ô... O Siruiz já morreu. Morreu morto no tiroteio, entre o Morcêgo e o Suassuapara, passado para cá o Pacuí”. [...] Mas eu guardava triste de cor a canção recantada. E Siruiz tinha morrido. Então me instruíram na outra, que era cantiga de se viajar e cantar, guerrear e cantar, nosso bando, toda a vida. (ROSA, 2001, p. 192)

De posse da notícia sobre a morte de Siruiz, Riobaldo resolveu aprender outra balada, cantada pelos companheiros, “que era cantiga de se viajar e cantar, guerrear e cantar, nosso bando, toda a vida”(ROSA, 2001, p. 192). Era a seguinte:

olerereêe, baiana...
Eu ia e
Não vou mais:
Eu faço que vou lá dentro, oh baiana,
e volto
do meio p'ra trás...(ROSA, 2001, p. 193)

Para Arroyo (1984, p. 132-133), a canção-motivo do bando de Riobaldo está bem próxima daquela cantada pelo bando de Lampião, cujo tema nada tem a ver com a realidade circunscrita, mas, representa a condição jagunça e as oscilações do protagonista.

Na primeira canção, há referenciais do espaço e do tempo, como, por exemplo, a vila mais idosa do sertão. E todos os elementos se vinculam a um dado espaço-tempo, colorindo os dias de verde e a água de azul. O território é descrito não apenas em sua materialidade, mas com contornos sensoriais, especialmente, quando o coração é convidado para travar uma batalha. Já na segunda canção, as oscilações não permitem o uso de referenciais de espaço e de tempo mais objetivos. O território surge, assim, como categoria aberta, ao sabor de idas e de vindas.

A história popular também é outro elemento cultural retratado em “Grande sertão: veredas”. Ela se liga a uma tradição cuja composição se encontra nas anedotas, nos sucessos imaginários, nos vestígios de lendas, na reminiscência etiológica e religiosa, nas conquistas militares, nos vultos dos grandes líderes do povo, nos amores tornados inesquecíveis; todos amalgamados, confusos, díspares na recordação de um passado comum. Conforme afirma Cascudo (1978, p.51): “sua caracterização é compreendida quando uma tradição é evocada”, como, por exemplo, ao iniciar uma frase com a expressão: “os antigos diziam...”. Nesse caso,

a prerrogativa é o indício adicional de uma informação ou de um dado, que funciona como elemento indispensável do conjunto mental de um julgamento antigo. Há uma seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. (RICOEUR, 2007)

A história popular de Maria Mutema ilustra a tradição: “[E]Jõe contava casos. Contou. Caso que se passou no sertão Jequitinhão, no arraial de São João Leão, perto da terra dele, Jõe. Caso de Maria Mutema e do Padre Ponte” (ROSA, 2001, p. 238). Maria Mutema vivia em uma vila sertaneja. Seu marido um dia, amanheceu morto, na cama, sem doença prévia ou ferimento aparente. Após o enterro, ela passou a viver séria e digna, em sua condição de viúva, sempre de preto e de pouco falar. Só que deu para ir à Igreja, confessando-se a cada três dias. O Padre Ponte, homem bonachão e gordo, mostrava relutância em ouvi-la em confissão, e foi emagrecendo e mingando, até que morreu. Nunca mais Maria Mutema foi à Igreja. Um dia, apareceram na vila padres estrangeiros, em missão de reavivamento religioso, pregando e apelando para o arrependimento geral. Na última noite, Maria Mutema apareceu na porta da igreja e foi interpelada pelo padre, do púlpito; primeiro, ele interrompeu o Salve-Rainha que estava rezando; depois, disse a Maria Mutema que queria ouvi-la em confissão na porta do cemitério, onde estavam enterrados dois defuntos. Então, a mulher confessou tudo, ali mesmo, publicamente, aos gritos. Matara seu marido sem motivo, gratuitamente, introduzindo-lhe chumbo derretido no ouvido enquanto ele dormia; depois, confessou o crime ao Padre Ponte, dizendo-lhe que o fizera por amor ao padre, o que era mentira. E quanto mais o padre sofria e definhava, mais ela insistia na mentira. E não sabia o porquê; sabia apenas que sentia prazer nisso. Ela levara também o padre à morte e agora pedia o perdão de Deus, confessando tudo publicamente. Maria Mutema foi presa e, na cadeia, continuou de joelhos, rezando e clamando por seus pecados. Desenterram o esqueleto do marido, e o crime foi confirmado. A história terminou assim: “Mesmo pela arrependida humildade que ela principiou, em tão pronunciado sofrer, alguns diziam que Maria Mutema estava ficando Santa” (ROSA, 2001, p. 243).

Nota-se que Maria Mutema sente prazer em fazer o mal, sem nenhum motivo ou causa palpável de fazê-lo. Primeiramente, mata seu marido com chumbo derretido, demonstrando cálculo e frieza ao realizá-lo. Não satisfeita com o pecado cometido, começa a atormentar o padre, persistentemente, até levá-lo à morte. Só após revelar suas atrocidades, é que a mulher parece cair em si e dar conta das perversidades cometidas. É como se ela estivesse em transe, tomada por algum poder sobrenatural terrível; e, só após ter confessado, publicamente, seus crimes, volta a enxergar, colocar os pés no chão e demonstrar sensibilidade pelos erros praticados.

Galvão (1986) faz uma análise interessante dessa história, considerando os dois crimes passivos, do marido e do padre, mortos mediante a introdução de algo no cérebro: um concreto, o chumbo derretido; e um abstrato, impresso através das palavras confessionais, uma mentira que atormentou o religioso, a ponto de tornar-se insuportável, culminando em sua morte. Essa dupla imagem, de acordo com a autora, é a imagem mais expressiva do romance, da “coisa dentro da coisa”, como se lê a seguir: “A dupla imagem – concreta e abstrata – que se encontra no caso de Maria Mutema, é a matriz imagética mais importante do romance. A imagem da coisa dentro da outra, visualmente, tão impressiva e tão rica do significado global do romance” (GALVÃO, 1986, p. 121).

A coisa dentro da outra pode tomar, no caso da obra, a forma de um bicho repulsivo, como de um mau sentimento. O ouvido e o som podem ser traços relevantes ou podem desaparecer inteiramente. Ainda, a coisa dentro da outra pode se dar à percepção apenas por um sinal externo, ou ao contrário; é a menção dela que faz pressupor os efeitos que causa. Essa mesma matriz imagética serve de inspiração para se pensar os múltiplos territórios, que, num *continuum* entre o funcional e o simbólico, são produzidos e reproduzidos por Riobaldo. Abre-se a imagem material de um território, mas, esse sempre contém inúmeras lendas e símbolos, e suscita um leque de sentidos.

Finalmente, não menos importante, ressalta-se a superstição enquanto elemento cultural. Sentimento religioso baseado no temor ou na ignorância, e que induz ao conhecimento de falsos deveres, ao receio de coisas fantásticas e à confiança em coisas não verossímeis, do ponto de vista racional de muitos indivíduos. A superstição também evoca a crença no desconhecido: naquilo que já se ouviu falar ou em algo concreto, que provoca determinadas aflições, tremores e arrepios ao ser pronunciado, visto ou apenas acreditado.

Em “Grande sertão: veredas”, existem diversas formas de representação das superstições, mas, escolhem-se apenas duas para análise. A primeira é a encruzilhada:

No meio do cerrado, ah, no meio do cerrado, para a gente dividir de lá ir, por uma ou por outra, se via uma encruzilhada. Agouro? Eu creio no temor de certos pontos. Tem, onde o senhor encosta a palma-da-mão em terra, e sua mão treme pra trás ou é a terra que treme se abaixando. A gente joga um punhado dela nas costas – e ela esquenta: aquele chão gostaria de comer o senhor; e ele cheira a outroras [...] Uma encruzilhada, e pois! – o senhor vá guardando [...] Aí, mire e veja: *as Veredas mortas*... Ali eu tive limite certo. (ROSA, 2001, p. 417-418, grifos do autor)

A simbologia representada pela encruzilhada (lugar em que se cruzam dois caminhos) é tão antiga quanto o homem. Nas encruzilhadas, eram sacrificados cães e atiravam-se cadáveres dos justicados, além de ser o recanto de bruxos, de reuniões de feiticeiras etc. Riobaldo acredita piamente na representação desse lugar como pouso do diabo, onde tudo o que é pedido, realiza-se por um poder sobrenatural do mal, possibilitando realizações de todo tipo de mandinga. A encruzilhada, nessa visão, entrecruza territórios e territorialidades, pois revela uma identidade supersticiosa do narrador até então desconsiderada, já que o mesmo se julga, em seu discurso, uma pessoa racional. Ela serve então, como uma espécie de ponto fulcral, que desnuda o momento exato em que o território é, ao mesmo tempo, material e simbólico.

A encruzilhada também se assemelha à superstição do corpo fechado, devido ao banho tomado de madrugada. Riobaldo considera que Diadorim tinha o corpo fechado, porque possuía o costume de banhar-se apenas de madrugada. Logo, para o protagonista, somente as pessoas dotadas desse “dom” é que realizam essa ação. É o que se vê em:

Depois, o Reinaldo disse: eu fosse lavar o corpo, no rio. Ele não ia. Só, por acostumação, ele tomava banho era sozinho no escuro, me disse, no sinal da madrugada. Sempre eu sabia tal crendice, como alguns procediam assim esquisito – os caborjudos, sujeitos de corpo fechado. (ROSA, 2001, p. 161)

Os elementos culturais da literatura oral, aqui analisados, indicam uma ideia do modo como Guimarães Rosa articulou, através de sua escrita e cosmovisão, a recriação das territorialidades sertanejas, todas ligadas à localidade e à tradição. Essa abordagem também possibilita vislumbrar as ideias, os pensamentos e as ideologias da comunidade, além de compreender a função e a importância dessas categorias para a continuidade e a preservação dos valores culturais sertanejos, em intrínseco diálogo com os múltiplos territórios do sertão.

Ao mesmo tempo, é possível estabelecer vínculos entre a cultura popular e o grupo social mencionado no romance, aproximando valores, costumes, crenças e ideologias de sociedades que, embora de época e de contexto diferentes, fazem parte de uma experiência comum, conforme ressalta o narrador de “Grande sertão: veredas”: “E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente” (ROSA, 2001, p. 116).

Para se compreender melhor como essa amálgama espaço-temporal se desvela em múltiplos territórios, traça-se um diálogo circunstanciado entre Bakhtin e Haesbaert, tomando como referencial a narrativa de Riobaldo.

3.3 CRONOTOPIA, POLIFONIA, MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS E MULTITERRITORIALIDADE

Em “Grande sertão: veredas”, verifica-se um cenário criado pelo discurso narrativo, que propicia a percepção do leitor quanto à atuação das personagens. Nesse palco, os seres ficcionais demonstram: atitudes de valorização dos espaços em que trabalham (ROSA, 2001, p. 128); e compromisso na execução de tarefas nas comunidades em que vivem (ROSA, 2001, p. 129), nas fazendas (ROSA, 2001, p. 132) e no modo como cultivam a terra, comercializam (ROSA, 2001, p. 130-131) e ajuntam-se para o bem comum (ROSA, 2001, p. 129). Enfim, há toda uma ligação afetiva e uma afinidade desse habitante com o espaço territorializado por ele.

A partir desse primeiro contato com o meio e com o movimentar-se das personagens na narrativa, revela-se que o interesse, nesta dissertação, é o de revelar o panorama territorial e as várias territorialidades sertanejas num *continuum*.

Sob a abordagem cultural integradora de território, de Haesbaert (2004), “Grande sertão: veredas” assume a condição de um território funcional/material, com aspectos físicos, econômicos e políticos; e aspectos simbólicos, em que se ressaltam elementos culturais, religiosos e imaginários, conforme indicados anteriormente.

Nos trechos a seguir, percebem-se aspectos materiais, que implicam conexões e redes estabelecidas no território, quando Riobaldo relata sobre os trabalhos desenvolvidos na fazenda do Selorico, do Sr. Habão, do Zé Bebelo e do Hermógenes.

Mas, mesmo antes da gente entrar em terras do palhão, fui vendendo coisas cauculosas, dei meio para duvidar. Patrulhas de cavalheiros em armas; troco de conversa de vigiação; e uma tropa e burros cargueiros, mas no meio dos tocadores vinham três soldados. (ROSA, 2001, p. 143)

De dia, estávamos debulhando páginas, e de repente se levanta ele, chegava na janela, apitava num apito, ministrava aquela brama de ordens: dez, vinte execuções

duma vez. Pessoal corria, cumpriam; aquilo parecia um circo, bom teatro. (ROSA, 2001, p. 145)

No são Gregório, do razoável de tudo eu dispunha, querer querendo. E, de trabalhar seguido, eu nem carecia. Fizesse ou não fizesse, meu padrinho me apreciava; mas não me louvava. Uma coisa ele não tolerava, e era só: que alguém indagasse justo quando era o dinheiro que ele tinha. Com isso eu nunca somei, não sou especula. Eu vivia com meu bom corpo. Alguém há de achar algum regime melhor? (ROSA, 2001, p. 138)

Os trechos ilustram um território palmilhado pelo comércio e pelos soldados. Circulam por ele patrulhas e tropas, perfazendo territorialidades, que se apropriam estrategicamente do espaço e exercem poderes variados e circunstanciados. Além disso, mostram o exercício de territorialidades distintas: dentro da fazenda, ficam de fora os comerciantes e os soldados. Lá, prevalecia o poder de Selorico. E entre os trabalhadores, ninguém ousava questionar a postura de Riobaldo, apreciado pelo padrinho.

Entranhado ao discurso do protagonista, surge o território funcional do sertanejo. Ese nota o entrecruzamento de várias vozes, constituindo o aparato discursivo do conhecimento, as percepções e a divulgação do saber. Bakhtin (1997), ao abordar a polifonia de uma obra, ressalta que ela é o discurso do inacabado, dos problemas insolúveis no âmbito de uma época, da verdade dialética de uma realidade em transformação e em renovação. É essa conotação que a interdisciplinaridade tem adquirido nos estudos atuais. Um discurso que busca além do que o projeto, disciplinarmente, reconhece, ou seja, uma complementação de saberes.

A funcionalidade (usada para compreender os aspectos materiais do território, como a economia e a política adotada pelo meio) e a perspectiva simbólica (utilizada para distinguir os valores culturais, as crenças, os hábitos e os costumes da sociedade) propiciam maneiras diferenciadas de se perceber o território em uma abordagem de cunho integrador. Nessa última perspectiva, a apropriação simbólica (HAESBAERT, 2009, p. 120) aparece como a relação que alguém mantém com o espaço e com as regras de convívio social. Ela é fruto de uma identidade territorial, melhor dizendo, da inter-relação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos. (HAESBAERT, 2009)

Riobaldo demonstra esse tipo de apropriação territorial ao se lembrar dos momentos vividos no Curralinho. Ao rememorar o território, o narrador traz à lembrança a comunidade em que passou bons momentos em sua juventude. O Curralinho, dessa forma, é sinônimo de amizades, de deleites, de novos conhecimentos adquiridos. O relato do narrador prova isso: “Curralinho era lugar muito bom, de vida contentada. Com os rapazinhos de minha idade,

arranjei companheirice. Passei lá esses anos, não separei saudades nenhuma, nem com o passado não somava” (ROSA, 2001, p. 130).

A Literatura tem a habilidade de servir como um palco, no qual as representações da realidade são estruturadas e reorganizadas, segundo a proposta narrativa e o arranjo estético do material escolhido pelo autor. Tudo proporcionando ao leitor maior interação com o mundo ficcional apresentado. Como Riobaldo relata no trecho: “Em desde aquele tempo, eu já achava que a vida da gente vai emêrros, como um relato sem pés nem cabeça, por falta de sisudez e alegria. Vida devia ser como sala do teatro, cada um inteiro fazendo com forte gosto seu papel, desempenho” (ROSA, 2001, p. 260-261).

Nesse sentido, convida-se a perceber o que o discurso narrativo de Riobaldo revela dos territórios de “Grande sertão: veredas”.

3.3.1. Os sertões no discurso de Riobaldo: o território narrado

O panorama de “Grande sertão: veredas”, criado pelo discurso narrativo de Riobaldo, é um cenário plástico, que propicia ao leitor discernir como as personagens atuam no contexto da obra. Ao se descortinar essa ressignificação territorial, podem-se entrever as territorialidades sertanejas, que emergem de acordo com o interesse de apresentação, requerido em cada ocasião narrativa. O território, então, congrega tanto aspectos funcionais quanto simbólicos.

O relato discursivo de Riobaldo e o espaço territorial descrito, recortado a partir do sertão de Minas Gerais, é esmiuçado durante a narrativa, e mostra-se quase infindo para o leitor – dada a impressão de se tratar de locais totalmente desconhecidos. Tamanho efeito pode ser gerado pelo esforço do autor em construir uma imagem a partir de várias posições/dizeres do protagonista, entrelaçando a identidade que cada comunidade mantém com o território a ela relacionado.

O próprio narrador percebe como a noção espaço-tempo, ou cronotopia, de cada conterrâneo, destoa das demais, inclusive da sua. É o que se percebe quando Riobaldo relata as superstições do povo sobre um bezerro deformado. Ele explica que o fato de as pessoas da comunidade se comportarem supersticiosamente está vinculado ao espaço e ao tempo em que vivem, ou seja, numa dada figuração de sertão. Em suas palavras, o sertão está localizado em meio a um fluxo onde o espaço-tempo existe em simbiose:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucaia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucaia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte. (ROSA, 2001, p. 23-24)

Percebe-se, por um lado, a fluidez das fronteiras ditas e percebidas em múltiplas vozes, que expressam a coexistência do interior/cidade, do atraso/progresso em meio a um sertão experimentado por toda parte. Por outro lado, nessa descrição, demarca-se um lugar que, em meio à narrativa, começa a ganhar nuances de território, de fronteiras simbólicas, que buscam concretude na natureza; atores/sujeitos recortam e dominam o espaço, transformado em território da percepção, perpassado por símbolos e por relações sociais, culturais, políticas, econômicas, e, especialmente, aquelas marcadas pela essência humana. O cronotopo (BAKHTIN, 1997, 2002) aparece no início e no fim da transcrição praticamente sem tempo e sem espaço. Aos poucos, passa a ter fronteiras e civilização (fazendas e culturas); ganha uma temporalidade (um fluxo de tempo); e torna-se dinâmico, concomitante a uma configuração espacial – embora se mantenha não localizável.

Em outra passagem, Riobaldo justifica o comportamento de certas pessoas e associa-o à região – espaço esse que, apesar de distar da de seu interlocutor, não lhe é estranho. Uma pessoa culta, que vive em uma área urbana, “civilizada” (grifo nosso), que não se antepõe à superstição, e que pode perfeitamente conviver no sertão. Seu interlocutor sabe muito: tem carta de doutor, e sua companhia causa prazer à Riobaldo, que expõe seu pensamento: “Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração” (ROSA, 2001, p. 30).

A percepção do próprio território em que vive, representada no relato do protagonista, permite ao leitor perceber as ideologias e a relevância de aparatos culturais, políticos, econômicos e sociais. Nesse caso, Riobaldo não contrapõe a intelectualidade de seu interlocutor, que mora distante do sertão, a de um povo não instruído (intelectualmente), sertanejo de uma zona rural.

Traçando uma linha analítica no relato de Riobaldo, verifica-se como a relação de apropriação física e simbólica do território, retratada na narrativa, permite ao leitor perceber traços singulares de variadas comunidades. Por isso, uma aproximação teórica

entre os estudos da linguagem, propostos por Bakhtin, e os estudos territoriais, pode desvelar elementos, que transitam entre o espaço-tempo, o material, o simbólico, a natureza e a sociedade. A contribuição dos estudos bakhtinianos está no fato de, entre outros elementos, ressaltar aspectos dialógicos e polifônicos do discurso (BAKHTIN, 1997). Por sua vez, a contribuição dos Estudos Territoriais permite traçar um painel das possíveis relações territoriais observadas, especialmente, a partir da dimensão cultural integradora, proposta por Haesbaert (2004).

Em outras palavras, para Haesbaert (2007), assim como para Guimarães Rosa, o território existe a partir de um processo histórico e pode ser identificado pela apropriação, como expressa Riobaldo em: “[...] Sertão que se alteia e se abaixa. Mas que as curvas dos campos estendem sempre para mais longe” (ROSA, 2001, p. 558), e “[...] longe, longe, até o fim, como o sertão é grande [...]” (ROSA, 2001, p. 577).

3.3.2 Um mar de territórios: os múltiplos territórios e a multiterritorialidade de Haesbaert

De acordo com Haesbaert (2007), o território se constitui um dos conceitos chave da Geografia e, por reportar-se à espacialidade humana, tem certa presença em outras áreas. Para o autor, o território possui diversas denotações e possibilita uma abordagem mais ampla e complexa.

Inicialmente, as possibilidades de abordagem do território, propostas por Haesbaert (2007, p. 40) se norteiam em diferentes dimensões básicas: 1) a jurídico-política (majoritária na Geografia), que considera o território no âmbito do Estado-Nação, e as diversas organizações políticas envolvidas; 2) a culturalista, que considera o lugar, o cotidiano e a identidade dos atores para com o território; 3) a econômica, que trata da divisão territorial do trabalho, das classes sociais e das relações de produção no território (HAESBAERT, 2004, p. 91). Posteriormente, Haesbaert (2007) acrescenta às três dimensões citadas, uma interpretação natural(ista), que se pauta em uma noção de território embasada nas relações entre sociedade e natureza. Embora reconhecendo a importância da distinção entre as quatro dimensões, acima citadas, o autor opta por adotar um conjunto de perspectivas teóricas mais amplas.

A constituição do território amplo, chamado “sertão”, em alguns momentos, tangencia a perspectiva relacional, pautada em Raffestin (1993), em Sack (1986) e nas relações de poder foucaultianas (FOUCAULT, 1984). Raffestin (1993) coloca que “[o] poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; [...] as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas” (RAFFESTIN, 1993, p. 53); e ainda “onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Dada a complexidade, tanto conceitual quanto da realidade, descrita na obra de Guimarães Rosa, parece mais razoável adotar Haesbaert como base teórica, sem perder de vista as possíveis contribuições de Raffestin (1993), de Sack (1986) e de Foucault (1984). Especialmente, se se considerar que Haesbaert(2004) analisa o território dentro de um *continuum* funcional/simbólico. A partir disso, pontua-se que:

Toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2004, p. 89)

Avançando em seus estudos e proposições, Haesbaert (2001, 2004, 2007, 2009) apresenta a concepção de “multiterritorialidade”, vinculada à mobilidade e à hibridização cultural, que resultam em novas identidades – múltiplas e móveis. (HAESBAERT, 2008)

A abordagem cultural integradora estabelece diálogo entre Haesbaert e Bakhtin. Logo, os múltiplos territórios, a hibridização cultural e a multiterritorialidade exigem um paradigma complexo, capaz de apreender a polifonia e o dialogismo, que lhes são inerentes.

3.3.3 As vozes de Riobaldo e os sertões sem fim: polifonia e cronotopia em Bakhtin

Bakhtin, apesar de privilegiar a palavra na relação dialógica – dada a natureza da comunicação humana –, também vai valorizar movimentos, gestos, sons, barulhos, vozes e

palavras para acessar uma realidade em fluxo, que pode ser interpretada, quando postulada por vozes; e mediada, quando postulada por palavras, a partir de discursos. (BELLET, 1989)

Através dessas considerações, é possível uma leitura específica de “Grande sertão: veredas”, em que o exercício dialógico entre os vários personagens faz sobressair vozes, as quais, por sua vez, perfazem polifonias.

Para Bakhtin (1997), o discurso pode ser dialógico ou monológico. No caso da obra “Grande sertão: veredas”, pode-se considerá-lo, a princípio, monológico, tendo em vista que expressa a visão de Riobaldo. Entretanto, esse mesmo discurso se mostra poroso o suficiente para aberturas dialógicas, uma vez que o protagonista permite que outros personagens e a própria natureza, por ele selecionados, e devidamente classificados, tenham voz. Esse relato dialógico é uma característica essencial da linguagem, pois demonstra os laços sociais que o narrador mantém com o meio. Dessa forma, no discurso dialógico, “o sujeito” perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais – visto que nenhuma palavra é dele, mas traz, em si, possivelmente, outra voz: “Sob esse prisma, o dialogismo surge como espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, processo que faz do sujeito um ser histórico e dialógico” (BAKHTIN, 1997, p. XI).

Subjaz a esse processo uma espécie de amálgama, na qual tanto o espaço quanto a época retratados são constituídos, de maneira indissociada, no discurso dos sujeitos. Espaço e tempo se entrelaçam e um ressignifica o outro, tornando-se um elo de compreensão do relato.

Enquanto ponto de orientação dialógica, a proposta da dialogia consiste em executar estudos de questionamento do tempo absoluto. As respostas advindas do diálogo dos interlocutores refazem um caminho totalmente novo, no qual vários contextos, ainda não considerados, apresentam-se. Assim, em vez de sequência ou duração, o alvo de interesse de Bakhtin (2002) é a simultaneidade de experiências distintas do tempo e do espaço, que emerge em ações, transformações e permanência do ser no meio social em que se insere: “O tempo integra o passado e o futuro mais longínquos, para ressignificá-los a cada vez [que são usados]” (BAKHTIN, 2002, p. 211). Na ressignificação, emerge o tempo de transformações incessantes e inevitáveis, em que o tempo é tomado como “grande temporalidade, pois projeta a humanidade e o mundo para um além do contexto conhecido e representado” (AMORIM, 2008, p. 104).

O tempo e o espaço, convencionalmente na teoria literária de cunho estruturalista, são analisados de forma separada e possuem a função de embasar a época e o local em que a obra está inscrita. Portanto, são definidos, na narrativa, com base em um sistema de oposição binária: tempo da narrativa *versus* tempo da experiência; tempo da escritura *versus* tempo da

criação; tempo cronológico *versus* tempo cairológico; hora (quantificável) *versus* momento (qualificável). Em contraponto, Bakhtin (2002) propõe algo mais amplo e original: os respectivos conceitos são dimensionados em um sistema significativo cultural, reconhecido pelo sujeito, que o profere. Um exercício no qual o discurso orienta o conhecimento, que o locutor possui da realidade por ele articulada. Em outras palavras, a narrativa se torna um meio através do qual o autor constrói o conhecimento sobre o mundo, embasado nas mais diferentes culturas.

A esse processo espaço-tempo, interligados artisticamente, Bakhtin (2002) denomina “cronotopo”. No cronotopo artístico-literário, ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais, com uma mudança intermitente e visível dos tempos e dos espaços na narrativa. É como se o tempo, ao cruzar o espaço narrativo, passasse por um processo de concretude e de visibilidade; e, por sua vez, o espaço, ao adentrar-se no tempo do enredo, diluísse, fazendo um percurso inverso e complementar ao primeiro (BAKHTIN, 2002). Em resumo, na abordagem cronotópica de Bakhtin (2002, p. 211): “é importante a indissolubilidade de espaço e de tempo, pois o processo permite que um perpassse ou penetre no movimento do outro. Eles se complementam, revestem-se ambos de sentido durante o enfoque de determinado acontecimento ou fato narrativo”. Visto dessa forma, o sertão emerge a partir da vivência de Riobaldo, comportando inúmeros territórios, conforme será exposto a seguir.

Através da narrativa em “Grande sertão: veredas”, são percebidos desdobramentos identitários do protagonista, que, ao empreendê-los, revela os moradores do meio retratado; e ilustra valores, que não representam apenas traços individuais, mas também, coletivos e locais.

4 O SERTÃO DE MINAS GERAIS: LEITURA FUNCIONAL/SIMBÓLICA DOS ESTUDOS TERRITORIAIS

Este capítulo caracteriza o sertão de Minas Gerais e analisa-o segundo perspectivas interdisciplinares e a partir de inferências deixadas pelo narrador-personagem Riobaldo no livro “Grande sertão: veredas”. Nessa reflexão, preocupa-se com uma leitura funcional e simbólica do território sertanejo, bem como das territorialidades locais, o que passa pela noção de cultura e pela polifonia e dialogia, propostas por Bakhtin. Então, para que a intenção proposta inicialmente se materialize é necessário discorrer a respeito de como se dá esse processo e de como o argumento histórico, na obra literária, restaura as relações entre realidade e ficção, com as quais o romancista se arma para captar e refletir o real.

Conforme Marchezam (2008, p. 115), o dado literário adapta e reconstrói o fato histórico e social, transmitindo os valores culturais em dado momento histórico: “[...] Dessa forma, a enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; [...] o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como produto, e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles”. O processo de representação, utilizado pelo escritor, deve traduzir impressões, gostos e atitudes sociais, realçando o valor do conhecimento do artista, à medida que transmite, através de seu trabalho, um objeto cultural – e não apenas o relato de um fato ocorrido.

Nesta dissertação, adotam-se alguns critérios e elementos, que refletem o contexto histórico, os pensamentos, as atitudes e os transtornos passados pela sociedade de “Grande sertão: veredas”. Riobaldo é quem comprova isso: “e estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente” (ROSA, 2001, p. 116).

No caso da obra de Guimarães Rosa, “Grande sertão: veredas”, o pensamento ideológico está inserido no período político-histórico de transição do sistema Monárquico para o sistema Republicano. Por essa representação, é possível entrever mais do que o simples relato de acontecimentos históricos, por efeito da filosofia de vida implícita em sua esmerada qualificação estética. A ficção se mostra, dessa maneira, como “[...] lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variados, a plenitude da sua condição e em que se torna transparente a si mesmo” (ROSENFELD, 1970, p. 48).

É oportuno tentar perceber como esse processo se efetua ao longo do relato de Riobaldo. A elaboração narrativa, inicialmente, ocorre sob uma visão funcional, demarcando as

divisas geográficas entre Minas, Nordeste e Centro-Oeste. Trata-se de uma região áspera, isolada e pouco povoada, onde predomina a típica vegetação da caatinga.

O sertão de Minas Gerais foi, histórica e paulatinamente, sendo povoado na proporção em que se tornava rentável e em que se podiam produzir animais de tração, couro e outros produtos para o mercado litorâneo ou das minas. A princípio, os colonizadores tiveram como principal rota de acesso o curso do Rio São Francisco e de seus afluentes, alcançando novas áreas, nas quais se deram os primeiros agrupamentos. Com o passar do tempo, presenciou-se uma imensidão quase indescritível, conforme relata o protagonista em: “sertão... é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador” (ROSA, 2001, p. 24).

A ocupação do sertão esteve apoiada sobre a mão de obra livre, como comenta Riobaldo em: “Alforria é isso. Sobre o mesmo a pé, e com o peso completo, caminhar pelos Gerais” (ROSA, 2001, p. 387). Funcionava assim: o homem encontrava e ocupava a nova terra; estabelecia uma fazenda; arregimentava terceiros, como parentes e agregados; e formava uma comunidade, na qual todos se ajudavam mutuamente para remediar a pobreza. Os agrupamentos iniciais eram isolados; entretanto, ampliaram-se rapidamente. (DÓRIA, 1981)

Os limites do sertão são imprecisos, porque ele é vasto em extensão territorial e possui diferentes climas e vegetações (COUTINHO, 1993). Na verdade, esse território pode ser considerado um aglomerado de diversas regiões menores, que têm sua diversidade, na obra de Guimarães Rosa, retratada em forma plural. Riobaldo fala de “as boiadas daqueles sertões” (ROSA, 2001, p. 382) e de um personagem que é um “rastreador, de todos esses sertões dos Gerais sabente” (ROSA, 2001, p. 301). Além disso, quando deseja especificar certa área, diz: “sertões da jaíba” (ROSA, 2001, p. 175) ou “sertão Jequitinhonha” (ROSA, 2001, p. 211).

Em conformidade com Bolle (2004, p. 66), “quem mapeia o Grande Sertão precisa ter em mente que o romancista trabalha no limite da cartografia: ele usa, sim, muitas referências geográficas reais, mas se reserva sempre a liberdade de inventar”. Em outras palavras, Guimarães Rosa partiu de uma realidade concreta para criar seu objeto ficcional, uma vez que boa parte de sua vida ele experienciou nos sertões. “Guimarães Rosa começou o seu processo de representação da realidade por uma região concreta, onde havia passado grande parte da vida, transformando-a ou recriando-a [...]” (BOLLE, 2004, p. 66).

Pode-se verificar que o cenário de “Grande sertão: veredas” se constitui como ponto de partida em diversas investigações, sendo óbvia a influência do meio sobre o homem, e a transposição de áreas, que podem, durante seu processo de disseminação, fortalecer,

enfraquecer ou transformar-se no todo ou em parte, dependendo do ambiente cultural e da ação humana (ALMEIDA, 1974). Nesse sentido, há “um equilíbrio ecológico-social entre o homem e sua cultura e o ambiente dentro do qual ele se desenvolve e, ao mesmo tempo, se modifica sob a ação humana”(ALMEIDA, 1974, p. 212).

Parte das vivências e experiências sertanejas podem ser percebidas pela descrição dos hábitos alimentares mineiros representados na obra. Como exemplo, cita-se:

Daí, estávamos todos pegando o que comer, que eram essas grandes abundâncias. Angú e couve, abóbora, moranga cozida, torresmos, e em toda fogueira assavam mantas de carne. Quem quisesse sôpa, era só ir aquinhoar na porta-da-cozinha. A quantidade de pratos era o que faltava. E assaz muita cachaça se tomou. (ROSA, 2001, p. 299)

O cenário rural de “Grande sertão: veredas” demonstra que seus habitantes também se identificam com a paisagem local, que, como a natureza, reflete a rusticidade e a dureza do sertão: “[...] lá no fundo dos gerais de Goiás, a donde tem vagarosos grandes rios, de água sempre tão clara aprazível, correndo em deita de cristal roseado” (ROSA, 2001, p.38). Esse critério corresponde, na mente do narrador-protagonista, a uma região geográfica concreta, que é parte de sua experiência de vida e que constitui o lugar onde realizou suas andanças enquanto jagunço. (COUTINHO, 1993, p. 17)

Na realidade, um trajeto geográfico vai sendo traçado e transposto à medida que as necessidades de deslocamento dos personagens da obra vão sendo apresentados. Por exemplo: a vida de Riobaldo na fazenda de seu padrinho Selorico, no Curralinho, na fazenda de Zé Bebelo; a entrada do protagonista para o grupo de jagunços; o carregamento das armas do bando; os melhores lugares para luta e trégua às batalhas etc. A diversidade de citações territoriais parece infindas, garantindo, ao leitor, uma sensação de deslocamento, de movimento, permiti conhecer as diversas territorialidades sertanejas. Sendo assim, o lugar é um elemento que ajuda a construir a identidade de seus habitantes. (HAESBAERT, 2011; CLAVAL, 2007)

Visto por esse prisma, o espaço, experienciado pelos sertanejos ao longo da representação narrativa, marcam territorialidades. De acordo com Tuan (1980, p. 107), a territorialidade “[...] desenvolve um tipo de ligação cujos aspectos ideológicos e culturais cultivam afetividade entre os seres humanos e o meio ambiente [...] sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade”. Na obra de Guimarães Rosa, o

território apropriado é o do sertanejo, reconhecido, pelo leitor, através do desdobramento identitário do protagonista.

É notável o amplo inventário territorial trazido à tona por Riobaldo através de sua narrativa, o que mostra a expressiva percepção sociossimbólica da sociedade, retratada no romance, e a funcionalidade do território para cada comunidade. A partir dessa perspectiva, percebe-se que o território adquire diferentes significados. De acordo com Haesbaert (2007), o território físico possui uma concepção funcional; geográfica, política e econômica. Trata-se de um território mensurável, de dominação; e que se liga à ideia de terra. Já o território simbólico ou também denominado “cultural”, “[...] é visto, sobretudo, como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao outro” (HAESBAERT, 2007, p. 40). Nos agrupamentos, residem as territorialidades simbólicas/culturais – experiências particulares ou modos de ver ou de se vivenciar o território.

Ambas as concepções de Haesbaert (2007), em “Grande sertão: veredas”, representam, no discurso de Riobaldo, a concepção funcional e a concepção simbólica do território. As figuras (1 e 2), a seguir, ilustram isso.

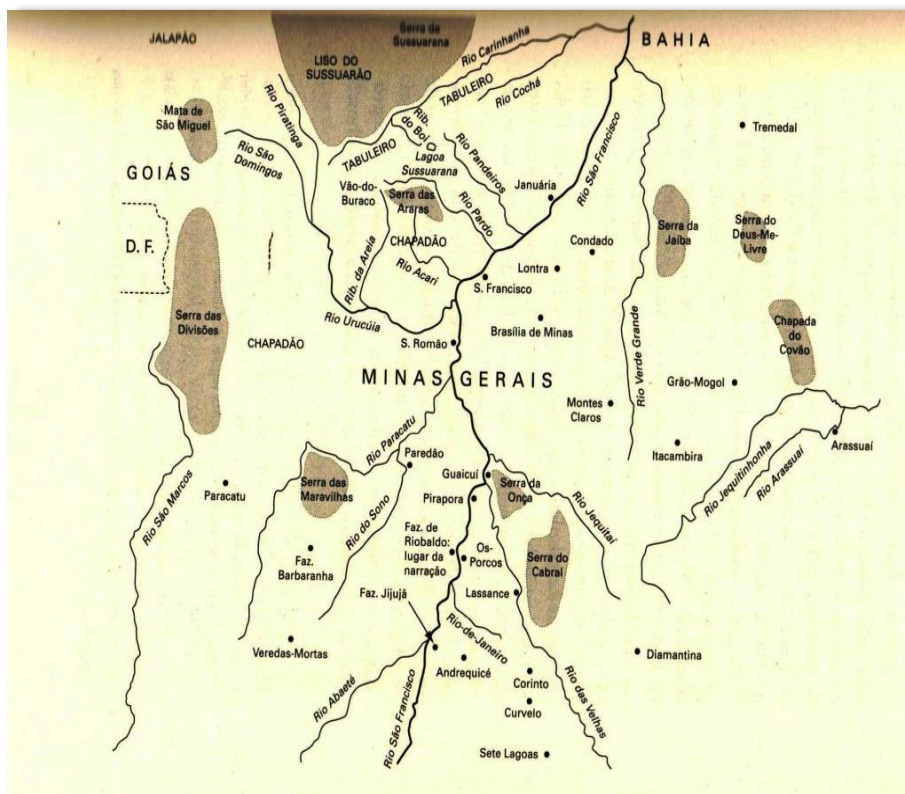


Figura 1 – Território físico em “Grande sertão: veredas”

Fonte: BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*: O romance de formação do Brasil. São

Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 69.

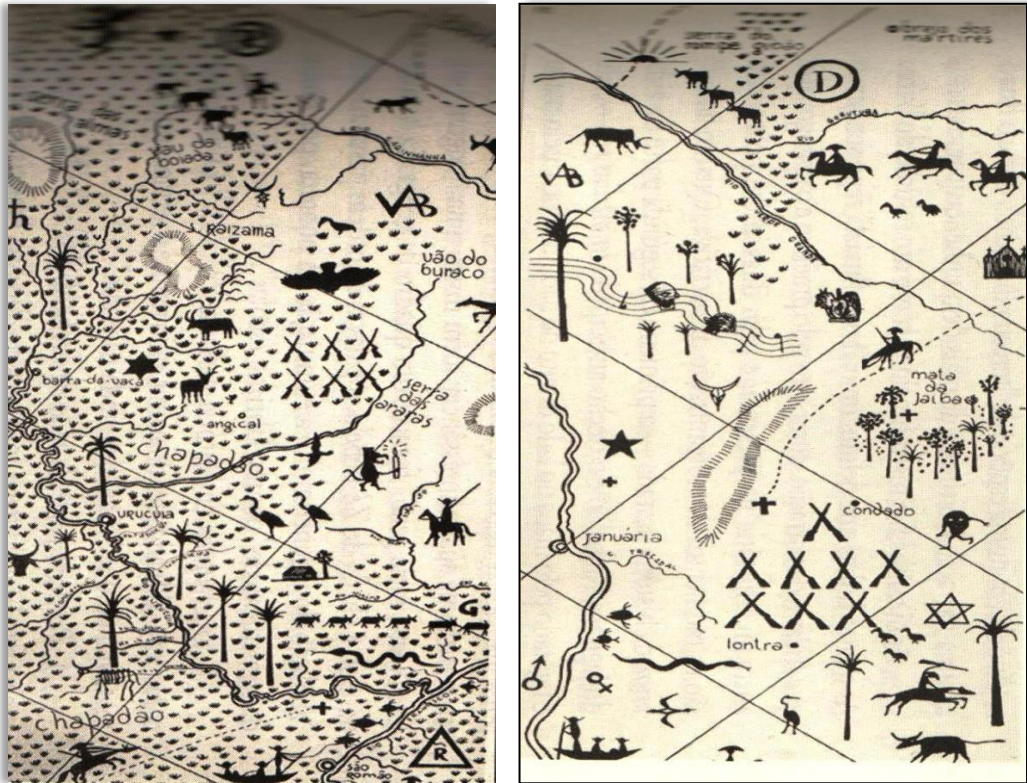


Figura 2 – Território simbólico em “Grande sertão: veredas”

Fonte: ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Nas ilustrações acima, é interessante pontuar a maneira como a cartografia de “Grande sertão: veredas” mescla elementos geográficos naturais (como serras, chapadas, rios e córregos, vegetações diversas) a elementos humanos e culturais (como o sertanejo e suas construções, suas atividades econômicas, suas atitudes perante o meio e o indivíduo). Somando-se a tudo isso, na segunda ilustração, há introdução de credences, atitudes típicas de áreas mais afastadas da civilização, em que o bem e o mal não são bem definidos. Esses artifícios retratam, respectivamente, na figura 1, um território funcional e, na figura 2, um território simbólico.

Bolle (2004) analisa a presença desses dois territórios na obra de Guimarães Rosa. Conforme o teórico:

O narrador rosiano tem, portanto, uma relação ambivalente com a geografia: por um lado, apoia-se na topografia real, por outro lado, inventa o espaço de acordo com seu projeto ficcional. Esse uso livre dos dados geográficos é plenamente confirmado

pelo mapa de Poty. Trata-se de uma representação do sertão que mistura elementos da cartografia convencional (rios, montanhas, cidades) com desenhos ilustrativos (vegetação, animais, homens, edifícios, objetos), figurações de seres fabulísticos (demônios, um monstro) e emblemas esotéricos. Tudo isso, junto com a disposição em diagonal das linhas de latitude e longitude, é um claro indício de que a relação do narrador rosiano com a geografia deve ser vista com um olhar oblíquo. Além do mais, a configuração gráfica do livro faz com que, no ato de ler, as margens cartográficas do eixo do mapa, o Rio São Francisco, se desdobrem numa espécie de “terceira margem”, que é o fluxo de uma narração labiríntica de mais de quinhentas páginas [...]. (BOLLE, 2004, p. 59, 62)

Nacitação de Bolle (2004), nota-se que, além de Guimarães Rosa criar referências geográficas fantasiosas, ele também introduz elementos míticos em sua narrativa, a qual não se apresenta somente como a história da vida do jagunço Riobaldo, ou o desenrolar de conflitos em uma área erma, onde a presença do Estado não estava efetivamente demarcada até então. É também a narrativa da eterna luta entre o bem e o mal, o caos e o cosmos, em um universo próprio: o sertão.

Portanto, a mescla entre o real e o ficcional, por parte de Guimarães Rosa, tem o intuito de manipular a paisagem sertaneja no desenrolar da ficção, fragmentando-a e desmontando-a, para depois recriá-la conforme a necessidade do romance (BOLLE, 2004). No plano literário, é criado um ambiente ficcional, que se utiliza de muitas referências reais, a fim de que os conflitos da obra se desenrolem, como a questão do amor de Riobaldo por Diadorim e o pacto feito por Riobaldo com o diabo.

Sob essa ótica, o território se desdobra ao longo de um *continuum*, que perpassa tanto o campo político e econômico – campo mais concreto e funcional –, quanto o campo de apropriação – mais subjetivo e/ou cultural-simbólico (HAESBAERT, 2007). Logo, é um equívoco separar as duas esferas, já que cada grupo pode se territorializar a partir de ambas as condições, dependendo das relações de poder e das estratégias utilizadas.

O território, enquanto junção entre a abordagem funcional e simbólica, é relacional, “não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais [...] mas também no sentido [...] de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...]” (Haesbaert, 2011, p. 50-51). Em “Grande sertão: veredas”, as relações de poder, em diversas passagens, mostram-se bem evidentes, e elas são, em sua maioria, assimétricas. Os grandes fazendeiros, ao se apossarem das terras e ao fazerem delas seus quinhões, ilustram essa situação. No caso deles, tudo o que dizem, declara seus domínios: suas palavras se tornam ordens e leis. Na narrativa, comprova-se:

_ Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, potentes chefias... adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambique, Major Urbano no Macaçá, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana [...] Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros [...]. (ROSA, 2001, p. 128)

Na passagem, o protagonista, ao retratar os grandes proprietários de terras do sertão de Minas Gerais da época, enfoca o território perpassado por relações sociais e econômicas, ligando-as à ideia de processo (SAQUET, 2004, p. 126). Na obra, esse fato ilustra o processo histórico da formação do sertão mineiro, o qual se consolidava através de lutas na busca por novas terras. Sobre isso, Riobaldo fala:

Demais falasse, tendo conhecido o Neco, se lembrava de quando Neco forçou a Januária e Carinhonha, nas áreas do ano de 79: tomou todos os portos – Jatobá, Malhada e Manga – fez como quis; e pôs sede de suas fortes armas no arraial do Jacaré, que era a terra dele. – “Estive lá, com carta firmada pelo Capitão Severiano Francisco de Magalhães, que era companheiro do Neco”. O pessoal que eles numeravam em guerra comprazia uma babilônia. Botavam até barcas, cheias de homens com bacamartes, cruzando para baixo e para cima o rio, de parte a parte. (ROSA, 2001, p. 128)

O trecho retrata a forma através da qual algum desbravador se apossava de áreas, arregimentando pessoas armadas para defender seus domínios. Sack (1986) também fala dessa noção em que o território se liga ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. Em conformidade com esse autor, as relações de poder de apropriação e de dominação dependem das diferentes escalas de poder construídas/estabelecidas. Como exemplo, o personagem Neco se apodera de vários territórios, resguardando-os com homens armados – todos sob seu comando.

Verifica-se que, diferentemente do território físico, a concepção simbólica de território prioriza a dimensão subjetiva, ou seja, um produto da apropriação/valorização cultural do grupo em relação ao seu espaço vivido, às suas territorialidades. Nessa perspectiva, convém ressaltar Santos (2009, HAESBAERT, 2007) e o seu trabalho com os termos “rugosidade” e “constrangimento”. O primeiro se destoa do segundo pelo fato de corresponder ao espaço construído, cujo tempo histórico se transformou em paisagem incorporada ao espaço. E o

segundo, do primeiro, por ser utilizado para “designar a interferência de elementos territoriais em uma área, seja ela de ordem ‘natural’ (como uma montanha ou rio) ou de ordem social, na problemática, por exemplo, do planejamento urbano” (HAESBAERT, 2009, p. 81).

As interferências, das quais fala Santos (2009), requerem processos de apropriação, de adoção e de transformações pessoais, isto é, um intercâmbio de reconstrução do espaço físico, instaurado pela necessidade de adaptação de um grupo social. Reconstruir, nesse contexto, exige qualquer atividade para se enquadrar às necessidades dos indivíduos; uma espécie de “aculturação”, que confere a cada época sua fisionomia própria. Como afirma o teórico, “[...] o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade” (SANTOS, 2008, p. 67).

Seguindo esse raciocínio de espaço vivido, Claval (2007, p. 55) utiliza o conceito de “lugar”, atribuindo-lhe o sentido subjetivo, de experiências vividas por um indivíduo ou grupo. Para o teórico, “[...] os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Consequentemente, o entendimento de lugar vai muito além da simples visão de localização e de individualidade do espaço. São acrescentados a ele a percepção, os significados, as características e as heranças culturais.

É o que se vê, quando Riobaldo relata o sertão em seus aspectos simbólicos. Em seu discurso, ele faz um apanhado das características, relacionadas às leituras desse espaço, a partir do chamado “mundo-vivido” (TUAN, 1980). Nesse exercício, ressalta pontos importantes, cujas ideias, apesar de apresentarem diferenças entre si, carregam sentimentos nutridos por esse local, conforme se percebe nos trechos: “o sertão é sem lugar” (ROSA, 2001, p. 397) e “Sertão [...] o senhor querendo procurar, nunca não encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem” (ROSA, 2001, p. 397).

O espaço vivido “[...] torna-se uma categoria que acentua a constituição dos lugares, dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significações materiais e afetivas” (TUAN, 1980). O relato de Riobaldo, por exemplo, é uma narrativa, do princípio ao fim, rica em detalhes do sertão e carregada de afetividade. Sentimentos despertados e pontuados na narrativa, porque o protagonista experienciou os costumes, os valores e as práticas, típicas desse território, identificando-se e sendo identificado por eles. É como se fosse criada, a partir dos sentimentos trazidos à lembrança (VIGGIANO, 1974), uma visão territorial mais humana, o que parece dar vida e fluidez à narrativa – fato muito mais interessante e instigante para o leitor. (CLAVAL, 1999)

Compreendem-se melhor esses critérios, quando o protagonista revela seu itinerário cronológico e geográfico, tentando captar, através de suas lembranças, a sucessão de fatos, experienciada por ele no território sertanejo. Dados contidos no mapa, em caminhos, nos obstáculos, nos centros de vida do homem local, notadamente, dos cangaceiros; as veredas, as serras e os demais elementos do meio natural; e outros, relacionados à realidade humana coletiva. Tudo contribui para a construção do sertão, em uma perspectiva particular; mas, de alcance maior, trata-se de uma compreensão que, além de aguçar a curiosidade do leitor, insere-o, com eficácia, no mundo sertanejo.

O rio, objeto assim a gente observou, com uma crôa de areia amarela, e uma praia larga: manhãzando, ali está re-cheio em instância de pássaros. O Reinaldo mesmo chamou minha atenção. O comum: essas garças, enfileirantes, de toda brancura; o jaburú; o pato-verde, o pato-preto, topetudo; marrequinhos dansantes; martimpescador, mergulhão, e até uns urubús, com aquele triste preto que mancha. Mas o melhor de todos – conforme o Reinaldo disse –, o que é o passarim mais bonito e engraçadinho de rio-abaxo e rio-acima: o que se chama o manuelzinho-da-crôa. Até aquela ocasião, eu nunca tinha ouvido dizer de se parar apreciando, por prazer de enfeite, a vida mera deles de pássaros, em seu começar e descomeçar dos vôos e pousação. (ROSA, 2001, p. 158-159)

Os territórios descritos por Riobaldo, conforme já exposto, são dotados de significados próprios e individuais, transmitidos culturalmente. Com base em Claval (2007, p. 63), considera-se o sertão como:

[...] a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. [...] Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos [...], mas, ela transforma-se, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem em seu seio.

Nesse caso, o aparato cultural em “Grande sertão: veredas” é elemento determinante à construção simbólica do território e, de igual forma, é quem garante todas as territorialidades do grupo social descrito. Logo, a cultura é palavra-chave para a construção das identidades sertanejas, construídas pela habilidade ficcional do autor ao representar o sertão de Minas Gerais da época.

4.1 O SERTÃO DE MINAS GERAIS E SUA REPRESENTAÇÃO FICCIONAL

Narrar é expor, por meio da fala ou da escrita, um acontecimento ou uma sucessão dele, mais ou menos encadeado, real ou imaginário. Assim, existe a narrativa poética, a narrativa objetiva (acontecimentos reais) e a narrativa de ficção (acontecimentos imaginários).

A narração é uma invenção, uma criação humana e, como tal, exige arte, técnica, e imaginação. Ela consiste na exposição de situações que envolvem: um narrador que conte o ocorrido; personagens que experimentem os fatos narrados; um local em que se ambiente a história; um enredo, trama, ação; e o transcorrer do tempo, período em que a ação se desenvolve.

Falar em narrativa pressupõe o trabalho literário e a indissociabilidade de uma obra com sua época, ponderando angústias em suas narrativas, e mesclando elementos reais e de ficção. Essa perspectiva histórica requer do historiador uma postura mais criteriosa: a de se debruçar sobre as obras, como uma “nova” fonte de compreensão, a fim de questionar o mundo e de transportar perspectivas sobre determinado momento social, que estão imanentes ou não no texto literário.

O processo narrativo ficcional é construído de modo a sensibilizar pessoas, através de uma aproximação com a realidade e/ou de uma representação da realidade. Quando se lê um romance, novela ou conto, por exemplo, sabe-se que aquela história foi inventada por alguém e está sendo vivida por personagens fictícios. No entanto, o leitor chora ou ri; torce pelo herói; prende a respiração no momento de suspense; e fica satisfeito quando tudo acaba bem. Logo, a história é narrada de modo a ser vivida por quem a lê. Suas emoções não deixam de existir só porque aquilo é invenção. No “mundo da ficção”, a realidade interna é mais ampla que a realidade externa, concreta, conhecida.

E a Literatura fornece essa versão da “história real” pelos olhos de um observador privilegiado – o escritor –, que, mesmo não possuindo o objetivo explícito de “fazer história” com sua obra, acaba por garantir uma junção de elementos e de características capazes de “dizer a história” em que se insere. Portanto, a literatura fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. (SEVCENKO, 2003, p. 30)

Sevcenko (2003) acredita que o estudo da Literatura traz consigo nova possibilidade de análise do passado, por meio da fala dos não ajustados socialmente. A narrativa literária cria a possibilidade do vir a acontecer; dos sonhos, que revelam outro cotidiano, não apenas o dos vencedores – fazendo alusão a sujeitos, que reelaboram sua prática social e transformam-se em realizadores de sua própria história –; do conhecimento de uma realidade, que não apenas a sacralizada pela história dos vencedores.

Os contos de fadas, as fábulas, os desenhos animados, as narrativas fantásticas, por exemplo, em que tudo pode acontecer, também remetem a outra realidade, bem mais ampla do que a vivida pelos seres humanos em tempo real. Nesses casos, os textos narrativos apresentam uma lógica interna, e acabam sendo, justamente por esse motivo, aceitos como verdade.

Contudo, para se realizar a leitura de acontecimentos históricos, a partir de sua representação ficcional, é imprescindível elucidar alguns pontos sobre a “oposição” existente entre a história “real” e a ficção. Pesavento (2004, p. 80-81) reforça que, tanto a História quanto a Literatura “são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro”. Mesmo entendendo que (e talvez por isso mesmo) os textos literários não despertam nos seus leitores a ilusão de verdade e de transparência, acredita-se que a leitura de uma obra literária pode captar o “espírito de uma época” (GINZBURG, 2002, p. 171), permitindo acesso à visão de mundo, ao comportamento, aos costumes, às dúvidas e às certezas emanadas dos discursos/relatos dos personagens:

A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. Ou seja, houve uma troca substantiva, pois para o historiador que se volta para a literatura, o que conta na leitura do texto não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção. (PESAVENTO, 2006, p.22)

Caso se considere o texto literário como reflexo do momento histórico, pode-se dizer que “Grande sertão: veredas” ilustrou com eficácia esse aspecto, pois, o autor, ao escolher o local, o enredo, o narrador e a época a ser retratada, espelhou-se em uma realidade, tornando-a ficcional por meio de um relato. Dessa forma, quando Riobaldo reconta o que viveu, revigora a tradição oral do sertão mineiro sob o ponto de vista pessoal, em que estão implícitas as ideologias, as crenças e a percepção do mundo a sua volta.

O território ficcional, concebido pelo discurso de Riobaldo, parte da consideração da área geográfica e ecológica do sertão e, depois, examina os traços de ocupação humana e da organização social de seus grupos representativos – tanto dos que viviam nas fazendas quanto dos que andavam pelas veredas (DIAS, 1991). Nesse compromisso de representação, nota-se a influência do meio social sobre a criação artística e a influência desta sobre aquele, estabelecendo uma relação sociológica entre o relato discursivo e seus receptores. É como se fosse feito um estudo, que partisse da variação do comportamento do homem primitivo e do homem civilizado, no intuito de analisar a função total de uma obra e de estabelecer o papel representado por ela em suas relações sociais na satisfação das necessidades espirituais, materiais e ideológicas – sendo, a última, a função ideológica, o elo que vincula a voz do autor (representada pelo discurso do narrador) à visão, que pretende passar para seu locutor (CÂNDIDO, 1985). Assim, surgem o sertão e o sertanejo, em meio aos percursos traçados por um território geográfico identificável.

4.2 PERCORRENDO O TERRITÓRIO GEOGRÁFICO: O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO SERTÃO E DO SERTANEJO

Nessa etapa do trabalho, a intenção é contrapor duas classes políticas, que ilustram dois pontos de vista antagônicos sobre as leis, que regiam os sertões de Minas Gerais do fim da Monarquia e do florescimento da República. Uma perspectiva defendia um sistema político convencional (com bases em leis amparadas pelo Estado); e outra estava ligada às leis do cangaço, do sistema político da jagunçagem. Ambas as classes, no entanto, lutavam pelos ideais sertanejos ao seu modo, cada qual utilizando a justiça de acordo com os critérios valorizados.

O sertão de Minas Gerais, onde essas leis eram desenvolvidas, de acordo com o relato de Riobaldo, mostrava-se um cenário basicamente rural, de vasta extensão territorial, diferindo, de uma parte à outra, em clima e vegetação. Nela, seus habitantes também se identificavam com a paisagem local que, como a natureza, refletiam a rusticidade e a dureza do espaço. Esse aspecto, de acordo com Saquet (2004, p. 131), mostra que “o território, além de área, formas espaciais etc., é conexão, articulação; é fruto e condição da dinâmica socioespacial”.

Em “Grande sertão: veredas”, um exemplo interessante, pontuado por Guimarães Rosa, diz respeito à caracterização dos catrumanos, que viviam isolados e embrenhados nas matas. Riobaldo, ao deparar-se com eles, pela primeira vez, ficou muito chocado. A passagem é a seguinte: o protagonista e os jagunços estavam de vigília na entrada do povoado, impedindo a passagem daqueles que vinham das bandas do povoado do Sucruíú, devido à propagação da peste da bexiga preta. Em certo momento, o protagonista se assustou com o aspecto físico, a postura aparentemente incivilizada e o local em que vivia o grupo. O acontecido é assim descrito:

Que o que acontecia era de serem só esses homens reperdidos sem salvação naquele recanto lontão de mundo, grotiros dum sertão, os catrumanos daquelas brenhas. O Acauã que explicou, o Acauã sabia deles. Que viviam tapados de Deus, assim nos ocos. Nem não saíam dos solapos, segundo reflete, dando cria feito bichos, em socavas. Mas por ali deviam ter suas casas e suas mulheres, seus meninos pequenos. Cafuas levantadas nas burguéias, em dobras de serra ou no chão das baixadas, beira do brejo; às vezes formando mesmo arruados. Aí plantavam suas rocinhas, às vezes não tinham gordura nem sal. Tanteei pena deles, grande pena. (ROSA, 2001, p. 400)

A comunidade acima descrita, embora fizesse parte da mesma região do contexto da obra (a sertaneja), figurava como aglomerado de pessoas de tempos remotos, perdidas no tempo. Apesar da aparência, os catrumanos não viviam em completo isolamento (Dória, 1981, p. 19-21). Eles conviviam com outros indivíduos em práticas populares como: festas, casamentos e exposição de crenças. Além disso, havia solidariedade entre todos, quando, porventura, eram ameaçados por grupos diferentes. Nessa última situação, não recuavam: “Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteio em paz, exp’rimentem ver... Queremos é trabalhar, propor sossego” (ROSA, 2001, p. 40).

A citação anterior inscreve a violência no cotidiano sertanejo como razão de ajuda mútua e de defesa do bem comum, já que essas comunidades, conforme bem lembra Dória (1981), demonstram “[...] também uma sociedade extremamente competitiva, que facilmente contrapõe parentelas inteiras na disputa por recursos escassos” (DÓRIA, 1981, p. 21-22). Diversas vezes, a partir de desavenças ocasionais, surgiram as lutas, nas quais alguém, com os ânimos mais exaltados, matava outro sem premeditação, consequência de uma fatalidade. Esses indivíduos, após se darem conta de seus atos impensados, fugiam e eram denominados, pelo Estado, de “foras da lei” –por praticarem algum ato ilícito. Assim é o estopim: “é a briga

ocasional, em que alguém mata sem vontade nem predisposição e, a seguir, cumpre pena ou se põe à margem da sociedade” (ROSA, 2001, p. 67).

Os foras da lei viviam em fuga. Cansados, quem sabe, de viverem sem rumo e sem pousada, esses sujeitos procuravam esconderijo; mas, a melhor opção era unirem-se a outros em situação igual. Quando o grupo encontrava local adequado, passavam a viver “em armas fugidos”. Esses espaços eram chamados “Coutos” ou “Velhacoutos”, “[...] em geral, lugares ermos e de difícil acesso [...] onde se reuniam e viviam [...]. Os grupos que viviam nos “Valhacautos” eram conhecidos pelos nomes de seus líderes [...]” (DÓRIA, 1981, p. 28-29), o que se aproxima do que Haesbaert (2001) denomina de “aglomerados de exclusão”.

A ideia de “jaguncismo”, nessa época literária, possivelmente, denota os aglomerados de exclusão. Os grupos, que viviam à margem, tinham, como ofício para a sobrevivência, a prestação de serviço, de mandante e de mandatário, utilizada nas típicas situações de luta política e de disputa de famílias ou de grupos. Nesse caso, os jagunços se transformavam em criminosos e/ou profissionais do crime. Enquanto transgressores, podiam se figurar também como: bandido (salteador e assassino); guarda-costas; valentão assalariado; e camarada em armas (para fins de transgressão consciente, ou para impor a ordem privada, que se faz, às vezes, de ordem pública – como é o caso de eleições feitas com ameaças de bandos rivais, quando é comum o contrato de jagunços).

Os jagunços típicos, portanto, se apresentavam como meros homens de ação, que se limitavam a obedecer às ordens de um líder e, sequer, cogitavam sobre as razões de seus atos. Eram indivíduos que, praticamente, não pensavam como Riobaldo afirmara: “E os outros companheiros, que é que os outros pensavam? Sei? De certo, nada e nove – iam como o costume – sertanejos tão sofridos. Jagunço é homem já meio desistido de si” (ROSA, 2001, p. 67).

O jagunço sertanejo, apresentado por Riobaldo é, em geral – salvo algumas exceções –, um indivíduo que se limita a obedecer cegamente a um líder, sem questionar ou refletir os comandos dados, porque “jagunço é isso. Jagunço não se escabreia com perda nem derrota – quase que tudo para ele é o igual. Nunca vi. Pra ele a vida já está assentada: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final” (ROSA, 2001, p. 72).

Pode-se, então, até ousar dizer que o compromisso de justiça, de ética ou de moral do chefe era o que indicava índole do bando sob seu comando. Esse espaço da coletividade, na concepção de Sack (1986), indica que “a construção do território é sempre marcada pela dinâmica do poder. Não só o poder estatal, mas o poder em várias dimensões”.

Os jagunços de “Grande sertão: veredas” eram vistos pela sociedade sob o prisma de “um herói, um justiceiro, um vingador ou alguém que ‘rouba aos ricos’” (DÓRIA, 1981, p. 156). A comunidade pobre via esses “bandidos” como “guardiões da justiça”; “o soldado que transgredia a lei”, tirando dos que tinham mais para dar aos menos favorecidos; aqueles que saqueavam, pilhavam e lutavam para impor a lei; enfim, alguém dividido entre duas forças: a do malfeitor e a do benfeitor, conforme atesta Andrade (1991).

Fato semelhante acontece com os catrumanos, que, embora não possuindo recurso avançado de proteção, eram bastante corajosos. Portanto, a falta de recursos financeiros, de ambos os grupos, não os impedia de zelar pelo bem-estar coletivo. Tinham bravura, predado nato do nordestino, e esse atributo os qualificava para defender tão árdua tarefa: a da sobrevivência. (ANDRADE, 1991, p. 496)

A valentia serviu de arma importante ao desenrolar histórico, principalmente, na Independência Nacional. A partir dessa época, grandes proprietários passaram a digladiar em nome da política, uma vez que começou a surgir, no país, uma nova classe de dirigentes e de lideranças políticas, fomentadas e incentivadas pelo Estado – em que, os poderosos donos de terras, ao prestarem favores ao Estado, podiam se tornar coronéis da guarda nacional. Desse modo, a Proclamação da República, embora um episódio de significação maior para as elites do que para o povo, introduziu importantes modificações na ordem sertaneja, reordenando as territorialidades já estabelecidas.

Acompanhando essa evolução, verifica-se, em primeiro lugar, a adoção do sistema federal, que conferiu às elites regionais um grau de autonomia, nunca antes experimentado: o centralismo do Império, em que cada Presidente de Província era representante direto do poder central. Esse, por sua vez, nomeado conforme os desígnios do partido no poder, cedeu passo à eleição direta dos governadores, mediante interesses das forças políticas do Estado. Tal inovação foi reforçada ainda pelo princípio fiscal, consagrado pela Constituição Republicana de 1890, através da qual os impostos de exportação pertenciam à União e os de importação, passariam a constituir a principal renda dos Estados. “Em segundo lugar, a autonomia política, aliada à viabilidade financeira, possibilitaram a constituição de poderosas oligarquias nos principais Estados de federação” (DÓRIA, 1981, p. 41-42).

Em “Grande sertão: veredas”, um belo representante desse pensamento é Zé Bebelo, típico personagem representante da transição política brasileira. A personagem, no relato de Riobaldo, ao ajuntar um número razoável de homens e de munição, saiu pelos campos das Gerais com o compromisso de liquidar, em nome do Estado, toda a jagunçada. A intenção de sua ação era entrar para a política, e finalmente, ser deputado. Situação narrada por Riobaldo:

Porque ele tinha meestatutado os todos projetos. Como estava reunindo e pervalendo aquela gente, para sair pelo Estado acima, em comando de grande guerra. O fim de tudo, que seria: romper, em peito, de bando em bando, acabar com eles, liquidar com os jagunços, até o último, relimpar o mundo da jagunçada braba. – “Somente que eu tiver feito, siô Baldo, estou todo: entro direito na política”. Antes me confessou essa única sina que ambicionava, de muito coração: e era de ser deputado. (ROSA, 2001, p. 145-146)

Junto à recente condição de líder, Zé Bebelo encontraria também o tão ambicionado poder, situação já reconhecida na figura do coronel, representante do grande comércio e dos setores ligados à agroindústria. Dória ressalta que “vários coronéis ricos [...], apoiando ou depondo uma oligarquia, firmaram seu prestígio no sertão e foram gradativamente se tornando interlocutores diretos do próprio poder central” (DÓRIA, 1981, p. 44).

O coronel era um indivíduo que adquiria, paulatinamente, firmados no Estado, e que exercia um poder sem limites. Fazia tudo quanto lhe vinha à cabeça para satisfazer tanto seus interesses políticos (mandava soltar e prender; tinha a seu dispor a vida de homens) quanto físicos (dispunha dos corpos das mulheres e das virgens quando bem lhe conviesse). Seu poder e ascensão eram impostos por intermédio da força, feitos em nome do Estado, segundo o código de normas dessa Instituição (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 35). Para essa conquista de poder, muito deve aos jagunços que, apesar de não compactuarem com as ideias políticas de seus contratantes, sabiam que quem detinha o poder era sempre o mais forte, como ressalta Riobaldo em: “[...] porque Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias” (ROSA, 2001, p. 35).

Aposição de coronel era também estratégica no terreno da política, pois garantia a eleição de deputados e de senadores e influía nos rumos gerais políticos, tanto regionais quanto nacionais. Além disso, no território sertanejo, o coronel eravisto, pela comunidade, de maneira acolhedora, pois, na verdade, simbolizava um vencedor; um membro da sociedade rural, que, por algum motivo, deixou a posição de mero espectador para se tornar coparticipante da lei, em juízo próprio ou em defesa de sua comunidade, incluindo os que estavam debaixo de sua proteção. É o caso de Zé Bebelo, que, de perseguidor de jagunços, tornou-se, mais tarde, um dos chefes mais admirados do bando de Riobaldo: “De aluno de Riobaldo, torna-se, mais tarde, seu professor. Fazendeiro rico, aliado ao Governo, penetra o sertão com a finalidade de exterminar os jagunços [...] –, mas, acaba aderindo à jagunçagem, convertendo-se em um de seus chefes mais admirados” (ANDRADE, 1991, p. 494-495).

Os jagunços, por sua vez, eram encarados como profissionais, indivíduos esforçados, dotados de honra e de lealdade para lutar por seus ideais, ou de seus chefes. Apesar de considerados fugitivos, na visão do Estado, apresentavam-se também como soldados, heróis, vítimas de uma situação social complexa; e capazes de muitas ações nobres. Eles matavam e morriam por lealdade a um chefe, sendo admirados por seus conterrâneos. Riobaldo reflete a respeito da lealdade dos jagunços ao seu líder abaixo:

Agora eles estavam arrumando o mundo de outra maneira. Tudo se media munição, e era fuzil e rifle se experimentando. A guerra era de todos. A juízo, eu não devia de mestrear demais, tudo prescrevendo: porque eles também tinham melindre para se desgostar ou ofender, como jagunço sabe honra de profissão. Dos modos deles, próprios, era que eu podia me saber, certificado, ver a preço, se eu estava para ser e sendo exato chefe. (ROSA, 2001, p. 589)

Além da lealdade do profissional que cumpre com suas funções de soldado e de guarda costa, “os jagunços, retratados em Grande sertão: veredas, por mais idealizados, são também uma representação tão fiel quanto possível da classe presente no sertão brasileiro, que ela designa de ‘agregados’” (GALVÃO, 1986 apud COUTINHO, 1993, p. 98). Isto é, um grande número de pessoas que, não tendo outro meio de subsistência, vivia sob a proteção de poderosos latifundiários, em troca de serviços, desde voto em eleição, até o combate a qualquer força, que ameaçasse a estabilidade.

Por esse prisma, pode-se dizer que o cangaço jamais se resumiu na existência concreta de bandos de homens em armas à margem da lei. Ele sempre foi expressão do inconformismo e da revolta do trabalhador do eito contra as injustiças e as misérias de uma sociedade patriarcal e latifundiária. O desaparecimento dos bandos não significou a solução desses problemas e, à medida que simbolizou esperança em dias melhores, pôde continuar vivo na memória popular.

Na próxima abordagem, discute-se como o relato de Riobaldo apresenta os aspectos simbólicos do território e as territorialidades do sertanejo.

4.3 O TERRITÓRIO SIMBÓLICO E AS TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADE SERTANEJA

Riobaldo, em suas andanças, conviveu em diversas comunidades e relata as particularidades de cada uma delas, desde a mais rústica, representada pela comunidade dos catrumanos, até aquela, mostrada no discurso, como à frente de seu tempo.

Nessas comunidades, a representação territorial ora admite a conotação de lar, como é o caso dos catrumanos, ora um meio de sobrevivência, a exemplo da visão dos fazendeiros e dos posseiros. Além disso, significa uma oportunidade de comércio, como no caso da família de SeoWababa e dos grandes proprietários de terra, que, ao tentarem exibir o *status* financeiro, demonstravam rígida autoridade. De acordo com Fantini (2003), é a diferença que contribui para a interação sociocultural: “As demandas pessoais de subjetividade e desejo intervêm nas normas coletivas, gerando novas formas de interação sociocultural” (FANTINI, 2003, p. 108).

A interação sociocultural se mostra latente na abordagem de Cândido (1985), quereforça o papel preponderante da Sociologia na análise da obra literária. Em seu trabalho, o estudioso examina a influência do meio social sobre a criação artística e a influência desta sobre o meio, estabelecendo uma relação entre o autor, a criação e seus receptores. Nessa perspectiva, a arte “[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais” (CÂNDIDO, 1985, p. 20-21).

Na narrativa de Riobaldo, percebe-se que as diversas comunidades sertanejas possuem regras e códigos culturais diferentes. São os casos do agrupamento mais rústico, como os catrumanos; da comunidade abastada, em que viveu na fazenda de seu padrinho Selorico; e das comunidades, aparentemente, à frente de seu tempo, como é o caso da família de Assis Wababa e do grupo de Zé Bebelo, que, consciente ou inconscientemente, perseguem e atuam em nome das ideologias traçadas ou indicadas pela nova política.

O sertão encaminha e desencaminha todos, propiciando um comportamento adequado à sua rudeza. Por essa noção, o território faz o homem, definindo as semelhanças e as disparidades entre eles. (CLAVAI, 2001)

Para salientar os limites e as contradições que a modernidade encontra para se estender no sertão, nada melhor do que o episódio em que o bando de Zé Bebelose deparou com os miseráveis moradores do lugarejo do Pubo, colocando-se como barreira humana ao caminho. Esse episódio coincidiu com um momento literário em que grassava uma epidemia de peste de bexiga preta no povoado do Sucruíú. Analisando tal passagem, considera-se que a Idade

Média e o arcaico se fazem onipresentes. A própria doença remete a esse cenário. As armas dos moradores eram lazarina, bocudas, baludas, garruchas, bacamartes e outras raridades há muito em desuso.

Comparando a comunidade dos catrumanos com a comunidade da fazenda de Zé Bebelo, infere-se que a primeira ilustra o povo desprovido de recursos financeiros; iletrado; ignorante de todo e de qualquer assunto externo; e que está limitado ao mundo em que vive. Já a segunda, caracteriza-se de maneira inversa: é a figura do progresso; de ordens; de escolarização, em meio ao sertão rústico e pouco povoado.

Acredita-se, portanto, que a narrativa permite entrever que a figura de Zé Bebelo influenciava as pessoas a sua volta. Ideias inovadoras para uma localidade cujas notícias demoravam a chegar e, ao chegarem, demoravam a ser aceitas e incorporadas. Ideologias somadas ao determinismo da personagem que, de acordo com o relato, demonstra sua intenção e perseverança para aprender. Nesse intento, ele contratou o professor Riobaldo, mas em um mês já sabia mais que seu mentor. Após conquistar o conhecimento desejado, iniciou seu empreendimento de “justiceiro” em nome do Estado.

Porém, o destino reservou outro rumo à Zé Bebelo: os jagunços se tornaram seus aliados, ou melhor, seus seguidores, conforme relatado no discurso de Riobaldo.

4.3.1 Os jagunços em “Grande sertão: veredas”

Em “Grande sertão: veredas”, os jagunços se designam agregados, ou homens de luta, que viviam sob a proteção de poderosos latifundiários em troca de serviços; ou em bandos, sobrevivendo do que recebiam pelos crimes e saques cometidos. Possuíam leis e regras próprias e procuravam se manter unidos, caso qualquer força lhes ameaçasse a estabilidade. Portanto, as práticas de seus atos ilícitos vinham da necessidade de sobrevivência e da arbitrariedade das leis impostas pelo Estado.

4.3.2 Múltiplas temporalidades e múltiplos territórios do sertão

A leitura de “Grande sertão: veredas” requer do leitor a compreensão da estrutura do livro. Uma narrativa em primeira pessoa, na qual o narrador-personagem Riobaldo, jagunço, e já idoso, desfia suas memórias individuais e coletivas (sua vida no grupo social em que estava inserido no momento da narrativa) para um interlocutor-ouvinte subtendido, mas fortemente presente no texto.

A maneira como a história é contada por Riobaldo evidencia o tipo de relação de memória que os leitores, concretamente humanos, têm com o passado – impregnada pela descontinuidade, pelo vacilo e pelas “idas e vindas” no tempo (situação oposta àquela que encontrada nos textos historiográficos, fundamentados em uma cronologia temporal retrospectiva). A memória desse personagem é instável, maleável, como a memória de qualquer sujeito; renunciando à temporalidade linear em proveito dos tempos múltiplos nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo. (LE GOFF, 2003; RICOEUR, 2007)

O ponto de partida da história de Riobaldo é o código cultural herdado do sertão. A sua relação com essa herança se torna, cada vez mais, complexa, principalmente, com a repercussão, nele mesmo, de duas dentre as várias experiências que narra: A) sua relação com Diadorim (amigo inseparável, que o inseriu no grupo de Joca Ramiro, e por quem nutria um forte sentimento contraditório: de amor e de repugnância desse amor. Amor, aliás, que jamais se concretizou); e B) o período em que atendeu pelo codinome de Urutu Branco (nessa fase, Riobaldo, supostamente, fez um pacto com o diabo e tornou-se chefe do bando que, em busca de vingança para a morte do admirado chefe Joca Ramiro, venceu a batalha contra o Judas, ou Hermógenes – homem de confiança, que matou o próprio chefe).

Riobaldo apresenta, durante suas reminiscências, a história de sua vida, de forma desordenada, permeada de digressões, de considerações sobre as coisas do mundo (amor, religião, política, morte, etc.), de pontos de incompreensão, de confissões, de “estórias” de terceiros, etc. Seu discurso, durante toda narrativa, aproxima-se muito, em um aspecto particular, do *Hamlet* shakespeariano: ambos parecem tangenciar realidades, que a própria estrutura narrativa é incapaz de apreender. Quando o protagonista narra, é como se o leitor presenciasse e participasse do episódio, do acontecido.

Sendo assim, a relação existente entre Riobaldo e a cultura por ele herdada, não foge a essa regra. Mas o espírito perscrutador do jagunço, inerentes a ele, possibilita-lhe reconhecer, em não poucos momentos, a insuficiência dos mesmos códigos herdados, frente às incoerências do mundo:

Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o rúimrúim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados [...] Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado [...]. (ROSA, 1973, p. 169)

O mundo é misturado durante as lembranças e principalmente, quando se é de idade mais avançada. Como é de se esperar de qualquer ser humano idoso, a capacidade de rememorar de Riobaldo está sujeita a falhas, causadas pela natural deterioração do sistema nervoso central. Nesse caso, a memória de fatos recentes é a primeira a ser perdida, ao mesmo tempo em que a memória de fatos do passado surge com grande precisão de detalhes. (FREITAS, 2002)

Todas essas características podem ser observadas de maneira bastante explícitas ao longo do discurso de Riobaldo, em passagens tais como: “Pois, porém, ao fim, retomo, emendo o que vinha contando” (ROSA, 2006, p. 78); ou quando, reconhecendo ele próprio, suas humanas limitações, diz: “Ai, arre, mas: que esta minha boca não tem ordem nenhuma. Estou contando fora, coisas divagadas” (ROSA, 2006, p. 21).

Em meio às idas e vindas do relato de Riobaldo, ele conta que viveu com sua mãe, Bigri, até, aproximadamente, os quatorze anos, sem conhecer seu pai, como afirma na narrativa:

Se deu há tanto, tanto faz, imagine: eu devia de estar com uns quatorze anos, se. Tínhamos vindo para aqui – circunstância de cinco léguas –, minha mãe e eu. No porto do Rio-de-Janeiro nosso, o senhor viu. [...] Pois tinha sido que eu acabava de sarar duma doença, a minha mãe feito promessa para eu cumprir quando ficasse bom: eu carecia de tirar escola, até perfazer um tanto... ora, lugar de tirar escola era no porto. Mãe me deu uma sacola. Eu ia, todos os dias. E esperava por lá, naquele parado, raro que alguém vinha [...]. (ROSA, 2001, p. 116-117)

O relato desse acontecido se dá em um ponto avançado da narrativa. Nela, Riobaldo revive a época em que passou com a mãe e o momento em que conheceu Reinaldo, o amigo que, daquele dia em diante, jamais seria esquecido. Mesmo que esse ponto narrativo demonstre que não se segue um desenvolvimento cronológico da vida do protagonista, intui-

se que tal episódio condiz ao início da história de vida do narrador. A partir desse fato, verifica-se a morte da mãe e a ida do narrador para a casa do padrinho Selorico.

[...] Minha mãe morreu, apenas Bigri, como ela se chamava. Morreu, num dezembro chovedor, aí foi grande minha tristeza [...]. De herdado, fiquei com aquelas miserinhas –, miséria quase inocente [...]. Puseram para mim tudo em trouxa, como coube na metade dum saco. Até que um vizinho caridoso cumpriu de me levar, por causa das chuvas, numa viagem durada de seis dias, para a Fazenda São Gregório, de meu padrinho Selorico, Mendes, na beira da estrada boiadeira, entre o rumo do curralinho e do Bagre, onde as serras vão descendo. (ROSA, 2001, p. 126-127)

Após o relato da morte da mãe, observa-se a chegada de Riobaldo à fazenda, notando-se, mais nitidamente, o desenrolar do desenvolvimento pessoal do narrador; o primeiro contato com Joca Ramiro; sua maturidade; e sua entrada para o bando de jagunços. Nessa época, o protagonista demonstra que assimilou conhecimentos, os quais fariam parte de toda sua vida. De acordo com Claval(2001), o entendimento de lugar vai muito além da simples visão de localização e de individualidade do espaço. São acrescentados: a percepção, os significados, as características e as heranças culturais dos indivíduos (CLAVAL, 2001, p. 55). Então, nesse caso, a fazenda representou o lugar em queo protagonista aprendeu e incorporou os saberes sociais do espaço relatado. Entretanto, esse conhecimento já se mostrava como um desejo que Riobaldo alimentara e ao conhecer Reinaldo, no Porto-de-Janeiro. Foi, talvez, inconscientemente, a partir desse episódio, que o protagonista aceitou incorporar as informações socio-culturais, que ele usaria, habilmente, no tempo oportuno.

Em “Grande sertão: veredas”, conforme exposto anteriormente, Riobaldo, ao relatar sua saga de vida, fala de si e do sertão. Mostra-se uma espécie de contador de histórias, guardião da memória coletiva. Em suas reminiscências, mostra-se um sujeito subalterno, marginalizado que, ao descobrir que é filho bastardo de seu padrinho, resolve buscar sua identidade na travessia do sertão, na “luta contra o mal da jagunçagem”. Chega a ser chefe dos jagunços e representante da hierarquia fundiária ao herdar, anos posteriores, as fazendas do pai. Assim, a narrativa de aventura pelo sertão, de um forasteiro ao lado de Diadorim, amor de sua vida, é o caminho pelo qual Riobaldo busca validar sua história e reforçar sua identidade.

A narrativa do protagonista, em “Grande sertão: veredas”, é cheia de idas e de vindas no tempo e no espaço; começa com travessão e termina com a palavra “travessia”. O começo é o fim; e o fim, o começo. Ou seja, da mesma forma que o sertão, a narrativa não tem início

nem fim. É permeada por inúmeras temporalidades, que expressam a percepção de Riobaldo quanto à passagem do tempo, em seus aspectos físicos, sociais e históricos. (RICOEUR, 2010)

Nessa perspectiva, encontra-se o velho Riobaldo na varanda de sua fazenda. Ele conta, de forma não linear, não cronológica, ao seu visitante, a sua própria história de vida. A recordação leva o narrador ao fundo de si, ao dúbio conhecimento do que foi e do que se tornou, e à afirmação de sua identidade. E, de acordo com ele, “falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo. Mire, veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre por arredar mais de si. Para isso é que o muito se fala?” (ROSA, 2001, p. 55).

É em meio a uma narrativa fragmentada, com flashes e lapsos de memórias, que o relato prenuncia que não seguirá um curso convencional de princípio, meio e fim, mas, o da reminiscência do narrador (RICOEUR, 2007). Algumas pistas, ao longo da narrativa, inquieta o leitor a respeito de que ponto deve iniciar a leitura da vida do protagonista. Um desses momentos é o relato de sua forte experiência com um adolescente no Porto-de-Janeiro.

Para Riobaldo, o fato de estar no Porto-de-Janeiro “foi um fato que se deu, um dia, se abriu, o primeiro” (ROSA, 2001, p. 116). Questiona-se: primeiro fato de quê? Como a narrativa deveria ser lida a partir desse episódio? De sua decisão de entrar para o cangaço? Ou de estar ao lado de Reinaldo como desejou desde a primeira vez? O narrador não deixa claro esse interesse. Mas, apesar das incógnitas sobre a partir de que ponto se deveria iniciar a leitura da narrativa, descobre-se, pelo relato de Riobaldo, o desejo claro de estar em definitivo ao lado do menino, nesse caso, Reinaldo. Como o protagonista afirma: “Fui recebendo em mim, um desejo de que ele não fosse embora, mas ficasse, sobre as horas, e assim como estava sendo, sem parolagem miúda, sem brincadeira – só meu companheiro amigo desconhecido” (ROSA, 2001, p. 119).

Riobaldo vai morar com o padrinho após a morte da mãe e tem seu primeiro contato com o bando de Joca Ramiro. Depois de seu reencontro com Reinaldo, o narrador entra para o bando de jagunços. Seria esse o primeiro passo em busca de seu destino?

Paiva (2001, p. 57), em “Os tempos impossíveis: perigo e palavra no sertão”, refere-se ao ensaio de Benedito Nunes, que aborda o espaço como dois *ethos*. O primeiro é um “lugar onde se vive, do abrigo, da relação do homem com seu lar, espaço por ele construído, individual, como estilo de vida e ação”; e o segundo, o local da vivência em conjunto, da aquisição de valores e de normas pela vida em grupo. Nesse sentido, os dois *ethos*, em “Grande sertão: veredas”, referem-se à vida na fazenda do padrinho e a posterior convivência

de Riobaldo junto ao bando de jagunços: “O primeiro *ethos* [...] é o lugar onde se vive, a casa do homem [...] o segundo *ethos* [...] refere-se ao comportamento [...] hábitos, costumes, tradições, modo de viver em conjunto” (NUNES, 1983, p. 58).

Na fazenda do padrinho, o menino Riobaldo vivia rodeado de mensuras e cuidados. Estava ao lado de conhecidos, de empregados e sob a proteção de Selorico. Aprendeu a lidar no campo, ainda bem novo, e ganhou do padrinho presentes como porrete, faca, punhal, garrucha, para que ele aprendesse, desde cedo, a manejá-los.

Acredita-se que a relação que alguém mantém com o espaço e com as regras de convívio social, conforme estabeleceu Riobaldo em sua experiência de vida, seja uma apropriação simbólica do espaço. O território, assim, apresenta-se como “[...] fruto de apropriação simbólica, através das identidades territoriais, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus ‘espaços vividos’” (HAESBAERT, 2009, p. 120). Hall (2006) também defende esse posicionamento, ao dizer que “[...] A identidade é [...] algo formado [...] através de processos inconscientes [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo” (HALL, 2006, p. 38-39).

De maneira figurada, as fazendas de Selorico, na narrativa, servem como uma espécie de porto seguro para Riobaldo. Na fazenda São Gregório e na que herdou de seu padrinho, o protagonista, fora do cangaço e de range-rede, apresenta dois momentos significativos de sua vida: seu desenvolvimento humano e seu local de memórias.

Tranquilo, como quem já viveu tudo o que tinha de viver, sente-se preparado para apresentar sua saga a um visitante, que foi conhecer o sertão. Nesse discurso, Riobaldo descreve seu momento atual: sua esposa Otacília, os hábitos de seus agregados, as superstições do povo e a significação do sertão para os indivíduos. Ele refaz, nesse processo, um caminho narrativo inverso, ou seja, ele conta sua vida presente, ao mesmo tempo em que a entremeia às experiências de sua vida passada.

4.4 O TERRITÓRIO SERTANEJO E AS IDENTIDADES DISCURSIVAS DE RIOBALDO

Hall (2006) cujo trabalho é centrado, principalmente, nas questões de hegemonia e de identidade nos estudos culturais, concebe o uso da linguagem como determinado por uma moldura de poderes, de instituições, de política e de economia. Essa visão apresenta as pessoas tanto como “produtoras” quanto como “consumidoras” de cultura.

Para o estudo das identidades, Hall (2006) aponta três concepções diferentes de identidades. A primeira é a do Sujeito do Iluminismo, baseada no indivíduo como sendo totalmente centrado – e cujo centro consiste em um cerne interior, surgido no nascimento e que se desenvolve ao longo de sua vida; porém, sua essência permanece a mesma.

Outra concepção retratada por Hall (2006) é a do Sujeito Sociológico, em que a consciência do núcleo interior do sujeito não é autônoma e autossuficiente, mas, formada pela interação com outras pessoas, mediando seus valores, sentidos e símbolos. Nessa concepção, a identidade é formada pela interação entre o eu e a sociedade, e o eu é modificado a partir das variadas formas culturais.

Por fim, há o Sujeito Pós-Moderno, foco de análise nesta dissertação e caracterizado como aquele que não se compõe de uma identidade fixa. Sua identidade é transformada continuamente, em relação aos sistemas culturais. Riobaldo fala sobre essas identidades em constante construção a seguir:

O senhor... Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É que a vida me ensinou. Isso me alegra, montão. (ROSA, 2001, p. 39)

Na afirmação, o protagonista mostra que as pessoas estão em contínuo processo de mudanças, o que depende de suas variadas experiências cotidianas.

Woodward (2000) vê a identidade através dos olhos do outro: eu sou o que o outro não é. Para a autora, a identidade é marcada por símbolos. Há uma associação entre o que se usa e o que se possui e se é. Portanto, as identidades “estão em crise, porque as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas em relações de classe, no partido e na nação-estado têm sido questionadas” (WOODWARD, 2000, p. 36). Para que a crise diminua, deve-se buscar uma identidade que possa unir as pessoas e que as faça voltar a sentir a falsa segurança do pertencimento, perdida com a fragmentação das identidades.

Sobre o pertencimento, acredita-se que ele tem a ver com a cultura e com a herança cultural. Cascudo (1978) faz um apanhado das diversas formas representativas da cultura popular brasileira, permanentes na memória e transmitidas pela voz de um grupo social (como: os contos, as lendas, os mitos, as superstições, os textos musicais, as anedotas, os vocábulos e as poesias), para ratificar que ela é composta pelos elementos e pelos motivos

culturais, trazidos por três raças: os indígenas, os portugueses e os africanos. Embora “Grande sertão: veredas” não se enquadre em uma literatura oral, o equipamento cultural, referendado no discurso narrativo de Riobaldo, corporifica os traços da oralidade.

Arroyo (1984, p. 4) estuda a cultura popular e afirma que os diversos valores, no romance de Guimarães Rosa, podem ser entendidos como “síntese de uma herança cultural de profundas ressonâncias”. Em seu trabalho, “A cultura popular em Grande sertão: veredas”, ele mostra como a narrativa de Riobaldo, ou mais propriamente a fala do personagem-narrador, revela-se, de maneira muito natural, como uma categoria de herança fixada. Patrimônio que pode ser compreendido enquanto resumo da experiência coletiva, harmonizada com a realidade social e que aproveita um forte contingente de cultura popular registrada: “[...] era o acúmulo de heranças culturais seculares falando pela boca de Riobaldo” (ARROYO, 1984, p. 117).

Riobaldo é o representante e o transmissor fiel de uma longa herança, a tradição da cultura popular, pois ele, além de ser alfabetizado, conta, em seu acervo, com conhecimentos adquiridos em suas leituras, algumas das quais: a leitura de Folhetins populares e a obra “*Saint Clair* das Ilhas” – lida e conhecida popularmente, mesmo pelas pessoas iletradas. (ARROYO, 1984)

Nota-se, através do discurso de Riobaldo, que os elementos constituintes do equipamento cultural acumulado influem em sua maneira de narrar e de mostrar o comportamento sociocultural popular. Isso pode ser visto pelo relato narrativo carregado de conhecimento do povo, uma sabedoria que expressa e simboliza a realidade circundante; pelo inventário feito dos temas relativos às mais variadas tradições populares; e pelo emprego das diversas formas de expressão gramatical e vocabular, oriundas do reflexo da herança cultural. Tais aspectos revelam que o modelo utilizado pelo personagem não representa uma necessidade particular, mas, faz parte de um projeto mais abrangente do coletivo.

A seguir, presencia-se como a saga de vida do protagonista permite entrever, através, de suas fases identitárias, o típico morador do sertão da época em que se processa a narrativa de “Grande sertão: veredas”.

4.4.1 As fases identitárias do protagonista, e os moradores do sertão de Minas Gerais

O enredo de “Grande sertão: veredas” destaca o local em que o narrador viveu e que construiu todo seu conhecimento de vida: os sertões de Minas Gerais. Durante sua narrativa, Riobaldo faz o leitor adentrar e conhecer vários territórios, recriando peculiaridades a partir de pontos de vista e de concepções da sociedade apresentada. O protagonista adquire identidades individuais, construídas pela convivência durante a transposição de cada território cruzado.

Nesse momento, afirma-se, aqui, que território é convivência. Um tipo de relação social, política e simbólica, que liga o homem à sua terra e assim, estabelece sua identidade cultural.

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólico. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas *geografias* imaginárias: *suas paisagens*, características, seu senso de *lugar*, de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo- nas tradições inventadas[...]. (HALL, 1997, p. 76, grifos do autor)

É nesse espaço que as experiências de Riobaldo se mostram como itinerárias, imaginadas e vividas, invocando as diversas circunstâncias experimentadas no espaço. Esse narrador cria, em seu próprio processo de narrar, uma técnica para manter o ouvinte atento, apresentando casos, que se completam com a interferência da narrativa de outros casos.

Os casos relatados transpõem o cotidiano sertanejo e reconstroem várias identidades do sertanejo, marcando territorialidades. Para Tuan (1980, p. 107), a territorialidade “[...] desenvolve um tipo de ligação afetiva entre os seres humanos e o meio ambiente. [...] Sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade”.

A história contada por Riobaldo, apesar de ser o relato de uma vida pessoal, é também a história de uma coletividade, sendo que indivíduos se fizeram necessários, como forma de comprovar a existência desse personagem.

[...] o homem, por ser um animal político e um animal social, é também é um animal territorializador. Diferentemente, talvez, de outras espécies animais, seu trabalho de territorialização apresenta, contudo, uma particularidade marcante: a relação entre o indivíduo ou um grupo humano e o território não é uma relação biunívoca. Isso significa que nada impede esse indivíduo ou este grupo de produzir e de *habitar* mais de um território [...] é raro que apenas um território, seja suficiente para assumir corretamente todas as dimensões de uma vida individual ou de um grupo. O indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo ao seu *nível*, ao nível de sua família, de um grupo, de uma nação. Existe portantomultipertencimento territorial. (BAREL, 1986, p. 131, grifos da autora)

Entende-se que a representação da (existência pessoal) só é possível se houver referências ou vestígios dessa presença de vida recortada de um meio.

[...] a identidade é formada na *interação* entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o *eu real*, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais *exteriores* e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2006, p. 11)

4.4.2O território sertanejo e as identidades discursivas de Riobaldo

No desenrolar narrativo de “Grande sertão: veredas”, o leitor entrevê lugares e pessoas típicas da sociedade sertaneja do fim do século XIX e início do século XX.

Para Claval (2007, p. 66), “a transmissão dos saberes implica sistemas eficazes de comunicação [...]”. Na obra, esses saberes são apresentados através do discurso de Riobaldo que, ao organizá-lo, desvela o desdobramento dos percursos e a relação que eles mantêm com a formação identitária de Riobaldo e a sociedade retratada.

Bakhtin (2002) afirma que esse processo é desencadeado pela dialogicidade interna do discurso romanesco, pois ela exige a revelação do contexto social concreto, “[...] o qual determina toda a sua estrutura estilística, sua “forma” e seu “conteúdo”, sendo que os determina não a partir de fora, mas de dentro; pois o diálogo social ressoa no seu próprio discurso, em todos os seus elementos, sejam eles de “conteúdo” ou de “forma”” (BAKHTIN, 2002, p. 106).

O conteúdo e a forma em “Grande sertão: veredas” são revelados no transcurso territorial relatado por Riobaldo. Certeau (2011) referenda sobre esses caminhos e vivências, que emergem dos “relatos que atravessam e organizam lugares. Percursos de espaços” (CERTEAU, 2011, p.182). No caso desta dissertação, trata-se de caminhos ilustrativos das Minas Gerais da época.

A cada trajeto transposto por Riobaldo, surge um típico representante, encarnado e apresentado para os interlocutores através dos desdobramentos identitários do protagonista; construídos e reconstruídos simultaneamente ao longo do enredo. Como ele próprio afirma:

“De cada vivemento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa” (ROSA, 2001, p.115).

Ao mesmo tempo em que realiza a transposição espacial, Riobaldo parece corporificar identidades diferenciadas dele, revelando o lado subjetivo e as ideologias. Esse processo inconsciente acontece ao longo do enredo, conforme Biavati, Vilarino e Genovez (2011, p. 3) explicam:

[...] as identidades se revelam no narrar “naturalmente” no plano da representação, do “ser” ou do “fazer” algo, investindo ideologias sobre o que é contado e recontado; desse modo, o realato e o reconto revalam marcas do subjetivo, do lembrado e de algo que remete, inclusive, aos processos do inconsciente.

É possível conferir, na sequência, como se processa o desenrolar identitário do protagonista na obra.

A) Riobaldo: o enteado abastado

A transição da infância para a adolescência é uma das fases que define a personalidade do sujeito. E com o menino Riobaldo não seria diferente. Bem novo órfão⁷ (ROSA, 2001, p. 126-127), o protagonista foi levado para a fazenda São Gregório para morar com seu padrinho Selorico. Ali, agregou as primeiras experiências, que ficariam, em definitivo, entranhadas em sua vida, como a madrugada em que ele e o padrinho foram visitados pelo bando de Joca Ramiro. (ROSA, 2001, p. 138)

Nessa área rural, Riobaldo transitou entre os trabalhadores, aprendendo com eles os afazeres, apesar de realizar as tarefas mais brandas. Na ocasião, como vivia em uma fazenda, possivelmente, desenvolveu habilidades como: ordenhar vacas; participar do plantio e da colheita; cuidar da alimentação dos animais; ajudar no conserto da estrutura da fazenda; conferir o roçado e o capinado etc.

Deduz-se que o aprendiz de fazendeiro estava sob a proteção do padrinho, que lhe propiciava um espaço de aprendizagem. Entretanto, o propósito de Selorico era mais paterno e

⁷Na passagem, o narrador relata que a mãe Bigrí morrera em Dezembro e que um vizinho caridoso o levara, numa viagem de seis dias, para a fazenda do padrinho.

ambicioso. Ele não queria apenas ensinar ao afilhado os trabalhos e os afazeres da fazenda, mas, instruí-lo a viver no sertão e a se tornar um justiceiro das armas, nesse caso, um jagunço.

Alguns critérios são responsáveis por essas deduções. O primeiro é o fato de Selorico ter presenteado Riobaldo com uma faca e um porrete, aparatos de sobrevivência no meio rude sertanejo. Posteriormente, a demonstração excessiva de admiração e de respeito pelo grupo de cangaceiros de Joca Ramiro, que visitava a fazenda. (ROSA, 2001, p. 136-137)

As influências recebidas do padrinho, nessa fase da vida, demonstram que, apesar de tênues, foram laços decisivos para o tipo de vida que Riobaldo escolheria, no futuro: a de jagunço (ROSA, 2001, p. 131-132). Erikson (1975) fala dessa apropriação paterna do adolescente para a posterior formação de sua personalidade, na qual “a maioria dos jovens, podem conviver com seus pais numa espécie de identificação fraterna, porque [...] endossam conjuntamente à tecnologia e à ciência a responsabilidade de prover a um modo de vida, que se perpetue a si próprio e promova a sua própria aceleração” (ERIKSON, 1975, p. 32).

A identificação de Riobaldo com Selorico aumentou após o adolescente retornar do Curralinho. Nessa época, a narrativa relatou como o bando de Joca Ramiro foi recebido com respeito e com grande admiração pelo padrinho. Talvez o fato de Selorico ter sido acolhido com tanta solenidade pelo grupo de jagunços e, após isso, ter recontado o episódio intermináveis vezes ao afilhado, tenham tido, inconscientemente, grande peso para Riobaldo ter se tornado o futuro jagunço e líder do cangaço.

Mais importante do que esta distinção, contudo, é perceber que o “espaço” nem absoluto, relativo ou reacional *em si mesmo*, mas pode transformar-se em um ou [‘é/ou’ poderíamos acrescentar] outro dependendo das circunstâncias”. (HARVEY, 1980, p. 5)

Admitir que a própria construção das identidades espaciais- ou territoriais- irá adquirir feições diversas de acordo com a concepção de espaço à qual estiver vinculada. (HAESBAERT, 2011, p. 46)

B) O adolescente abastado e o estudante cheio de regalias

Quando Riobaldo estava um pouco mais velho, Selorico percebeu que era hora de ele ser instruído. Assim, mandou-o para estudar e morar com todo conforto, no Curralinho, na casa de Nhô Marôto (ROSA, 2001, p. 129). Lá, o narrador se hospedou e recebeu instrução de

mestre Lucas. Esta foi a primeira herança que Selorico deixou para Riobaldo: o conhecimento científico. Claval (2007) fala desse legado:

Para cada um, a cultura é primeiramente uma herança. [...] A transmissão é feita em diversas etapas no decorrer da infância e da adolescência. A família tem um papel essencial. [...] Ela é seguida de forma mais ou menos completa pelos mestres especializados e, pela ampliação dos contatos permitidos aos adolescentes. (CLAVAL, 2007, p. 63-64)

O patrimônio cultural de Riobaldo se aprimorou no Currealinho. Ali, o rapaz mostrou sucesso nos estudos, sendo incentivado, pelo professor, a monitorar seus colegas de classe. Nesse período, ele era estudante, sendo mantido pelo padrinho, de largas posses. Compreendeu logo que poderia desfrutar de certas regalias, por sua posição de protegido e estimado. É o próprio protagonista quem esclarece: “Lá, eu não carecia de trabalhar de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Marôto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até de botina e roupa eu precisasse” (ROSA, 2001, p. 129).

O estudante abastado, então, desfilou entre a alta sociedade rural do sertão de Minas Gerais, incorporando à sua identidade novos saberes, como os namoricos e o início na arte do amor, o entrosamento no comércio e até experiências alimentares, que desfrutava com os comerciantes estrangeiros seo Assis Wababa e sua família. Como relata: “Aí, namorei falso, anaz [...] filha de negociante forte, seo Assis Wababa, dono da venda. [...] ela era estranha, turca, eles todos turcos, armazém grande, casa grande [...] ele me agradava [...] diversas vezes me convidou para almoçar em mesa” (ROSA, 2001, p. 130).

Além dos hábitos alimentares adquiridos no convívio com a família turca de seo Assis Wababa, também aprendeu os modos adequados e a polidez para com os fregueses e os clientes. Esse fino trato é o mesmo que Riobaldo usou para com o hóspede (“interlocutor culto”), quando ele se encontrou de passagem em sua casa para conhecer o sertão.

Segundo Haesbaert (1999, p. 174), há casos em que o papel de uma identidade individual, aparentemente isolada, pode se tornar fundamental à formação de uma identidade social, muito mais ampla. Vide especialmente o caso de indivíduos tornados “personalidades”, historicamente dominantes e simbolicamente reconstruídas, que servem de referenciais à construção de determinadas identidades, sejam elas locais, regionais ou nacionais.

C) Baldo: o professor e secretário

Riobaldo, após terminar os estudos, regressou para a fazenda São Gregório, um pouco mais maduro e experiente. Tanto que compreendeu os comentários, muitas vezes, feitos despercebidos, sobre sua condição de filho e não de afilhado de Selorico (ROSA, 2001, p. 138). No momento em que descobriu ser filho do padrinho, Riobaldo ficou desnorteado; ajuntou suas poucas coisas e saiu sem rumo. Sem posses nem profissão, procurou mestre Lucas para tentar encontrar uma colocação e manter-se.

Mestre Lucas conseguiu para o ex-aluno o ofício de professor particular de um grande fazendeiro, Zé Bebelo, dono da fazenda Nhanva no Palhão, local que “escameava de gente, homem – pralaprá de feira em praça” (ROSA, 2001, p. 143). Uma fazenda vistosa, “assobradada com grandes currais e um terreirão” (ROSA, 2001, p. 143) e com sentinelas, patrulha de cavaleiros em armas e até soldados. O lugar causou admiração em Riobaldo, conforme ele mesmo conta: “mesmo antes de entrar [...], fui vendo coisas calculosas, dei meio pra duvidar” (ROSA, 2001, p. 143).

Ao primeiro contato com Zé Bebelo, Riobaldo percebeu uma nova realidade: “Tudo nele, para mim, tirava mais para fora uma real novidade. [...] O comum, com Zé Bebelo, virava diferente adiante, aprazava engano[...]. Ele era a inteligência! Vorava” (ROSA, 2001, p. 144). Era um homem fora do comum, com ideias muito modernas. Zé Bebelo não descuidava das suas tarefas e desdobrava-se entre a administração da fazenda e os estudos, com tanto afinco e de tal modo que, em pouco tempo, sabia mais que o mestre. Riobaldo, então, já não era mais útil como professor, já que seu aluno, um ávido aprendiz, já sabia tanto quanto ele. Passou, assim, a ser secretário do ex-aluno. Nessa condição, teve acesso às ideias inovadoras e progressistas de Zé Bebelo (ROSA, 2001, p. 145-146): a de caçar e matar os jagunços.

Os planos de Zé Bebelo repugnavam⁸ Riobaldo. Tanto que ele fugiu, levando consigo, além da experiência do ofício de professor e de secretário, a certeza daquilo que não gostaria de fazer parte: perseguir e eliminar o sertão dos cangaceiros. Woodward (2000, p. 31) instiga

⁸ Os planos de Zé Bebelo era eliminar o sertão dos jagunços, aprisionando ou matando “os criminosos”, com a intenção de entrar para a política e, posteriormente, ser deputado.

o leitor a perceber que o ser, enquanto indivíduo, pode passar por experiências de fragmentação nas relações pessoais e no trabalho. Para a autora, “essas experiências são vividas no contexto de mudanças sociais e históricas, tais como mudanças no mercado de trabalho e nos padrões de emprego”, identidades cujas lealdades políticas também sofrem mudanças.

D) O cangaceiro Tatarana

Ao fugir de Zé Bebelo, o destino conduziu Riobaldo à vida no cangaço. Sua entrada no bando de Joca Ramiro se deu no Córrego do Batistério, sob a chefia de Titão Passos. No momento em que ele se integrou ao grupo, assumiu faceta da identidade de cangaceiro. Essa condição implicava fazer parte de uma nova comunidade e exigia-lhe readaptação social.

À medida que o tempo passava, Riobaldo começou a viver e a comportar-se como os amigos do cangaço. Paulatinamente, conseguiu o respeito e a admiração do grupo, além do reconhecimento de sua inteligência e de sua destreza com as armas. Quanto a esta última, atribuíram-lhe um cognome: Tatarana, que significa lagarta de fogo, por sua exímia pontaria.

O mesmo não aconteceu com o narrador em relação aos cangaceiros. Ainda não inteirado da maneira de vida dos seus companheiros, demonstrou certo preconceito, referindo-se a eles como “ignorantes”, “desqualificados moral e eticamente”. De acordo com Woodward e Hall (2000), a “diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros” (WOODWARD; HALL, 2000, p. 50).

Para Andrade (1991), o grupo de cangaceiros não pode ser enquadrado de maneira convencional, pois, essa sociedade possui ética própria, que segue as exigências do mundo em que vive.

O modo de ser do jagunço deriva do próprio meio em que vive. Vivendo no sertão agreste, onde nada ou muito pouco lhe é oferecido, o jagunço possui como valores de vida exatamente aquelas características que irão servir-lhe como forma de sobrevivência. A valentia é a sua força maior de defesa. (ANDRADE, 1991, p. 496)

O convívio diário com os novos companheiros acabou mudando a perspectiva de Riobaldo, proporcionando troca de conhecimentos entre todos e novas construções identitárias, porque, de acordo com Hall (2006):

[...] a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2006, p. 11)

O diálogo, na obra, é intermediado por Reinaldo ou Diadorim (forma como o amigo cangaceiro se dava a conhecer em segredo para Riobaldo). Diadorim foi responsável pelo dilema, que dividiu o protagonista entre o amor e a impossibilidade de concretude desse amor, já que Reinaldo se apresentava como homem. Diadorim teve papel relevante, pois, incansavelmente, ao lado do narrador, instruiu-o na arte do jaguncismo, o que incluiu: a vida comum dos jagunços; a rotina desses forasteiros (como a prática da reza, os atributos e as funções que cada um exerce); as lutas; os constantes deslocamentos como forma de proteger as amizades com fazendeiros; e as cantigas ao redor da fogueira, cantadas docemente ao lado dos companheiros. Esses momentos de entrosamento contribuem para a construção identitária dos indivíduos desse meio. Como Haesbaert (2011) relata:

As formas espaciais que socialmente se configuram como territórios podem se inserir no processo de construção identitária, ao mesmo tempo como uma espécie de produto e produtora de identidades territoriais em distintas modalidades. Como o território é sempre uma construção social, cabe sobretudo trabalhar a partir dos sujeitos efetivamente responsáveis por esta construção [...] Podemos dizer que, a princípio duas situações ou movimentos gerais se desenham na produção das identidades territoriais: um primeiro processo, em que predomina o sentido que vai dos fundamentos prático-materiais e / ou vividos do território à construção simbólica da identidade, e um outro, em sentido inverso, que se estende prioritariamente da construção simbólica ou da “representação dos espaços” de identidade (um “espaço concebido”) à base do território efetivamente construído (“praticado”) e / ou vivido. (HAESBAERT, 2011, p. 57-58)

E) O líder urutu-branco

Por ser letrado, a argumentação e o ponto de vista de Riobaldo sobre os diversos dilemas encontrados pelos jagunços foram mais aceitos; e o protagonista se mostrou qualificado para apresentar possíveis soluções a muitos impasses. (ROSA, 2001, p. 163)

Apesar de ser diplomático em diversas ocasiões, como no julgamento de Zé Bebelo (ROSA, 2001, p. 290-291), Riobaldo não apresentou significativas mudanças de comportamento até o provável pacto com o diabo (ROSA, 2001, p. 435-441). Doravante, passou a ser um jagunço impaciente (ROSA, 2001, p. 442-454), corajoso, independente, dono de si (ROSA, 2001, p. 452), a ponto de os companheiros se surpreenderem com a mudança: “Nos começos, aquilo bem que achei esquipático. E fui vendo que aos poucos eu entrava numa alegria estrita, contente com o viver, mas apressadamente. – ‘Uai, tão falante Riobaldo? Quem te veja [...]’- me perguntaram [...]” (ROSA, 2001, p. 440-441).

Esse sujeito, provável pactuário, incorporou, paulatinamente, aptidões, até então, não percebidas. Segundo Woodward e Hall (2000, p. 55), “as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades”. Essas habilidades descritas na narrativa tornaram Riobaldo o chefe do bando.

O auge do episódio se deu no Rasga-em-Baixo, quando Riobaldo reivindicou a liderança do grupo para si, que estava nas mãos de Zé Bebelo. Foi aprovado por todos, principalmente, pelo ex-chefe, que o rebatizou de “urutu branco”, porque, era “outro homem [...] revira o sertão [...], é terrível, que nem um urutu branco [...]” (ROSA, 2001, p. 454). O nome, após risos, foi aceito e aclamado por todos. O ser aclamado aqui, pressupõe, antes de tudo, a aceitação do amigo como indivíduo; como parte integrante do grupo; igual a todos e, ao mesmo tempo, identificado com competência distinta de líder. É a respeito dessa identificação as palavras de Hasesbaert (1999) a seguir:

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre *identificar-se*, um processo *reflexivo*, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social. [...] facetas de uma identidade, manifestam-se em função das condições espaço-temporais em que o grupo está inserido. Finalmente, a(s) identidade(s) implica(m) uma busca de *reconhecimento* (TAYLOR, 1994) que faz frente à *alteridade*, pois é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo, pode promover *tanto o diálogo quanto o conflito* com o Outro. (HAESBAERT, 1999, p. 174-175)

Como urutu branco, Riobaldo se mostrou um líder carismático, cuja presença era suficiente para impor ordem, como se entrevê no momento posterior ao que Riobaldo assumiu a liderança do bando: “Da seguida, parado persisti, para um prazo de fôlego. Aí vendo que o pessoal meu já me obedecia, prático mesmo antes da hora. Como que corriam e mexiam, se

aprontando para saída, sacudiam no ar os baixeiros, selavam os cavalos” (ROSA, 2001, p. 455).

Seguro de si, sua trajetória na liderança do grupo de cangaceiros foi um sucesso. Riobaldorelata isso, pontuando suas estratégias nas lutas, que o levaram à batalha final no Paredão, onde, apesar de perder o amigo e inatingível amor (ROSA, 2001, p. 615), venceu a batalha contra o judas, ou seja, o Hermógenes⁹(ROSA, 2001, p. 611).

⁹Hernógenes era homem de confiança de Joca Ramiro, que matara o chefe à traição e fugira. A partir desse momento, passara a guerrear contra o bando órfão, que agora buscava justiça para a traição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abarcou uma visão interdisciplinar para tratar de territórios e de territorialidades, expressas na obra de Guimarães Rosa, “Grande sertão: veredas”. O objetivo foi mostrar que a trajetória discursiva, empreendida pelo narrador-protagonista, ao tomar como rumo norteador o relato rememorativo de Riobaldo, possibilita a leitura do território tanto em seus aspectos físicos quanto simbólicos, e também das territorialidades dos sertanejos.

De acordo com Fairclough (2003a), a narrativa discursiva do protagonista se baseia em uma percepção da linguagem como parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais. Nesse processo, destacou-se o olhar funcional e simbólico do território, explorado a partir das ações empreendidas pelo narrador, que por sua vez, desvelaram o tipo social encarnado por ele ao contar sua história.

O relato também permitiu analisar algumas das muitas identidades do protagonista, adquiridas, paulatinamente, no contato com os grupos sertanejos, que habitavam porções diversificadas do norte das Minas Gerais do fim do século XIX e início do século XX. As facetas identitárias de Riobaldo, como fazendeiro, estudante, aprendiz, iniciante e líder de um bando de cangaço, foram influenciadas pelos territórios transpostos; e os territórios serviram de pano de fundo para ressignificar as práticas, os hábitos e as crenças da comunidade retratada. Dessa forma, percebeu-se que as marcas identitárias e as concepções territoriais são indissociáveis, conforme bem destaca Claval (2011).

Descobriu-se que o itinerário discursivo da personagem de Guimarães Rosa se adapta à obra, como as estradas vividas por ela, e em quantidade tamanha, que parecem intransponíveis. Caminhos sofríveis, a exemplo do inóspito e fervilhante sertão; dos deletosos campos depois da chuva; das duvidosas encruzilhadas; das infundáveis águas do grande Chico; e do ameno, livre e belo namoro do Monuelzinho-da-crôa.

Este trabalho também discutiu, brevemente, sobre o percurso histórico do termo “interdisciplinaridade” e sobre a formação do sertão, buscando uma relação entre eles. Nesse processo, foi interessante se ater aos territórios geográfico e cultural, presentes na narrativa de Riobaldo, que se mostram entrelaçados, intrinsecamente, em suas temporalidades, e ajudam a formar um perfil identitário do sertanejo da época.

Para esse propósito, embasou-se nos trabalhos de Bakhtin, que versam sobre a dialogicidade e a polifonia. Sob essa perspectiva, territórios e territorialidades foram

descortinados não só pela perspectiva do protagonista, mas, principalmente, pelas diversas vozes que aparecem ao longo da narrativa.

A base teórica, que pautou os conceitos de “território funcional” e de “território simbólico”, veio de Haesbaert (2007; 2011). De acordo com esse autor, o território físico possui uma concepção geográfica, política e econômica. Trata-se de um espaço mensurável, de dominação; e que se liga à ideia de terra. Já o território cultural, “[...] é visto, sobretudo, como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao outro” (HAESBAERT, 2007, p. 40). Nele, residem as “territorialidades” simbólico-culturais, experiências particulares de se ver ou de se vivenciar o território. Ambas as considerações influenciaram a forma de se analisar, discursivamente, o território ficcional de “Grande sertão: veredas”, recontado a seu interlocutor a partir de uma estória e da História – esta última trabalhada aqui a partir das afirmações de Viggiano (1974) e de Bolle (2004) sobre o movimento de “jaguncismo”.

O relato de Riobaldo, nesta dissertação, foi um objeto discursivo importante, pois revelou as diversas fases de vida do protagonista (ou identidades) e as diferentes comunidades sertanejas de sua época. Andrade (1967), Hall (2006) e Woodward (2000) serviram de embasamento teórico nessa empreitada.

Por fim, detectou-se uma tentativa da obra de Guimarães Rosa de construir a cultura popular brasileira, a partir de uma narrativa do regionalismo. Dória (1981), que apresentou um estudo sobre o surgimento, a vida, a história e a decadência do cangaço; Cascudo (1978), que fez um apanhado das diversas formas representativas da cultura nacional – permanente na memória e transmitida pela voz de um grupo social, como os contos, as lendas, os mitos, as superstições, os textos musicais, as anedotas e as poesias –; e Arroyo (1984), que demonstrou a função da herança cultural, foram autores que sustentaram a discussão e que mostraram a profundidade analítica da obra: um mundo valoroso e rico, digno de não ser esquecido. Um sertão palmilhado por um *mar de territórios*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUEQUE, Maurício Manoel de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ALMEIDA, Renato. **Inteligência do folclore**. 2. ed. Rio de Janeiro: Americana; Brasília, INL, 1974. 368 p.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, 1995.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: _____. BRAITH, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRADE, Sônia Maria Viegas. **A vereda trágica do Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Loyola, 1985.

ANDRADE, Vera Lúcia. Conceituação de Jagunça e Jagunçagem em Grande Sertão: Veredas. In: _____. **Guimarães Rosa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 491-499. Coleção Fortuna Crítica.

ARROYO, Leonardo. **A cultura popular em Grande Sertão: Veredas**. Filiações e sobrevivências tradicionais, algumas vezes, eruditas. Rio de Janeiro: José Olympio; [Brasília]; INL, 1984. 315 p.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 475p.

_____. **Marxismo e filosofia: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 203p.

_____. **Problemas da poética de Doistoiévski**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 275p.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2002. 439 p.

_____. (Voloshinov, V. N.– 1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

BARBOSA, F. L. C. Leituras de Grande sertão: veredas: sua tradução alemã e a correspondência de Guimarães Rosa com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason. **Signótica**, v. 22, n. 1, p. 57-68, jan./jun. 2010.

BARROS, Diana Luiz Pessoa. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: _____. **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003. p.1-9.

BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita (Orgs.). **Estudos de identidade: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BELLET, M. **L'écoute**. Paris: Desclée de Brouwer, 1989.

BLAVATI, Nádya Dolores Fernandes; VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco. Práticas Populares e memória de um agente sanitário do Sesp/médio Rio doce. In: _____. **Anais do IX Congresso Latino-Americano de Estudo ALED 2011: Discursos da América Latina: Vozes, sentidos e Identidades**. Belo Horizonte; UFMG, 1-4 nov. 2011.

BOLLE, Willi. **Grande sertão.br: O romance de formação do Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 446.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008. 263p.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A invenção do romance**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. 292p.

_____. **As formas do Épico: da epopeia sânscrita à telenovela**. Primórdios do Épico: a Ilíada. Belo Horizonte: Movimento, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1970, p.133-160.

_____. **Literatura e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985. 298 p.

_____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Martins, 1969.

_____. O homem dos avessos. In: _____. **Guimarães Rosa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 294-309.

CORÇÃO, G. Os primeiros romances de Machado. Diário de notícias. Rio de Janeiro, 18/6/1958, p. 18.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 436 p.

_____. **Cantos Tradicionais do Brasil**. 18.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

CERTEAU, Michel. Relatos de espaço. In: _____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 182-198.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Coleção Memória e Sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHIARETTO, Marcelo. A conversação nos escuros de Guimarães Rosa: A oralidade em ver, ouvir, sentir e escolher. In: _____. **Veredas de Rosa**. [s.l]:Cespuc, 2000, p. 381-384.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. Trad. J. Guinsburg. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998. 381 p.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREIA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.59-97.

_____. Cultura, vida social e domínio do espaço. In: _____. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

COMPAGNON, Antoine. A mimêsis como reconhecimento. In: _____. **O demônio da teoria, literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 127-133.

_____. O mundo dos livros. In: _____. **O demônio da teoria; Literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.137-138.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Cultura, 1958.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lojas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas** – Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COUTINHO, Afrânio. **Machado de Assis na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1990. 331 p.

_____. Teoria da história literária brasileira. In: _____. **Conceito de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960, p. 09-24.

_____. **Aspectos da literatura barroca**. Tese de concurso para o provimento de uma cadeira de Literatura no Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.

_____. **A literatura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói (RJ): EDUFF, 1986.

COUTINHO, Eduardo F. **Em busca da terceira margem**: ensaios sobre Grande sertão: veredas. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

_____. (Org.). **Guimarães Rosa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Coleção Fortuna Crítica, v. 6.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. **RAPM**, Belo Horizonte, v. 10, 1904, p. 60-166.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 255 p.

DANIEL, Mary Lou. **João Guimarães Rosa**: travessia literária. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 3-137.

DIAS, Fernando Correia. Aspectos Sociológicos de Grande Sertão: Veredas. In:_____.**Guimarães Rosa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 390-407. Coleção Fortuna Crítica.

DILTHEY, Wilhelm. **Os tipos de concepção de mundo e o seu desenvolvimento nos Sistemas Metafísicos**. Tradução Artur Mourão. Gotinga: Lusosofia, 1977.

DÓRIA, Carlos Aberto. **O cangaço**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 99 p.

DUARTE, Lélia Parreira; ALVES, Maria Theresa Abelha (Org.).**Outras margens**: estudos da obra de Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Autêntica/ PUC Minas, 2001.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ESPÍNDOLA, HarufSalmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. **III Encontro da ANPPAS**: Brasília, 2006.

EULÁLIO, Alexandre. **Seminário sobre a Cultura Mineira – Século XIX**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **Entre arte e interpretação**. Figurações do Brasil na literatura de Guimarães Rosa. [s.l.]: [s.e.], 2010. 307p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Globalization**. London: Routledge, 2006. 186 p.

_____. **Critical Discourse**: Analysis the critical study of language. London: Longman, 1995.

FANTINI, Marli.O discurso do entre lugar. In:_____.**Guimarães Rosa**:Fronteiras, margens, passagens. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 73-132.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de.**Diálogos com Bakhtin**. 4.ed. Curitiba: UFPR, 2007. 308p.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 1838 p.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. **Um lugar do tamanho do mundo**: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Aporia e passagem: a sobrevivência do “trágico” em Guimarães Rosa. **Scripta**, v. 5, n. 10, 2002.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAITH, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, p.161-193.

FREITAS, Sônia M. de. **História Oral** – Possibilidades e Procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 132p.

GENOVEZ, Patrícia Falco; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. A cultura sanitária a partir da perspectiva da história oral: o Sertão do Rio Doce em suas múltiplas percepções temporos-espaciais. **História oral**, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <[http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=236](http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=236)>. Acesso em: 10/06/2014

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDMANN, Lucien. **Materialismo Dialético e História da Literatura**. Dialética e Cultura. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In: BRAITH, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, p.133-160.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, v. 3, Rio de Janeiro, ANPUR, 2001.

_____. Des-caminhos e perspectivas do Território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade. In: BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita (Orgs.). **Estudos de identidade: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Territórios Alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: UFBA, 2008, p.393-419.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.7-22.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucidio(Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 204p.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220p.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Cabra da peste. Macho, sim senhor. **Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, mar. 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LAPLANTINE, F. **Je, nous et les autres**. Être humain au-delà des appartenances. Paris: Le Pommier-Fayard, 1999.

LEE, E. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980, p.89-114.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Renavam/Iuperj-Ucam, 1999.

LORENZ, Günter W. João Guimarães Rosa. In: _____. **Diálogo com a América Latina:** panorama de uma literatura do futuro. Trad. Rosemary Costhek Abílio, Fredy de Souza Rodrigues. São Paulo: E.P.U., 1973. p. 315-56.

MAGALHÃES, Célia Maria (Org.) et al. **Reflexões sobre a análise Crítica do Discurso.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. 228 p.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAITH, Beth. **Bakhtin:** outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, p.115-131.

MARCUSHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, Oswaldino. Canto e plumagem das palavras. In: _____. **Ensaios escolhidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 77-148.

MENDES, Lauro Belchior; OLIVEIRA, Luiz Cláudio Vieira de. (Orgs.). O eu por detrás de mim: semiótica e psicanálise em Guimarães Rosa. In: _____. **A astúcia das palavras:** ensaios sobre Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 101-132.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Interdisciplinaridade:** funcionalidade ou utopia?.[s.l.]: [s.e.],1994.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Maria Fernandes dos Santos; COZZIVI, Lenira Marques. **João Guimarães Rosa:** homem plural, escritor singular. São Paulo: Atual, 1988. 62 p.

NUNES, Benedito. Literatura e Filosofia (Grande sertão: veredas). In: LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da Literatura em suas fontes.** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 188-207.

OLIVEIRA, Franklin de. Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Global, 1999, p. 475-525.

OLIVEIRA, M. F. M. et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLYMPIO, José. **Em memória de Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

PAIVA, Jair Miranda de. **Os tempos impossíveis: perigo e palavra no sertão**. Rio de Janeiro: Imagem Virtual, 2001, p.47-70.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, **Debates**, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, jan./jun. 2006, p. 208-249.

PROENÇA, M. Cavalcanti. **Trilhas no Grande sertão**. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVESTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980, p.25-88.

REZENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização**. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: [s.e.], 2000, p.47-106.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **O sertão espiado de fora: os viajantes estrangeiros descobrem o cerrado mineiro na primeira metade do século XIX**. [s.l.]: UFRJ, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François (et al.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Volume I: A intriga e a narrativa histórica. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Maria de Fátima. Diálogo com a escrita sobre o sertão. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas; GALEANO, Alex (Org.). **Geografia: ciência do complexus**. Ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.p. 291-318.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, Vilma Guimarães. **Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem.In: ROSENFELD, A. et al. **A Personagem de Ficção**.São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 9-49.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**.Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem as nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento:diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SENA, Nelson de. **A terra mineira: chorografia do Estado de Minas Gerais**.BH: Imprensa Oficial do Estado de MG, 1926. 336p.

SIMMEL, Georg. **Simmel e a modernidade**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.274p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 150 p.

TYLOR, Edward Burnett. **La Civilisation primitive**. Paris: Reinwald, 1876.

VEJMEKKA, Marcel. Sertão, savana e musseques. Espaço e linguagem de João Guimarães Rosa em diálogo com realidades africanas. In: _____. **Espaços e caminhos de João Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.p. 125-144.

VIANA, OLIVEIRA, Francisco José. **Populações Meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras**. Introdução de Antônio Paim. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. 748p. Biblioteca do Pensamento Político Republicano.

VIGGIANO, Alan. **Itinerário de Riobaldo Tatarana**. Belo Horizonte: Comunicação, 1974.

VINCENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. **Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 1989.

VOLOSHINOV, N. Valentin. **El marxismo y La filosofia Del lenguaje**. Lós principales problemas Del método sociológico em La ciência Del lenguaje. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

VOLOSHINOV, N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

WOODWARD, Kathryn, HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. 132p.